

Veículo: Política Livre	
Data: 06/04/2020	Caderno: Economia



06 de abril de 2020 | 14:46

## ***Governo da Bahia poderá prorrogar calendário de pagamento do IPVA em 90 dias***

### **BRASIL**

Com o objetivo de minimizar o impacto econômico para os contribuintes baianos nesse período de pandemia, o deputado estadual, Samuel Júnior (PDT), encaminhou para o governador Rui Costa um projeto de indicação que propõe a prorrogação do prazo para pagamento tanto do **Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)** quanto do licenciamento veicular por 90 dias em toda Bahia.

“Não é momento de somente a população se sacrificar. Infelizmente, o poder público tem que oferecer sua parcela de sacrifício para ajudar nossa gente a sair dessa crise. A economia de nosso país está parcialmente paralisada por conta dessa crise internacional. Alguns setores não terão condições de arcar com seus compromissos. Outros, terão suas receitas reduzidas drasticamente, especialmente profissionais liberais, motoristas de aplicativo, entre outros. Prorrogar por 90 dias os prazos para pagamento desses impostos é uma medida razoável visto o cenário adverso que estamos enfrentando”, justificou o pedetista.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Bahia possui mais de 4,1 milhões de veículos. O número representa a sétima maior frota entre os estados brasileiros.

# Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

06/04/2020 15:45

## Sefaz-BA orienta produtor rural a solicitar inscrição via e-mail

Os produtores rurais da Bahia que desejam se inscrever no cadastro de contribuintes do ICMS devem, a partir de agora, fazer essa solicitação via e-mail, pelos endereços eletrônicos [inscricao\\_prodrural\\_sul@sefaz.ba.gov.br](mailto:inscricao_prodrural_sul@sefaz.ba.gov.br), para produtores da região fiscal Sul, e [inscricao\\_prodrural\\_norte@sefaz.ba.gov.br](mailto:inscricao_prodrural_norte@sefaz.ba.gov.br), para os da região fiscal Norte. A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) orienta que a relação de documentos necessários está disponível no [site da pasta](#), clicando-se em Carta de Serviços ao Cidadão, área que contém informações e orientações sobre os 113 serviços oferecidos pela Sefaz-BA.

A solicitação de inscrição antes era feita em uma das 34 unidades de atendimento da Fazenda Estadual distribuídas por todo o estado, que deixaram de prestar atendimento presencial como parte da estratégia para conter a disseminação do novo coronavírus. Após o recebimento do e-mail, as equipes da Sefaz-BA farão o devido encaminhamento da demanda. Em casos de dificuldades em relação a esse e outros assuntos, o contribuinte deve entrar em contato com o call center por meio do 0800 071 0071, dias úteis, das 8h às 17h, ou do [faleconosco@sefaz.ba.gov.br](mailto:faleconosco@sefaz.ba.gov.br).

### Mudanças

Desde que a nova rotina foi implantada, a Fazenda Estadual vem buscando adotar medidas destinadas a facilitar o dia a dia do contribuinte. O envio da documentação necessária para início do trâmite para cálculo do ITD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos), por exemplo, agora é feito via e-mail, e a solicitação de emissão de nota fiscal avulsa passou a ser acontecer pelo site da Sefaz-Ba.

**Fonte: Ascom/Sefaz-BA**

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

### Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

**Horário de funcionamento:**

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

**Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)**



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Veículo: A Tarde	Caderno: Tempo Presente
Data: 07/04/2020	Página: A2

## Medida tira do Sesi, mas beneficia Receita

A Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) manifestou apoio à redução de 50% nas contribuições das empresas, nos próximos três meses, ao Serviço Social da Indústria (Sesi) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

O montante estimado da redução passa de R\$ 1 bilhão, ao longo dos próximos três meses, prazo fixado por medida provisória do governo para autorizar o corte, visando favorecer o caixa das empresas, afetadas pela crise econômica provocada pela pandemia de Covid-19.

O impacto, no entanto, deverá superar este montante, devido à redução da atividade econômica.

Embora concordem com o corte no orçamento do Senai e do Sesi, os dirigentes industriais vêm tendo dificuldade de entender o aumento em 100% da taxa de administração cobrada pela Receita Federal para fazer o recolhimento das contribuições das empresas.

Para os empresários das indústrias, trata-se de um contrassenso, pois a justificativa da medida provisória é desonerar as empresas, mas, por outro lado, vai onerar, em uma medida arrecadatória beneficiadora da Receita Federal.

A redução do orçamento do Sesi e do Senai reduz a capacidade de qualificação de mão de obra para 435 mil micro e pequenas empresas do país, responsáveis por 35% da geração de empregos, além de deixar apreensivos 62 mil colaboradores por conta da ameaça aos postos de trabalho.

No combate à pandemia, os dois serviços vêm contribuindo com hospitais públicos por meio do fornecimento de insumos e equipamentos necessários ao tratamento da Covid-19, como máscaras, aventais e até mesmo ajuda na montagem dos imprescindíveis respiradores mecânicos.

## Páscoa prejudicada

A redução no comércio dos tradicionais ovos de Páscoa, tanto os industrializados como os artesanais, é dada como certa pela Federação do Comércio do Estado da Bahia (Fecomércio) este ano. A projeção de crescimento de algo próximo a 5% caiu bruscamente para uma redução de -5,6% no novo cenário, no qual o investimento em alimentação básica, principalmente para quem pode praticar a solidariedade – na forma de doação aos ainda mais necessitados em meio à pandemia –, torna-se prioridade frente aos prazeres da delícia feita de cacau. Ao deixar de vender R\$ 7,2 milhões e esquecer o faturamento de R\$ 72 milhões, ainda assim, o montante movimentado pelas chocolaterias não deixa de ser relevante, ao alcançar a casa dos R\$ 65 milhões.

## Sindicato dos Feirantes estima queda nas vendas de 30% a 40%

**TAINÁ CRISTINA\***

Com as medidas de redução no comércio, o presidente do Sindicato dos Feirantes (SindFeira), Nilton Ávila, estima queda de 30% a 40% na venda dos produtos utilizados durante a Semana Santa. Garantindo a segurança dos clientes e vendedores, unidades municipais contam com reforço diário na higienização e funcionamento em horários especiais.

De acordo com a Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano (Sedur),

o controle nos mercados de peixe irá ocorrer por senhas e filas. "Não se pode ter no mesmo ambiente mais que 50 pessoas. O mercado do peixe vai passar por higienização antes da abertura e no final do expediente", ressaltou o secretário Sérgio Guanabara. Porém a limpeza de cada boxe fica por conta do permissionário.

Segundo o gestor de equipamentos públicos da Semop, Cristian Dóres, a capital baiana tem intensificado a fiscalização das normas de higiene. "Temos fis-

cais atuando nesses locais em contato com os permissionários", salientou.

Para a permissionária do mercado Água de Meninos Lucidalva Anjos, 45 anos, comerciante há 16 anos, a venda está difícil. "Nunca vi algo parecido. Ano passado vendia 200 kg a 300 kg de siri. Este ano peguei 50 kg e nem vendi todo", diz.

O mercado de Água de Meninos funciona de terça-feira a sábado, das 6h às 15h. Na segunda-feira e no domingo, abre das 6h às 12h. Já o Nacs, em Itapuã, abre dia-



Rafael Martins / Ag. A TARDE

**Mercado do Peixe irá distribuir senhas**

riamente das 6h às 14h. O mercado Dois de Julho funciona das 7h às 19h. O Mercado de Periperi abrirá domingo e segunda-feira, das 7h às 14h. De terça-feira a sexta-feira, das 7h às 15h, e aos sábados, das 6h às 16h. Já o situado no Jardim Cruzeiro terá o expediente, na segunda-feira e domingo, das 6h às 12h, de terça-feira a quinta-feira, das 6h às 15h, e na sexta-feira e sábado, das 6h às 17h.

**\*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA**

## Bancos processam 2 milhões de pedidos de renegociação de dívidas

**KELLY OLIVEIRA**

Agência Brasil, Brasília

Os cinco maiores bancos do país – Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Itaú e Santander – processaram mais de dois milhões de pedidos de renegociação de dívidas. O valor das negociações chega a R\$ 200 bilhões, conforme levantamento parcial divulgado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Nas operações, as instituições deram carência de dois a três meses no vencimento de parcelas em várias linhas, como crédito pessoal, crédito imobiliário, crédito com garantia de imóveis, crédito para aquisição de

veículos e capital de giro.

Empresas e pessoas físicas têm reclamado da falta de acesso a essa medida de pausa nos contratos, cobrança de juros referente ao período de prorrogação e dificuldades de contato com os bancos.

Em nota, a Febraban diz que “os bancos estão totalmente sensibilizados com a necessidade de os recursos chegarem rapidamente na ponta e continuarão agindo com foco para que o crédito seja dado nas mãos das pessoas físicas e das empresas”.

“Entendemos a ansiedade de diversos setores, mas é preciso compreender que esse é um processo gradual

e complexo, que demanda diversas providências e, em muitos casos, envolvem mudanças regulatórias, a exemplo da linha de liquidez do Banco Central para a compra de letra financeira garantida e a liberação de compulsórios (depósitos que os bancos são obrigados a deixar no Banco Central)”, acrescenta.

Segundo a Febraban, ao contrário do que aconteceu na crise de 2008, desta vez, não há “empocamento de liquidez” (falta de dinheiro em circulação), “mas sim um aumento substancial nas necessidades por recursos líquidos, o que torna esta crise bem diferente da anterior”. “Além



O valor das negociações chega a R\$ 200 bilhões

disso, os bancos internacionais cortaram as linhas que dispúnhamos, o que estreitou mais ainda a liquidez do sistema. Mas seguiremos trabalhando, com o Banco Central e governo, para prover liquidez e crédito para quem pre-

cisa”, diz a federação.

A Febraban informa que já repactuou “diversas operações com grandes empresas, que demandaram volumes expressivos de recursos, com impactos relevantes sobre a liquidez do setor bancário”.

### PEDIDOS POR BANCO

**CAIXA** 1 milhão de pedidos em contratos habitacionais

**BRDESCO** 635 mil pedidos, sendo 1,036 milhão de contratos

**BB** 200 mil pedidos, em valor equivalente a R\$ 60 bilhões

**SANTANDER** 80,9 mil pedidos, equivalentes a R\$ 11 bilhões

**ITAÚ** 302,3 mil pedidos, com saldo de R\$ 12,1 bilhões

**CAIXA HOSPITAIS** disponibilizados R\$ 5 bilhões para 2020



**CAMPO** Perspectiva da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia para nova safra é positiva

## CRISE NÃO AFETA AGRONEGÓCIO NO OESTE DO ESTADO DA BAHIA



**MIRIAM HERMES**  
Barreiras (BA)

A pandemia não alterou a programação de trabalho nas grandes lavouras da região oeste da Bahia, onde "o ritmo permanece normal, com a colheita da soja em pleno andamento e perspectivas de melhores resultados do que na safra passada".

A afirmativa otimista é do vice-presidente da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Odacil Ranzi, destacando que "todos os cuidados estão

sendo adotados em conformidade com as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e dos órgãos de saúde do Brasil, do estado e dos municípios".

Na safra 2019-2020, a região plantou 1,6 milhão de hectares com soja e, embora as primeiras sementeiras tenham se ressentido da falta de chuvas regulares em dezembro do ano passado, com a normalização do período chuvoso, a partir de janeiro, a expectativa é que a média regional fique entre 58 e 60 sacas por hectare

(s/ha). Na safra passada a média foi de 56 s/ha.

Segundo Ranzi, o milho, que ocupa uma área de 160 mil hectares, e cuja colheita deve ter início em maio, também aponta para uma "excelente produtividade", com estimativa de chegar a 165 s/ha em média, contra 140 s/ha na safra 2018-2019.

### Visitas restritas

Ele explicou que, para manter o ritmo de trabalho nas fazendas e evitar contágio do coronavírus, patrões e em-

pregados combinaram que as visitas estão restritas a casos emergenciais. Após a colheita, todos vão entrar em férias coletivas.

**Expectativa é de mais produção por hectare que o registrado na safra passada**

"Também estamos com a logística de escoamento normal", enfatizou Odacil Ranzi, acrescentando que "as empresas (compradoras) estão fazendo a retirada como sempre ocorreu, além de fazermos a estocagem nas propriedades, como nas safras anteriores".

Para o operador de máquinas rurais Euzébio Santana, 45 anos, ficar na fazenda até terminar a colheita está sendo bom. "É uma forma que temos de estar longe da circulação do vírus. E, com a suspensão das au-

las, a mulher e os filhos estão na roça da família. Então, acho que ficamos mais tranquilos em termos de saúde e também na manutenção dos empregos", salientou o operador.

A região soma 2,4 milhões de hectares de plantação na safra 2019-2020, com estimativa de produzir 9,1 milhões de toneladas de alimentos e fibras. O algodão, segunda maior área em produção ocupa 315 mil hectares e, se o clima permanecer favorável, poderá produzir 1,4 milhão de toneladas.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 07/04/2020	Página: 02

# Tribuna

## Emendas

O deputado estadual Marcelinho Veiga (PSB) destinou R\$1,6 milhão em emendas para as ações do governo Rui Costa contra a Covid-19. “São emendas parlamentares relativas ao ano de 2020, que totalizam R\$1.670.000,00 e que destinei a ações de combate à Covid-19, em face do momento crítico que estamos passando”, disse o parlamentar, ontem, em uma rede social.

## Benefício

O governador Rui Costa sancionou, ontem, o projeto de lei nº 23.812/2020, que isenta da conta de água, por três meses, famílias inscritas na Tarifa Social da Embasa com consumo mensal inferior a 25 metros cúbicos (m<sup>3</sup>) de água. A medida entra em vigor a partir da publicação do Diário Oficial do Estado (DOE), prevista hoje. Mais de 233 mil famílias de baixa renda, em diversos municípios baianos, terão suas contas de água pagas pelo Governo do Estado pelos próximos 90 dias, conforme o texto do projeto. Cerca de 860 mil pessoas devem ser beneficiadas pela isenção temporária da conta de água, proporcionando uma transferência imediata de renda à parcela economicamente mais vulnerável da população baiana.

# Tribuna

## Barreiras institui o Plano Municipal de Retomada das Atividades Econômicas

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

A Prefeitura de Barreiras instituiu o Plano Municipal de Retomada das Atividades Econômicas, bem como estabeleceu novas medidas de prevenção e controle para o enfrentamento do Coronavírus (Covid-19) no município. A íntegra do documento pode ser conferida no site oficial.

Pelo novo documento, as autoridades públicas, servidores e cidadãos deverão adotar todas as medidas e providências necessárias na prevenção e no enfrentamento à pandemia causada pelo Coronavírus como: o distanciamento so-

cial, cuidados pessoais, sobretudo na lavagem das mãos com uso de produtos antissépticos, dentre outras. Desde ontem o transporte coletivo público passou a funcionar integralmente, cabendo à empresa não exceder a capacidade de passageiros sentados, realizar a limpeza e higienização diária, essas medidas também são válidas para motoristas de aplicativos.

O novo decreto também restabelece os funcionamentos comerciais, industriais e fabris, bem como dos bares, restaurantes e lanchonetes, esses somente até as 20h, após esse horário poderão funcionar internamente atendendo o público por telefone ou através de entrega delivery ou drive

thru. Caberá a cada seguimento realizar a higienização adequada, uso de EPIs e disponibilização do álcool em gel aos clientes.

As atividades escolares municipais e públicas continuam suspensas até 17 de abril, bem como, por prazo indeterminado, as atividades do Programa Idade Viva, as atividades no museu municipal, Centro Cultural, Parque de Exposição Engenheiro Geraldo Rocha e demais equipamentos culturais da administração municipal.

Também continuam suspensas todas as atividades de clubes sociais de esporte e recreação, atividades de natação e hidroginástica em estabelecimentos privados e/ou pú-

blicos, as atividades coletivas em cinemas, casas de espetáculos, atividades em parques infantis privados, inclusive aqueles que funcionem nas dependências de estabelecimentos comerciais e restaurantes. Já o funcionamento das academias também foi restabelecido, observando alguns critérios, como limite de pessoas no espaço, uso de materiais assépticos, dentre outros.

Segundo a gestão municipal, o decreto leva em consideração todas as medidas tomadas pelo município, no enfrentamento à pandemia, os dados estatísticos de monitoramento da propagação do novo Coronavírus na cidade, cujo número de casos confirmados se manteve inalterado.

## Gusmão revoga decreto para reabrir comércio

O prefeito de Vitória da Conquista, Herzem Gusmão (MDB), definiu pela revogação do Decreto 20.246, que permitia a reabertura do comércio da cidade, segundo nota oficial divulgada pela prefeitura na tarde de ontem. A decisão foi publicada em Edição Especial do Diário Oficial do Município.

O decreto permitia que o comércio funcionasse em tempo integral, mas as lojas iriam revezar o funcionamento, em turnos diferentes, de acordo com esquema previamente definido. Ainda na nota da prefeitura, é informado que o Gusmão também irá modificar grande parte da composição do Comitê Gestor de Crise.

O secretário da saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, lamentou a iniciativa de algumas cidades da Bahia

abrirem os seus comércios a partir dessa semana. "Acho muito ruim. Conversei com o prefeito de Vitória da Conquista e infelizmente ele está confiante que vai colocar máscara em 100% das pessoas e vai identificar 100% das pessoas", ressaltou, em entrevista à TV Bahia.

"Mudou o horário de funcionamento, mas não acredito que vai funcionar. Conclamo o povo de Vitória da Conquista a não sair de casa. Essa é uma das semanas mais críticas. Os casos vão aumentar e Vitória da Conquista é um dos principais centros. Se a população estiver me ouvindo, não vá para a rua e nem para o comércio", completou. No domingo, Gusmão assinou o decreto que listava medidas de prevenção. (HB)

# Tribuna

## Braskem registra Ebitda de R\$ 5,9 bi e caixa de R\$ 3 bi em 2019

A Braskem mostrou resiliência diante do ciclo de baixa no cenário petroquímico global e fechou o ano de 2019 com Ebitda recorrente de R\$ 5,9 bilhões e geração líquida de caixa de R\$ 3 bilhões. Na comparação com o ano anterior, foram resultados 46% e 56% inferiores respectivamente, impactados sobretudo pelos menores spreads no mercado internacional e pelo menor crescimento global. A companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 2,79 bilhões. Dois fatores contribuíram para isso: o impacto negativo da depreciação do real frente ao dólar sobre a exposição líquida da empresa não designada para hedge accounting; e, acima disso, a provisão contábil de R\$ 3,38 bilhões referente à implementação dos programas de compensação financeira, apoio à realocação e promoção de atividades educacionais e ao fechamento de poços de sal em Maceió (AL). Esses programas foram fruto de acordos com autoridades de Alagoas.



**A BRASKEM mostrou resiliência diante do ciclo de baixa no cenário petroquímico global e fechou o ano de 2019 com Ebitda recorrente de R\$ 5,9 bilhões**

“Os resultados da companhia foram significativos, diante do cenário petroquímico mundial tão desafiador. Quanto a Alagoas, estamos trabalhando para garantir a segurança das pessoas, ao mesmo tempo em que estamos dando encaminhamento ao cumprimento do acordo assinado

com autoridades locais e continuamos engajados nos estudos técnicos para retomada da produção de cloro-soda na nossa planta”, diz Roberto Simões, presidente da Braskem.

No quarto trimestre, a Braskem registrou Ebitda recorrente de R\$ 993 milhões e geração livre de cai-

xa de R\$ 292 milhões, respectivamente menos 32% e 33% em relação ao mesmo período de 2018. A receita líquida de vendas foi de R\$ 12,6 bilhões nos últimos três meses do ano.

Em 2019 como um todo, a Braskem realizou investimentos operacionais (US\$ 470 milhões) e em projetos estratégicos (US\$ 229 milhões) que totalizaram US\$ 700 milhões, 21% inferior ao valor estimado no início do ano e ultrapassando a meta de redução de US\$ 100 milhões estabelecida ao término do primeiro semestre.

A alavancagem corporativa, medida pela relação dívida líquida/EBITDA em dólares, foi de 4,71x. No Brasil, a taxa de utilização das centrais petroquímicas foi de 85%, 6 p.p. inferior à 2018. Nos EUA, a taxa de utilização das plantas de PP foi de 89%, 2 p.p. superior a 2018. No México, a taxa de utilização das plantas de PE foi de 76%, 1 p.p. inferior a 2018, em função do menor fornecimento de etano.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 07/04/2020	Página: 10

# Tribuna

## Pedidos de renegociação aos bancos chegam a R\$ 200 bi

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) divulgou ontem um levantamento parcial dos pedidos de renegociação de dívidas protocolados nas principais instituições financeiras do país.

Foram contabilizados 2 milhões de pedidos, que somam R\$ 200 bilhões. As dívidas em questão passam por todas as linhas básicas de crédito, seja pessoal, imobiliário, com garantia de imóveis, para aquisição de veículos e para capital de giro. A carência é de dois a três meses no vencimento das parcelas.

A Febraban havia anun-

ciado no último dia 16 a intenção de atender pedidos de prorrogação, por 60 dias, dos vencimentos de dívidas de clientes pessoas físicas e micro e pequenas empresas para os contratos vigentes em dia e limitados aos valores já utilizados, em razão dos efeitos da pandemia do novo coronavírus.

“Os bancos estão totalmente sensibilizados com a necessidade de os recursos chegarem rapidamente na ponta e continuarão agindo com foco para que o crédito seja dado nas mãos das pessoas físicas e das empresas”, diz nota da Febraban.

“Ao contrário do que aconteceu na crise de 2008, desta vez, não estamos observando um empoçamento de liquidez, mas sim um aumento substancial nas necessidades por recursos líquidos, o que torna esta crise bem diferente da anterior”, continua o texto. “Além disso, os bancos internacionais cortaram as linhas que dispúnhamos, o que estreitou mais ainda a liquidez do sistema”.

A Febraban diz ainda que os bancos iniciam nesta segunda a disponibilização de linhas de crédito para financiamento de folha de paga-

mento de pequenas e médias empresas, antecipando-se aos repasses de recursos por parte do governo federal.

A linha de crédito anunciada pelo governo beneficiará empresas com faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões, com o limite de dois salários mínimos por trabalhador.

Programa para financiar salários de pequenas e médias empresas é criado e aguarda regulamentação

O governo responderá por 85% do dinheiro das operações, com outros 15% de recursos dos bancos que atuarem no programa.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 07/04/2020	Página:

# Correio\*

## FONTE NOVA VIRA HOSPITAL CONTRA O NOVO VÍRUS

**CUIDADOS** A Fonte Nova vai ser usada como hospital de campanha para atender infectados pelo novo coronavírus. Áreas do estádio estão recebendo a instalação de equipamentos para abrigar os pacientes. Ao todo, 100 leitos vão ser instalados nas áreas dos camarotes. Já os vestiários serão usados como enfermaria.

As instalações da Fonte Nova já vinham sendo utilizadas pela saúde pública como ponto de vacinação contra a H1N1. Presidente do consórcio que administra o estádio, Dênio Cidreira afir-

**O estádio já vinha sendo utilizado pela saúde pública como ponto de vacinação contra o vírus H1N1**

inou que o equipamento está de portas abertas para atender a população.

“Nesse momento tão desafiador para todo mundo, estamos focados neste novo papel que a Arena abraça. Neste novo contexto que estamos envolvidos, o mais importante é sermos, mais uma vez, úteis para a população. Nosso foco, agora, é apoiar as ações de saúde que irão salvar muitas vidas”.

Ao todo, 51 municípios do estado já possuem infectados. Salvador lidera, com 262 casos, o que equivale a 59,95% dos pacientes.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 07/04/2020	Página:

# Correio\*

## ECONOMIA

### Pedidos de renegociação chegam a R\$ 200 bilhões

**BANCOS** Os cinco maiores bancos do país - Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Itaú e Santander - processaram mais de 2 milhões de pedidos de renegociação de dívidas. O valor das negociações chega a R\$ 200 bilhões, conforme levantamento parcial divulgado, ontem, pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Nas operações, as instituições deram carência de dois a três meses no vencimento de parcelas em várias linhas, como crédito pessoal, crédito

imobiliário, crédito com garantia de imóveis, crédito para aquisição de veículos e capital de giro.

Empresas e pessoas físicas têm reclamado da falta de acesso a essa medida de pausa nos contratos, cobrança de juros referente ao período de prorrogação e dificuldades de contato com os bancos.

Em nota, a Febraban diz que "os bancos estão totalmente sensibilizados com a necessidade de os recursos chegarem rapidamente na ponta e continuarão agindo com foco para que o crédito seja dado nas mãos das pessoas físicas e das empresas".

"Entendemos a ansiedade de diversos setores, mas é preciso compreender que esse é um processo gradual e complexo, que de-

**2** milhões de pedidos de renegociação de dívidas foram protocolados nas principais instituições financeiras (Caixa, BB, Bradesco, Itaú e Santander)

manda diversas providências e, em muitos casos, envolvem mudanças regulatórias, a exemplo da linha de liquidez do Banco Central para a compra de Letra Financeira Garantida e a liberação de compulsórios [depósitos que os bancos são obrigados a deixar no Banco Central]", acrescenta.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos, ao contrário do que aconteceu na crise de 2008, desta vez, não há "empocamento de liquidez" (falta de dinheiro em circulação), "mas sim um aumento substancial nas necessidades por recursos líquidos, o que torna esta crise bem diferente da anterior".

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 07/04/2020	Página:

# Correio\*



 [blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

## Dinheiro não chega nas empresas

O crédito para pequenas e médias empresas, anunciado como parte do pacote de ajuda há dez dias, estava parado ontem à tarde em dois obstáculos: havia uma exigência de que só empresas sem débito previdenciário poderiam receber, e isso eliminaria um terço delas. E o Tesouro não havia ainda transferido o dinheiro para o BNDES. Os bancos ofereceram então antecipar os recursos, com a garantia de que eles realmente chegarão.

A informação que me foi dada ontem por um executivo de banco mostra a crônica incapacidade do governo de pôr em prática as medidas tomadas. O auxílio emergencial aos informais foi anunciado há quase três semanas, no valor de R\$ 200, e só hoje será anunciado o calendário de pagamento, de R\$ 600, após aprovação no Congresso, sendo que o governo começará pelo mais fácil que são os beneficiários do Bolsa Família, política pública que existe há 16 anos.

Na verdade, o governo tem anunciado muita coisa e parece que todos aqueles bilhões apresentados estão indo para a economia, mas não. Entre o anúncio e a realização há muitos obstáculos. Esse foi, inclusive, o tema central da conversa de empre-

sários do comércio com o ministro Paulo Guedes. A ideia do socorro às empresas através de um crédito para pagar a folha foi proposta pelos próprios bancos ao governo há três semanas. O presidente do Banco Central, Roberto Campos, gostou da proposta, mas disse aos banqueiros que eles teriam que ter skin in the game, ou seja, teriam que correr risco também. A proposta inicial era de que os bancos entrassem com 20%, os bancos disseram que entrariam com 10%, e acabaram fechando em 15%. O resto vai ser do Tesouro. Mas só que o dinheiro tem que chegar ao BNDES, que vai operacionalizar essa linha. Serão R\$ 20 bilhões por mês.

"Nós dissemos que não precisa o dinheiro chegar agora, que tiramos do nosso caixa, depois eles nos repassam. Mas preci-

samos saber que repassarão, porque são 36 meses para pagar. O BNDES parece que demora umas três semanas, mas nós podemos fazer amanhã. O que a gente não pode é ficar sem a certeza de que o dinheiro vai ser repassado em algum momento", relatou o dirigente de um grande banco.

Só que agora apareceu essa nova dificuldade: as empresas com débito previdenciário não podem receber. Mas como levantar certidão de cada empresa? Os bancos sugerem que seja autodeclaração e que quem não tiver sido fiel à realidade depois seja punido. Isso para agilizar, porque se todo mundo for tirar certidão negativa de débito previdenciário pode demorar ainda mais.

A economia real tem tentando encontrar os caminhos mais

rapidamente para superar a crise. O economista-chefe da Acrefi, Nicolas Tingas, diz que o momento é de emergência e explica que o setor financeiro está tendo que se adaptar rapidamente. Ele contou que está sendo reinventada a maneira de formalizar um refinanciamento, sem que o cliente tenha que ir pessoalmente na agência.

"Estamos em uma emergência, mas o circuito não estava preparado para os detalhes. Há regras de compliance que precisam ser adaptadas. A operação funcionava de outra forma. Algumas financeiras já estão utilizando contrato verbal, fazendo gravação de voz para tentar formalizar isso, ou por meio de contratos eletrônicos. Estão todos trabalhando sete dias por semana, porque o momento exige rapidez", explicou.

O que os bancos garantem é que mesmo com essas dificuldades eles rolaram por 60 dias todos os empréstimos que os tomadores pediram. Já as empresas reclamam que os juros subiram. Um grande banqueiro diz que um dos maiores trabalhos para evitar o agravamento da crise foi o de dar liquidez aos fundos.

"Houve um movimento extraordinário de preços e nenhum fundo fechou. Por quê? O BC abriu linhas de compulsório e pediu que a gente desse liquidez aos fundos e nós fizemos isso. Compramos papéis deles. Eles compraram papéis de dois ou três anos mas deram resgate em 30 dias. Havia um descasamento entre prazos de resgate e prazos dos ativos. Claro que eles mantêm em caixa de 10% a 15%. É suficiente em tempos de paz, mas não de guerra. Esta crise estourou todos os nossos cenários de estresse. De longe. Aí todo mundo buscou liquidez. Os fundos foram obrigados a vender papéis, mas ninguém queria comprar, não tinha preço. Os bancos então deram liquidez comprando esses papéis. É como enterrar cano, ninguém vê, mas tem efeitos concretos na economia".

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 07/04/2020	Página:

---

# Correio\*

---

## VEÍCULOS: VENDAS CAEM QUASE 22%

---

**Balanço** A venda de veículos novos caiu 21,8% em março ante igual mês de 2019, informou a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Foram 163,6 mil unidades vendidas, em conta que considera os segmentos de automóveis, comerciais, caminhões e ônibus.

## Ministro ironiza a China e abre nova crise diplomática

**GOVERNO** Uma postagem do ministro da Educação, Abraham Weintraub, nas redes sociais provocou novo tensionamento nas relações entre o Brasil e a China. Após usar o personagem Cebolinha, da Turma da Mônica, para ridicularizar o sotaque dos chineses, Weintraub disse ontem que pode até pedir desculpas à embaixada do país asiático por sua "imbecilidade", desde que a China forneça respiradores ao Brasil para o combate ao novo coronavírus.

"Eu sou brasileiro. Então, vou fazer o seguinte, meu acordo aqui: vou lá, peço desculpa, falo 'por favor, me perdoem pela minha imbecilidade', e a única condição que tenho é que, dos 60 mil respiradores que estão disponíveis, eles vendam mil respiradores para o MEC, para salvar a vida dos brasileiros, pelo preço de custo", afirmou Weintraub.

A mensagem postada no sábado por Weintraub foi interpretada como "fortemente racista" por Pequim. No mo-

mento em que o Brasil enfrenta dificuldades no combate à Covid-19 por depender de insumos e equipamentos hospitalares fabricados por estatais chinesas, há temor de que o episódio possa abalar mais uma vez as relações. A China é o maior parceiro comercial do Brasil.

O ministro da Educação chegou a publicar a capa de um gibi da Turma da Mônica com personagens na Muralha da China para questionar quem sairia fortalecido da crise mundial provocada pela pandemia, insinuando interesses do país asiático. No texto, Weintraub trocou a letra "r" pela "l", como Cebolinha, fazendo chacota com erros cometidos por chineses com o idioma português.

A embaixada da China em Brasília cobrou uma retratação por parte do governo comandado pelo presidente Jair Bolsonaro. "Instamos que alguns indivíduos do Brasil corrijam imediatamente os seus erros cometidos e parem com acusações infundadas contra a China",



“ Se eles venderem mil respiradores, eu fico de joelhos em frente à embaixada e digo que fui um imbecil **Abraham Weintraub**

Ministro da Educação

escreveu a embaixada.

"Deliberadamente elaboradas, tais declarações são completamente absurdas e desprezíveis, que têm cunho fortemente racista e objetivos indizíveis, tendo causado influências negativas no desenvolvimento saudável das relações bilaterais China-Brasil. O lado chinês manifesta forte indignação e repúdio a esse tipo de atitude". O embaixador Yang Wanming também voltou a cobrar publicamente retratação por parte do Itamaraty, o que não ocorreu.

"Não adianta ficar atirando um país que só quer o bem do Brasil". A declaração é do chefe da Câmara de Comércio e Indústria Brasil China, Charles Andrew Tang, que se diz preocupado com a sucessão de atritos na relação entre os dois países em meio à pandemia do novo coronavírus. Na avaliação do empresário, "esse acúmulo de feridas realmente pode levar a decisões mais sérias por parte do governo chinês". No mês passado, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente Bolsonaro, também disse que a culpa pela crise do coronavírus era da China. Na ocasião, Eduardo acusou o governo chinês de ocultar a gravidade da doença, que teve o primeiro caso verificado em Wuhan.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 07/04/2020	Página:

# Correio\*

## AUXÍLIO DE R\$ 600 COMEÇA A SER PAGO HOJE

**CRISE** O ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, disse ontem que os primeiros pagamentos do auxílio emergencial de R\$ 600 destinados a profissionais autônomos vão começar a acontecer hoje, para quem está no Cadastro Único do governo e tem conta na Caixa Econômica Federal (CEF) e no Banco do Brasil. Segundo o ministro, estes trabalhadores, que são entre 10 e 18 milhões de pessoas, devem receber o valor até, no máximo, a manhã de amanhã, quando também serão encaminhados os depósitos para os elegíveis ao auxílio emergencial que têm contas em outros bancos.

## ALEXANDRE DE MORAES SUSPENDE DÍVIDAS DE MT E RN

**ESTADOS** O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu ontem por seis meses as dívidas de Mato Grosso e Rio Grande do Norte com a União. Pela decisão do ministro, os recursos que os estados deixarão de usar no pagamento das dívidas deverão ser destinados a ações de combate ao avanço do novo coronavírus.

O Rio Grande do Norte informou que os contratos de dívida com a União e bancos públicos têm parcelas de R\$ 24 milhões por mês. Mato Grosso tem dívida total de R\$ 2,1 bilhões e paga mensalmente R\$ 10,9 milhões.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 07/04/2020	Página:



## Estado soma 437 casos; Salvador tem 262

A Bahia já registra 437 casos confirmados de Covid-19, a infecção provocada pelo novo coronavírus. O dado foi confirmado, ontem, em novo boletim divulgado pela Secretaria de Saúde do estado (Sesab). O número também contabiliza todos os registros de janeiro até às 17 horas de ontem.

Até o momento, foram confirmadas 10 mortes no estado em decorrência da doença, sendo oito em Salvador, um em Utinga e outra em Itapetinga, de uma mulher de 28 anos que tinha

dado à luz há uma semana.

Ao todo, 51 municípios do estado já possuem infectados. Salvador lidera, com 262 casos, o que equivale a 59,95% dos pacientes que testaram positivo para o novo coronavírus.

Ainda de acordo com o documento da Sesab, dos casos confirmados, 83 pacientes já estão recuperados e 46 permanecem internados, sendo 26 em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Outros 2.511 pessoas testaram negativo para a doença.

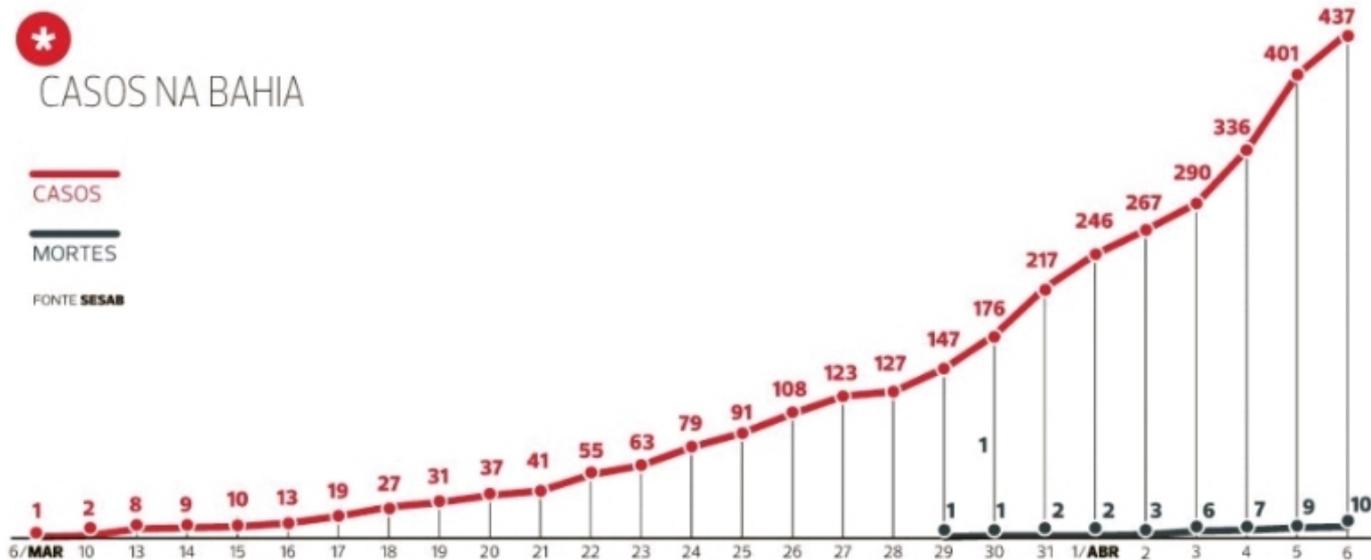
De acordo com levantamento da Sesab, a taxa de letalidade do coronavírus na Bahia é de 2,28%.

Estes dados representam notificações oficiais compiladas pelo Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde da Bahia (Cievs-BA), em conjunto com os Cievs municipais.

Ontem, o município de Ouriçangas chegou a comunicar que havia registrado um caso de coronavírus, mas a informação foi corrigida pouco depois e a cidade não possui casos positivos da

Covid-19. Houve uma retificação na ficha de notificação do paciente, pois o mesmo reside em Salvador.

Entre os casos confirmados, a média de idade é 40 anos, variando de 4 dias a 96 anos. A faixa etária mais acometida é a de 30 a 39 anos, representando 26,77% do total de casos confirmados. Porém, o coeficiente de incidência por 100.000 habitantes é maior na faixa de 50 a 59 anos (5,92/100.000 hab), indicando o maior risco de adoecer entre as pessoas nessa faixa etária.



# Lacen duplicará capacidade de testagem do vírus

Os serviços de saúde de todo o estado têm feito a coleta de amostra nasal dos pacientes para comprovar ou descartar a contaminação pelo novo coronavírus. Esse material é, obrigatoriamente, encaminhado ao Laboratório Central (Lacen), que atualmente tem capacidade para 300 testes por dia e trabalha em esquema de 24h, inclusive nos finais de semana, segundo informações da Sesab.

Duas novas máquinas de testes adquiridas pelo Governo do Estado deverão chegar ao Lacen nos próximos 15 dias. O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa, o dia 02. Os equipamentos permitirão 600 testes por dia.

Ainda conforme a Sesab, a média de tempo de realização do exame é de 48h mas, alguns municípios, pelo tempo de transporte da amostra, pode ter esse prazo aumentado. Além da chegada das duas máquinas, o estado informou a compra de 1 milhão de máscaras que serão distribuídas nos municípios.

O diagnóstico laboratorial de infecção pelo novo coronavírus só é feito em pacientes com suspeita e que apresentem um desses critérios: sinais de gravidade, Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) ou internados; pacientes sem sinais de gravidade que tiveram contato com suspeitos ou confirmados, ou com histórico de viagem recente ao exterior; profissionais de saúde com sintomas respiratórios suspeitos de Covid-19; gestantes com sintomas respiratórios suspeitos; pessoas com febre e suspeitas de infecção, triadas nos aeroportos, portos e estradas.

---

## MORTES POR CORONAVÍRUS NA BAHIA

---

**29/3** Homem de 74 anos (morte ocorrida no Hospital da Bahia, em Salvador)

---

**30/3** Homem de 64 anos (morte ocorrida no Hospital Aliança, em Salvador)

---

**1/4** Mulher de 28 anos (UPA, em Itapetinga)

---

**2/4** Homem de 88 anos (Hospital da Bahia, em Salvador)

---

**3/4** Homem de 79 anos (Cardiopulmonar, em Salvador)

---

**3/4** Mulher de 41 anos (Couto Maia, em Salvador)

---

**3/4** Homem de 80 anos (morte na cidade de Utinga)

---

**4/4** Ex-gerente da Caixa Econômica, 55 anos (óbito ocorrido no Hospital Aeroporto, em Lauro de Freitas)

---

**5/4** Idoso de 87 anos (morte registrada em Salvador)

---

**6/4** Idosa de 62 anos (Instituto Couto Maia, Salvador)

# Correio\*



**Gabriel Amorim\***

REPORTAGEM  
gabriel.amorim@redebahia.com.br

## Cidades baianas como Eunápolis e Barreiras rompem quarentena

Na contramão das orientações do governo do estado e de muitas prefeituras, como a de Salvador, que vêm suspendendo viagens intermunicipais e fechando escolas e outros estabelecimentos, algumas cidades do interior baiano decidiram reabrir seus comércios ontem.

Entre as cidades que decidiram pela reabertura de lojas estão Eunápolis, Barreiras, Valente e Vitória da Conquista, que acabou revogando o decreto de reabertura.

Na terceira maior cidade do estado, que tem seis casos confirmados da doença, o comércio amanheceu aberto depois que um novo decreto foi publicado no Diário Oficial. As novas regras previam algumas restrições, como o funcionamento em um turno por dia, de acordo com o tipo de mercadoria.

Os lojistas conquistenses teriam também de seguir protocolos de higiene e oferecer os produtos para que os clientes lavassem as mãos. Mas, durante a tarde, em uma reunião para discutir o decreto, o prefeito Herzem Gusmão (MDB) voltou atrás e revogou a medida.

Agora, de acordo com a Prefeitura, o comércio de produtos não essenciais vai permanecer fechado, com o objetivo de evitar grandes aglomerações e diminuir a

**Devido ao clamor popular, defini por revogar o decreto que permitia a reabertura do comércio** Herzem Gusmão

Prefeito de Vitória da Conquista

**A maioria das pessoas está com medo, não quer sair de casa, ou evita ao máximo** Paulo Teixeira

Morador de Vitória da Conquista

**Bares e restaurantes permanecem fechados mesmo nesta semana e as aulas seguem suspensas** Jairo Júnior

Secretário de Saúde de Eunápolis

**A prefeitura seguirá monitorando o quadro epidemiológico e poderá rever as medidas se necessário** Prefeitura de Barreiras

Nota da administração municipal

# Comércio de portas abertas no interior



circulação de pessoas.

“Devido ao clamor popular, defini por revogar o decreto que permitia a reabertura do comércio. Conquista segue buscando as melhores alternativas para combater o «Coronavírus! Vidas importam! E é em nome delas que estamos trabalhando”, escreveu o prefeito, no fim da tarde, em uma rede social.

Entre os moradores, o receio é quase unânime. “A maioria das pessoas está com medo, não quer sair de casa, ou evita ao máximo. Mas tem uns mais irresponsáveis, que querem que abra até bar e restaurante”, comenta o autônomo Paulo Teixeira, morador de Conquista.

“Eu não queria trabalhar, acho arriscado, moro com meus pais que são idosos, e isso acaba sendo um risco pra eles também. Mas se a loja abriu, não tenho como não ir, senão perco o trabalho”, disse outra moradora, vendedora em uma loja de roupas, que preferiu não se identificar.

Em Alagoinhas, o decreto de reabertura foi revogado

antes mesmo de as lojas reabrirem de fato.

Questionada, a União dos Municípios da Bahia (UPB) informou, em nota, que orienta as prefeituras quanto à criação de comitês locais de enfrentamento. “A entidade esclarece que defende o isolamento social e uma maior vigilância das autoridades municipais, mas entende que os municípios possuem autonomia sobre a questão. Nos casos de reabertura, a UPB orienta aos gestores que sejam adotadas as medidas sanitárias de distanciamento seguro e higienização”, completa o texto.

O presidente da Fecomércio-BA, Carlos de Souza Andrade, afirmou que cada município é autônomo e disse que a entidade apoia a decisão dos prefeitos.

Quem também abriu as portas do comércio foi a cidade de Eunápolis. Segundo o secretário de Saúde do município, Jairo Júnior, a decisão foi tomada na última sexta-feira (3), depois de reunião entre equipes da Prefeitura, sindicatos e en-

tidades do comércio.

“Fomos a primeira cidade da região a tomar a atitude de fechamento total das lojas e já estávamos assim, há 15 dias. Depois da reunião que tivemos, tomamos a decisão dessa reabertura parcial”, explica Jairo. A reabertura é tida como parcial porque as lojas foram obrigadas a funcionar respeitando o limite de 50% da sua capacidade de lotação e seguindo normas de higiene. Além disso, bares e restaurantes permanecem fechados mesmo nesta semana e as aulas seguem suspensas.

Segundo a prefeitura de Eunápolis, a punição para quem descumprir as determinações vai de três salários mínimos até a cassação do alvará de funcionamento do estabelecimento. “São medidas duras. Estamos com fiscais atuando na cidade e se, a qualquer momento acharmos necessário, voltaremos ao isolamento”, diz o secretário. Eunápolis não registrou nenhum caso da covid-19.

Em Barreiras, outra cidade que decidiu voltar à ativa, a



ILLO JOSÉ/ACORDA CIDADE



**Em Conquista, parte do comércio ficou aberto pela manhã, mas decisão foi revogada à tarde; em Feira de Santana, fechamento foi prorrogado até o dia 14 deste mês**

decisão foi baseada no fato de que não houve mudança no quadro de propagação do vírus na cidade durante os 20 dias em que o comércio ficou fechado. O município tem apenas um caso confirmado da doença.

**MONITORAMENTO**

“A prefeitura de Barreiras instituiu o Plano Municipal de Retomada das Atividades Econômicas, bem como estabeleceu novas medidas de prevenção e controle para o enfrentamento da doença. A prefeitura seguirá monitorando diariamente o quadro epidemiológico e poderá rever as medidas se necessário. Sempre priorizando as ações que garantam a preservação da vida”, disse, em nota, a Prefeitura.

Já o município de Valente publicou no sábado (4), no Diário Oficial do Município, um decreto que também libera o funcionamento do comércio, neste caso, entre os dias 6 e 11 de abril, das 8h às 17h. A medida não é válida para bares, quiosques e academias. O CORREIO entrou em contato com o prefeito do município, mas não obteve resposta até ontem.

O mesmo decreto exige ainda que o comércio varejista ofereça em seus espaços de atendimento álcool em gel, redução de funcionários para atendimento equipados com EPIs de proteção (luvas e máscaras) e atendimento escalonado dos clientes com distância mínima de um metro.

Apesar da reabertura do comércio em Valente, a maior parte das lojas permaneceu fechada ontem, como relatou a enfermeira Roberta Duarte, 39 anos, que mora no município. “A maioria das lojas estava fechada. A cidade está pouco movimentada, mas as pessoas que estão saindo não usam proteção”, contou.

Em dias de feira, como na última sexta (2), o fluxo de pessoas é maior na cidade. Já na zona rural de Valente, é como se não houvesse coronavírus e até os bares estão cheios. “As pessoas não têm medo porque não tem caso confirmado na cidade”, disse a enfermeira. Ainda de acordo com ela, a população apoia a decisão de abrir o comércio com base no argumento de que é necessário manter a fonte de renda das pessoas.

Já em Feira de Santana, o prefeito Colbert Martins (MDB) decidiu, no domingo (5), prorrogar as medidas restritivas para manter o isolamento social e evitar o avanço do novo coronavírus. Segundo a Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), o município tem 26 casos confirmados da covid-19. Segundo o decreto, o fechamento do comércio de rua, bares e restaurantes será mantido até o dia 14 de abril. Já a suspensão das aulas da rede pública e privada, dos shoppings e galerias será até o dia 20 deste mês.

\*COLABOROU MARINA HORTÉLIO, COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

# Após críticas, prefeito de Conquista recua

O secretário de Administração de Conquista, Kairam Rocha Figueiredo, disse que a Prefeitura voltou atrás na decisão de abrir as lojas após pedidos da população. O comércio ficou apenas um dia funcionando em formato de rodízio e, agora, voltará a fechar pelos próximos seis dias. Apenas os serviços essenciais podem continuar funcionando. “O que percebemos é o clamor social pelo fechamento das lojas. A população está com medo e receosa, assim como todas as pessoas do mundo. O fenômeno desta pandemia é algo desconhecido”, afirmou.

O secretário explicou que não houve aglomeração nas lojas abertas, e os lojistas seguiram as regras de prevenção contra o coronavírus. “Nós tomamos a decisão de abrir de forma responsável. Percebemos que não houve aglomeração e os lojistas estavam seguindo as regras

**Haverá nova reunião no próximo fim de semana, para avaliar se comércio volta a abrir**

mendações”, disse Kairam. Mas após reunião com o prefeito Herzem Gusmão, a reabertura foi suspensa.

Haverá novo encontro no próximo final de semana para analisar se é necessário manter as lojas fechadas por mais dias. O novo documento também suspende pelo prazo de seis dias visita aos cemitérios do município, ficando permitido somente os sepultamentos com número máximo de 10 participantes.

A abertura do comércio pode criar um aglomerado de pessoas nas lojas, o que facilita uma possível transmissão do novo coronavírus. “Com o comércio aberto, vai ter aglomerado de pessoas circulando. Dessas, quantas podem ter o vírus e passar para outras pessoas? Não tem como responder a essa pergunta”, disse a infectologista Áurea Paste.

A médica ressalta que a recomendação é manter as lojas fechadas para que seja praticado o isolamento social, assim, é possível reduzir a transmissão da enfermidade. “As cidades com casos confirmados da doença têm um risco maior com o comércio aberto. Os locais sem infectados também devem fechar as lojas, pois as pessoas podem circular entre as cidades e levar o vírus. Abrindo o comércio, as viagens vão estar mais liberadas e quem está infectado pode viajar e disseminar o vírus”, explicou.

“Nesse momento, é preciso levar a sério o isolamento social. A cidade que não tem casos deveria ter mais atenção às recomendações para impedir a entrada do vírus na cidade”, afirmou Paste. Caso a pessoa precise sair de casa, é necessário se proteger e prestar atenção para não acabar se contaminando. A infectologista ressalta ainda a necessidade de usar uma máscara de tecido, evitar tocar em superfícies suspeitas e no rosto, fazer a higiene recorrente das mãos e manter a distância de, pelo menos, um metro e meio das outras pessoas.

# Em São Paulo, quarentena é prorrogada

O governador de São Paulo, João Dória (PSDB), prorrogou a quarentena no estado por mais 15 dias, para conter o avanço do novo coronavírus. Com isso, as restrições valerão até o dia 22 deste mês. O anúncio foi feito ontem, em coletiva no Palácio dos Bandeirantes, com a participação do prefeito da capital, Bruno Covas (PSDB), e do médico infectologista David Uip, chefe do Centro de Contingência da Covid-19, que contraiu o vírus, mas voltou às atividades.

A medida determina a manutenção do fechamento do comércio e de serviços não essenciais, o que inclui bares, restaurantes e cafés,

que só podem funcionar com serviços de delivery. Já os considerados essenciais, como farmácias e supermercados, podem abrir as portas. A regra vale para todos os municípios do Estado.

São Paulo é o estado com o maior número de mortes e de casos do novo coronavírus no Brasil. De acordo com a Secretaria Estadual da Saúde, eram 275 óbitos até a tarde de ontem, o que representa 56% do total do país. O estado tem 4.620 casos confirmados - 41% dos casos brasileiros.

O presidente do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas, afirmou que estudos coordenados por epidemio-

logistas apontam que houve 56% de redução na mobilidade social do Estado. O ideal, segundo ele, é um percentual acima de 60%.

Antes do anúncio, Dória voltou a pedir que empresários não demitiam funcionários neste período. “Um apelo: façam todo o possível para não demitir. Compreendo as restrições deste momento. Mais do que nunca, seus funcionários e colaboradores esperam de vocês que exerçam sua responsabilidade social e seu lado humanitário. O sofrimento é de todos, mas principalmente dos que dependem do salário para sobreviver”, disse o governador.

Ele também anunciou que o governo deverá receber R\$ 218 milhões de empresários de São Paulo para o combate à crise.

De acordo com pesquisa Datafolha, realizada entre os dias 1º e 3 de abril e divulgada ontem, cerca de 76% das 1.511 pessoas entrevistadas querem manter o isolamento social nos moldes atuais para conter o avanço da pandemia do novo coronavírus no Brasil. Apenas 18% acham que o país deve voltar com as atividades enquanto 6% não souberam responder. O apoio ao isolamento é maior no Nordeste, onde 81% acham que o isolamento deve continuar. No Sul do país, o apoio ao isolamento é de 70%.



O governador João Dória explica as medidas na capital paulista

DAS AGÊNCIAS

Veículo: G1	
Data: 07/04/2020	



## **Governo prevê liberar R\$ 6 bi de fundos constitucionais em empréstimos para pequeno empreendedor**

**Expectativa é de que sejam contratadas 85 mil operações com recursos dos fundos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Linha de crédito terá modalidade de capital de giro e de investimentos.**

**Por Alexandro Martello, G1** — Brasília  
07/04/2020 09h59 Atualizado há 57 minutos

---

O governo federal informou que espera liberar R\$ 6 bilhões em empréstimos para os pequenos empreendedores por meio de uma linha de crédito aprovada nesta semana pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO).

"Nosso foco principal é auxiliar os pequenos negócios, com até dez funcionários, e os autônomos dessas regiões. Os fundos constitucionais possuem as menores taxas do mercado e atendem especialmente quem não consegue ter acesso a financiamentos em outras instituições", afirmou o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho.

De acordo com o governo, o maior volume de recursos (R\$ 3 bilhões) será destinado à região Nordeste, enquanto outros R\$ 2 bilhões irão para a região Norte e R\$ 1 bilhão para o Centro-Oeste. O objetivo, diz, é "pulverizar a aplicação dos recursos chegando ao maior número de beneficiários e municípios possível".

**A expectativa do governo é de que sejam contratadas cerca de 85 mil operações.** Terão preferência no acesso às linhas de crédito emergencial as

atividades vinculadas aos setores comerciais e de serviços, informou o Ministério do Desenvolvimento Regional.

A **taxa de juros dessa linha de empréstimo será de 2,5% ao ano**, ou seja, abaixo da taxa básica de juros da economia, fixada pelo Banco Central, atualmente em 3,75% ao ano. De acordo com o governo, **essa é a menor taxa do mercado**, voltada para os pequenos empreendedores. Por conta disso, haverá um custo de R\$ 439 milhões aos cofres públicos.

"Esse é mais um auxílio que o Governo Federal disponibiliza para que nossa economia possa continuar girando e os impactos desse momento sejam minimizados. Queremos pulverizar esses recursos para o maior número de beneficiários, justamente para preservar empregos e recuperar atividades produtivas", disse o ministro Rogério Marinho.

#### **Como funciona a linha de crédito**

Segundo o governo, serão disponibilizados empréstimos para capital de giro e investimentos. Nas duas situações, os **financiamentos poderão ser contratados enquanto o decreto de calamidade pública estiver em vigor, limitado a 31 de dezembro de 2020.**

- No caso do **capital de giro, a oferta será de até R\$ 100 mil por beneficiário**. Os recursos poderão ser utilizados com despesas de custeio, manutenção e formatação de estoques e, também, para o pagamento de funcionários, contribuições e despesas diversas com risco de não serem honradas por conta da redução ou paralisação das atividades produtivas.
- Na modalidade **investimentos, serão disponibilizados até R\$ 200 mil por beneficiário**, com a finalidade do empreendedor investir e, ao mesmo tempo, utilizar o recurso como capital de giro.
- O prazo para quitação, informou o governo, **será de até 24 meses e carência até 31 de dezembro de 2020, de acordo com a capacidade de pagamento do beneficiário.**

#### **Quando e onde buscar**

De acordo com o governo, as novas linhas de crédito entrarão em vigor a partir da publicação de Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional para cada região. Ainda não foi informado quando isso acontecerá. Os recursos dos três fundos constitucionais são concedidos por meio do Banco da Amazônia (região Norte), do Banco do Nordeste (região Nordeste) e, no Centro-Oeste, pelo Banco do Brasil.

Veículo: Política Livre	
Data: 07/04/2020	Caderno: Economia



07 de abril de 2020 | 09:10

## ***Inflação de cesta de compras de idosos chega a 0,88% no 1º trimestre***

### **ECONOMIA**

O Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3i), que é a variação da cesta de consumo de pessoas com mais de 60 anos de idade, registrou inflação de 0,88% no primeiro trimestre deste ano. A taxa do primeiro trimestre ficou abaixo da observada no último trimestre de 2019 (1,19%).

Cinco das oito classes de despesa que compõem o índice tiveram queda na taxa do último trimestre de 2019 para o primeiro trimestre deste ano, com destaque para os transportes, cujo índice recuou de 2,47% para 0,42%. O item que mais influenciou esse comportamento foi a gasolina, que passou a registrar deflação (queda de preços) de 1,66% no primeiro trimestre, ante uma inflação de 5,69% no trimestre anterior.

Também contribuíram para a queda da taxa do IPC-3i do primeiro trimestre os grupos: despesas diversas (de 6,73% no último trimestre de 2019 para 0,38% no primeiro trimestre deste ano), alimentação (de 3,11% para 2,61%), educação, leitura e recreação (de 1,29% para -0,42%) e vestuário (de 0,80% para -0,17%).

Por outro lado, três grupos tiveram alta na taxa no período: habitação (de -0,66% para 0,25%), saúde e cuidados pessoais (de 0,89% para 1,13%) e comunicação (de 0,11% para 0,43%).

Agência Brasil

Veículo: Política Livre	
Data: 07/04/2020	Caderno: Economia

Raul Monteiro  
**POLÍTICALIVRE**  
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

07 de abril de 2020 | 07:50

## ***Com queda de 21,1%, produção de veículos tem o pior março em 16 anos***

### **BRASIL**

A produção de veículos no País caiu 21,1% em março na comparação com o resultado de um ano atrás, marcando o pior desempenho para o mês em 16 anos. Com as montadoras começando a suspender as operações a partir da segunda quinzena, em razão da covid-19, apenas 190 mil unidades foram produzidas. Para abril, a previsão é de tombo ainda maior, já que 63 das 65 fábricas do setor estão paradas. Ao todo, 123 mil funcionários estão em férias coletivas.

No acumulado do trimestre, a produção de 585,9 mil unidades é 16% menor em relação ao mesmo período de 2019. As vendas caíram 8,1%, para 558,1 mil automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. A crise decorrente da pandemia do coronavírus é a única justificativa para o desempenho. Entre a primeira e a última semana de março o tombo na média das vendas diárias foi de quase 90% – de 10,7 mil unidades ao para dia para 1,4 mil.

“Nos primeiros dias de abril verificamos ritmo semelhante, ou seja, vai ser um horror também”, diz o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Carlos Moraes, que ontem fez o balanço mensal do setor por vídeo.

Entre as montadoras, quem tinha programado retomar a produção nesta semana prorrogou a parada para o fim do mês ou início de maio. Elas também negociam com sindicatos de trabalhadores medidas para quando a produção for retomada, como lay-off (suspensão temporária de contratos) e redução de jornada e salários.

Segundo Moraes, a retomada será lenta e medidas de flexibilização precisam ser adotadas “para manter o máximo possível do quadro de pessoal”.

Em quatro das cinco fábricas da General Motors já houve acordos de jornada reduzida e lay-off, com redução de 5% a 25% nos salários, dependendo da faixa salarial. Só falta a decisão em assembleia dos trabalhadores da unidade de São José dos Campos (SP).

A Mercedes-Benz iniciou discussão de propostas similares para as fábricas de São Paulo e Minas Gerais e a PSA Peugeot Citroën informa que tem mantido contato constante com o sindicato para avaliar o momento e alternativas para o futuro próximo. Outras empresas também vão iniciar discussões sobre o tema.

O setor já vinha cortando vagas antes da chegada do coronavírus, em parte por causa da robotização nas fábricas. Em 12 meses foram fechados 3,4 mil postos de trabalho. Em março, as montadoras tinham 125,7 mil funcionários, 314 a menos que no mês anterior.

#### Liquidez

Moraes confirma que boa parte das fabricantes está revendo projetos de investimentos no País que estavam em andamento. O plano divulgado pelas empresas do setor era aplicar R\$ 40 bilhões entre 2018 e 2022. Não há dados de quanto desse valor ainda não foi gasto.

Moraes afirma que, assim como em outros setores, a prioridade da cadeia automotiva (montadoras, autopeças e revendas) é buscar liquidez no sistema financeiro para passar por essa crise sem precedentes.

“O Banco Central liberou o compulsório, mas infelizmente os bancos estão sentados na liquidez, conforme já falou o ministro Paulo Guedes”, diz Moraes. “Em vez de oxigenar, estão asfixiando o mercado.” Quando liberam crédito, o juro é exorbitante, diz Para ele, os bancos veem riscos de aumento da inadimplência e, em vez de emprestar o dinheiro, estão aplicando em títulos públicos. “Se medidas não forem tomadas rapidamente, muitos problemas vão ocorrer.”

*Estadão*

Veículo: Política Livre	
Data: 06/04/2020	Caderno: Economia



06 de abril de 2020 | 17:59

## ***Exportações baianas crescem 8,3% em março***

### **ECONOMIA**

As exportações baianas avançaram 8,3% em março, em comparação a igual mês do ano passado, atingindo o valor de US\$ 568,8 milhões. As informações foram analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento (Seplan).

“Embora o mercado global esteja passando por uma retração devido ao avanço da pandemia do coronavírus, os volumes embarcados de soja, celulose e derivados de petróleo resistiram e registraram crescimento de 32,8%, 39,3% e 20,9%, respectivamente, garantindo o desempenho positivo no mês”, destacou o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

Em termos de volume, as exportações de produtos baianos tiveram aumento de 26,6%, já que são, em sua maioria, as commodities, que possuem menos elasticidade em relação à demanda mundial. Em contrapartida houve desvalorização média de 14,5% nos preços, maior declínio mensal desde novembro de 2019.

No trimestre, as exportações baianas alcançaram US\$ 1,8 bilhão, o que representa um aumento de 1,6% ante o primeiro trimestre do ano passado. O volume (quantum) teve aumento de 21,1%, mas os preços médios acusam redução de 16,1%, sempre comparados a igual período do ano anterior. As maiores desvalorizações ocorreram nos setores de papel e celulose (-23,5%), petroquímicos (-15,1%), metalúrgicos (-43%) e minerais (-25,7%), por ordem de importância na pauta.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 07/04/2020	Caderno: Notícias



Terça, 07 de Abril de 2020 - 08:00

## ***Rui sanciona isenção de conta de água para famílias baianas de baixa renda***

por **Lucas Arraz**

O governador Rui Costa sancionou nesta terça-feira (7), o projeto de lei que isenta faturas residenciais de água a consumidores de baixa renda beneficiários de tarifa social na Bahia.

O texto aprovado na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) anistia contas cujos consumos mensais sejam iguais ou inferiores a 25m<sup>3</sup> (vinte e cinco metros cúbicos).

O estado arcará com três faturas mensais com vencimento a partir da publicação da lei. O orçamento para o pagamento das contas pode decorrer de dividendos ou créditos a que tenha direito o estado da Bahia.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/04/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 06 de Abril de 2020 - 22:00

## ***Preço da gasolina cai nos postos em meio a pandemia de coronavírus***

por **Diego Garcia** | Folhapress

O preço da gasolina caiu mais que 20 centavos nos postos de gasolina nas últimas quatro semanas, indo de R\$ 4,515 no dia 8 de março para R\$ 4,298 no dia 4 de abril, uma queda de quase 5%.

Os dados divulgados pela ANP (Associação Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) foram feitos após pesquisa em mais de 5,7 mil postos. O período de queda nos preços coincide com o crescimento da pandemia do novo coronavírus no Brasil.

No dia 7 de março, o país tinha apenas 19 casos confirmados de Covid-19, sem nenhuma morte registrada. Neste domingo (5), já eram 11.130 doentes, com pelo menos 486 mortes, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde.

A queda dos preços também foi observada no diesel. Em mais de 3 mil postos pesquisados, a ANP encontrou o valor médio de R\$ 3,437 na última semana. Já no período compreendendo 8 a 14 de março, o preço ficava em R\$ 3,618. Na mesma comparação, o etanol foi de R\$ 3,253 para R\$ 3,039.

Em 2020, principalmente no mês de março, a Petrobras anunciou cortes no preço da gasolina, em resposta à redução das cotações internacionais do petróleo em meio à pandemia do novo coronavírus.

A partir do sábado, 28 de março, a gasolina vendida pelas refinarias ficou 5% mais barata, no que foi o nono corte do ano, o quarto em apenas 15 dias, período em que começaram a se intensificar pelo mundo as restrições à mobilidade das pessoas para combater a pandemia do coronavírus.

O preço do diesel caiu 3%, no oitavo corte do ano --o terceiro nas duas semanas anteriores.

Com as mudanças, o preço da gasolina acumulava queda de 43% nas refinarias. O diesel caiu 31%. Nas bombas, até o dia 20 de março, o repasse havia sido de apenas 1,5% para a gasolina e 4,4% para o diesel. Os elevados estoques de postos e distribuidoras retardaram os repasses aos consumidores.

A queda abrupta no consumo de combustíveis após o início das medidas de isolamento social no país é apontada por executivos e especialistas como um entrave para repasses mais rápidos neste momento, já que os postos e distribuidoras têm dificuldade para desovar estoques antigos.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/04/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 06 de Abril de 2020 - 21:10

## ***Depósitos superam saques e poupança bate recorde em março em meio a pandemia***

A conhecida caderneta de poupança, aplicação financeira mais tradicional dos brasileiros, voltou a atrair o interesse dos brasileiros em meio à pandemia provocada pelo novo coronavírus. No mês passado, os investidores depositaram R\$ 12,17 bilhões a mais do que retiraram da aplicação, informou nesta segunda-feira (6) o Banco Central.

Em março do ano passado, a captação líquida – diferença entre depósitos e saques– tinha atingido R\$ 1,85 bilhão, de acordo com a Agência Brasil.

Essa foi a maior captação líquida para meses de março desde o início da série histórica, em 1995. Com o resultado do mês passado, a poupança acumula saída líquida de R\$ 3,76 bilhões no primeiro trimestre.

A queda expressiva da bolsa de valores e a instabilidade em outros investimentos, como títulos do Tesouro, refletiu-se em maior volume de depósitos na poupança. No mês passado, o Tesouro Direto chegou a ficar alguns dias fora do ar, por causa da turbulência no mercado financeiro.

Veículo: BNews	Caderno: Economia
Data: 07/04/2020	



## *Pagamento da conta de água das famílias de baixa renda passa ter validade; Estado arcará com a despesa*

07 de Abril de 2020 às 05:30 Por: **Pixabay** Por: **Victor Pinto** 0 comentários

Após o governador Rui Costa (PT) ter sancionado o projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa da Bahia, a autorização para o governo pagar as contas de água das famílias de baixa renda passa ter validade no Estado. A lei 14.256/2020 foi publicada no Diário Oficial desta terça-feira (7). O projeto foi deliberado pela AL-BA no sábado (4).

Pela norma, o governo vai arcar com a despesa por três meses das famílias inscritas na Tarifa Social da Embasa. Elas precisaram ter um consumo mensal inferior a 25 metros cúbicos de água.

De acordo com a secretaria da Comunicação, mais de 233 mil famílias, em diversos municípios baianos, serão beneficiadas o que equivale na estimativa de 860 mil pessoas atingidas pela isenção temporária da conta de água.

O governador Rui Costa afirmou que a medida, assim como a do pagamento das contas de luz - essa já em vigor no Estado deste o fim de semana - só foi possível graças a transferência dos recursos das emendas parlamentares dos deputados estaduais para auxiliarem em projetos voltados para a saúde ou para as áreas social e econômica atingidas, direta ou indiretamente, pelo Covid-19.

**OUTRO PROJETO** - Também foi publicado no Diário desta terça-feira (7) a lei 14.257 que dispõe sobre procedimentos complementares para enfrentamento ao coronavírus na Bahia. Conforme o documento, as contratações públicas destinadas ao atendimento de demandas relacionadas ao combate do coronavírus poderão ser realizadas por dispensa de licitação, na forma da lei federal nº 13.979. Segundo a Secom, os contratos terão prazo de duração de até 180 dias, prorrogáveis por períodos sucessivos, enquanto perdurar a situação de emergência.



## EXPORTAÇÕES BAIANAS AVANÇAM EM MARÇO E ATINGEM MAIS DE US\$ 500 MI

As exportações baianas avançaram 8,3% em março, em comparação ao mesmo mês do ano passado, atingindo o valor de US\$ 568,8 milhões. As informações foram analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

“Embora o mercado global esteja passando por uma retração devido ao avanço da pandemia do coronavírus, os volumes embarcados de soja, celulose e derivados de petróleo resistiram e registraram crescimento de 32,8%, 39,3% e 20,9%, respectivamente, garantindo o desempenho positivo no mês”, destacou o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

Em termos de volume, as exportações de produtos baianos tiveram aumento de 26,6%, já que são, em sua maioria, as commodities, que possuem menos elasticidade em relação à demanda mundial. Em contrapartida houve desvalorização média de 14,5% nos preços, maior declínio mensal desde novembro de 2019.

No trimestre, as exportações baianas alcançaram US\$ 1,8 bilhão, o que representa um aumento de 1,6% ante o primeiro trimestre do ano passado. O volume (quantum) teve aumento de 21,1%, mas os preços médios acusam redução de 16,1%, sempre comparados a igual período do ano anterior. As maiores desvalorizações ocorreram nos setores de papel e celulose (-23,5%), petroquímicos (-15,1%), metalúrgicos (-43%) e minerais (-25,7%), por ordem de importância na pauta.

As importações, entretanto, alcançaram US\$ 444,9 milhões, com queda de 34,6% e que atingiu de forma generalizada todas as categorias de uso. O recuo reflete a desvalorização cambial e o impacto inicial da covid-19 na demanda doméstica, além dos efeitos da pandemia no fluxo logístico e de abastecimento. No primeiro trimestre, as importações baianas acumulam US\$ 1,31 bilhão, 30% inferior ao mesmo período de 2019. O volume recuou 25,4%, enquanto os preços médios tiveram queda de 6,3%.

Bahia Econômica

Data: 07/03/2020



SANCIONADO PROJETO DE LEI QUE SUSPENDE PAGAMENTO DA CONTA DE ÁGUA POR 90 DIAS;  
SAIBA QUANDO ENTRA EM VIGOR

O projeto de lei que isenta o pagamento da conta de água para famílias inscritas na Tarifa Social da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) foi sancionado nesta segunda-feira (6). A medida entra em vigor nesta terça-feira (7), quando ocorrerá a publicação do Diário Oficial do Estado (DOE). A ação custará R\$ 50 milhões ao Governo do Estado.

A isenção vale para consumo mensal de até 25 metros cúbicos. De acordo com a Embasa, há 223.538 domicílios cadastrados na tarifa social no estado da Bahia. A estimativa da empresa é que a medida do Governo do Estado venha a beneficiar cerca de 800 mil pessoas.

O anúncio da medida foi feito pelo Governo da Bahia na última quinta-feira (2). Segundo o governador Rui Costa, o Estado arcará com as despesas pelos próximos três meses, assim como fará com as contas de l



## SUSPENSA A LIMINAR QUE IMPEDIA COBRANÇA SOBRE COMBUSTÍVEIS

O presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), desembargador Lourival Trindade, suspendeu a liminar que garantia a uma distribuidora de petróleo o não pagamento dos Fatores de Correção de Volume (FCV) incidentes sobre as bases de cálculos dos combustíveis comercializados.

Além de ficar impossibilitado de receber o montante advindo do FCV, o Estado da Bahia deveria devolver à empresa os valores pagos indevidamente. Decisão havia sido tomada pela 3ª Vara da Fazenda Pública de Salvador.

A Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE), que foi autora do pedido, alegou que em meio à pandemia do novo coronavírus, “a receita estadual se vê afetada e necessita dos valores provenientes dos FCV”. “A manutenção da decisão, inarredavelmente, ocasiona a frustração da execução orçamentária estatal, em áreas sensíveis, sobretudo, em razão do lamentável agravamento do cenário de saúde pública, ocasionado pela propagação da pandemia Covid-19”, argumentou o procurador Jorge Salomão Oliveira dos Santos, segundo nota divulgada pelo TJBA.

Ainda segundo o órgão, o procurador também disse que “a medida liminar concedida implica em grave lesão à saúde e à economia públicas, principalmente, no que diz respeito ao efeito multiplicador que a mesma pode causar”.

## ECONOMIA

---

Publicado em 06/04/2020 às 19h40.

# Bahia atinge US\$ 568,8 milhões em exportações no mês de março

Montante representa avanço de 8,3% no período, em comparação ao mesmo período do ano passado

Redação



Foto: Divulgação

A Bahia alcançou US\$ 568,8 milhões em exportações no mês de março. O montante representa avanço de 8,3% no período, em comparação ao mesmo período do ano passado.

Em termos de volume, as exportações de produtos baianos tiveram incremento de 26,6%, já que são majoritariamente commodities que possuem menos elasticidade em relação à demanda mundial. Apesar dos dados positivos, houve desvalorização média de 14,5% nos preços. O percentual é o maior declínio mensal desde novembro de 2019.

“Embora o mercado global esteja passando por uma retração devido ao avanço da pandemia do coronavírus, os volumes embarcados de soja, celulose e derivados de petróleo resistiram e registraram crescimento de 32,8%, 39,3% e 20,9%, respectivamente, garantindo o desempenho positivo no mês”, celebrou o secretário de Planejamento, Walter Pinheiro.

equivalente a aumento de 1,0% ante o mesmo período de 2019.

O volume teve aumento de 21,1%, mas os preços médios caíram 16,1%. As maiores desvalorizações foram registradas nos setores de papel e celulose (-23,5%), petroquímicos (-15,1%), metalúrgicos (-43%) e minerais (-25,7%) – por ordem de importância.

### Importações

As importações, por sua vez, recuaram 34,6% e alcançaram US\$ 444,9 milhões. A queda, de acordo com a SEI, reflete a desvalorização cambial e o impacto inicial da Covid-19 na demanda doméstica, no fluxo logístico e no abastecimento.

Quando analisado o primeiro trimestre, as importações acumulam US\$ 1,31 bilhão, o que representa 30% a menos em comparação ao mesmo período do ano passado. O volume recuou 25,4%, enquanto os preços médios caíram 6,3%.



PUBLICIDADE

Governo da Bahia

## MAIS NOTÍCIAS

---

ECONOMIA 21h40 de 06/04/2020

### Dólar recua após seis altas seguidas

Informações da Europa acalmaram o mercado, contendo em parte a tensão gerada pelos conflitos entre



Bolsonaro e Mandetta

---

ECONOMIA 14h47 de 06/04/2020

## MPEs já podem contratar crédito para pagar folha

Programa foi reulamentado nesta segunda pelo Conselho Monetário Nacional. Financiamento especial vai durar três meses



---

ECONOMIA 12h28 de 06/04/2020

## **Bancos processam mais de dois milhões de pedidos de renegociação de dívidas**

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), os bancos estão totalmente sensibilizados com a necessidade de os recursos chegarem rapidamente na [...]



---

ECONOMIA 11h35 de 06/04/2020

## Mercado financeiro prevê queda de 1,18% no PIB neste ano

Previsão do mercado para 2021, 2022 e 2023 continua em 2,50%; já a cotação do dólar deve fechar 2020 em R\$ 4,50



---

ECONOMIA 09h30 de 05/04/2020

## Mega-Sena acumula e deve pagar R\$ 10,5 milhões no próximo concurso

Números sorteados foram 04, 09, 31, 47, 49 e 53

---

ECONOMIA 20h00 de 04/04/2020

## **Empresas reclamam de dificuldades para prorrogar dívidas**

Renegociação dependerá das partes envolvidas, diz BC



# ‘As ações do governo têm de ser temporárias’, diz ex-ministro da Fazenda

Para Eduardo Guardia, País deve evitar repetir erro de 2008, quando criou novas despesas de forma permanente

Entrevista com

Eduardo Guardia, ex-ministro da Fazenda

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

07 de abril de 2020 | 06h00

BRASÍLIA - Antecessor de **Paulo Guedes** no comando da área econômica, o **ex-ministro da Fazenda Eduardo Guardia** diz que é hora de deixar de lado diferenças políticas para acelerar medidas no combate aos efeitos da **covid-19**, mas que não se pode **cometer os mesmos erros da crise de 2008**. “Não se combate essa crise criando despesas permanentes. Essa foi a resposta do governo brasileiro na crise de 2008, quando aumentamos o gasto permanente e pagamos essa conta até hoje.”

LEIA TAMBÉM > [Mercado financeiro passa a estimar retração de 1,18% do PIB em 2020](#)

Abaixo, os principais trechos da entrevista.

### **Como o sr. vê o enfrentamento da crise?**

As medidas são corretas e possuem uma dimensão importante. O **BC** está apresentando medidas que são muito importantes para manter o adequado funcionamento do sistema financeiro e a manutenção da liquidez do mercado de crédito. Do lado fiscal, o governo está focando em várias ações. A **Receita** também começa a fazer movimentos de adiamento de tributos. Qual a grande preocupação? Que isso seja monitorado para que chegue, na ponta, com rapidez. Temos uma grande rede de proteção social, o **Bolsa Família**, que também deve ser utilizada. Mais importante do que discutir se R\$ 750 bilhões são adequados, é ir um passo de cada vez e ver se as medidas já anunciadas chegam na ponta.

### **Qual a sua visão sobre a PEC que confere poderes ao BC para comprar títulos públicos e privados?**

Considerando a gravidade da crise atual, entendo o objetivo de conferir instrumentos ao BC para ele dar liquidez ao crédito privado através da atuação no mercado secundário. Diversos BCs tem essa prerrogativa e não vejo problema em criar este instrumento, desde que com a devida transparência e limitado a período de crises mediante a aprovação prévia do CMN. Não vejo necessidade de

que essa intervenção seja financiada, mesmo que parcialmente. Também não vejo necessidade imediata, nas nossas circunstâncias, de autorizar o BC a comprar títulos públicos no mercado secundário, como se fosse um "quantitative easing" (*afrouxamento monetário, medida em que o governo injeta recursos na economia, por meio da compra de títulos, por exemplo*).

### **Por que?**

Temos hoje uma separação institucional clara entre BC e Tesouro. O BC tem instrumentos adequados para conduzir a política monetária (*calibragem da taxa básica de juros para o controle da inflação*) sem ter que atuar na recompra de títulos públicos de longo prazo. A gestão da dívida pública deveria permanecer sob responsabilidade exclusiva do Tesouro para evitar qualquer risco de financiamento indireto pelo Tesouro. Se a preocupação é com a redução das taxas de juros longas, no nosso contexto o melhor caminho para isso é justamente afastar o espectro de qualquer financiamento monetário pelo Tesouro e proporcionar confiança de que, no devido momento, retomaremos a agenda de reformas que levarão à melhoria da situação fiscal de longo prazo.

**Qual a importância de o BC ter o instrumento de comprar carteiras e títulos de crédito?**

Esses instrumentos são importantes porque, mesmo que haja liquidez no mercado financeiro, não necessariamente ela chega na ponta para as empresas, onde precisa.

### **O que é mais urgente ainda a ser feito?**

Que as medidas já anunciadas sejam operacionalizadas. Diversas medidas foram anunciadas, mas pouco foi efetivamente implementado. O senso de urgência é fundamental neste momento. Cada dia de atraso na implementação tem potencial de agravar a situação.

### **Por que essa demora?**

O **Brasil** é um país difícil, a legislação é complexa, o risco jurídico para quem está lá tomando a decisão é grande. Estamos discutindo emenda constitucional para implementar os programas, porque nosso arcabouço é muito mais amarrado. Isso, de fato, tem impacto na nossa velocidade de resposta. Também acho que demoramos um pouco para colocar esse arsenal de medidas na mesa.

### **O Congresso deveria fazer uma trava para que os gastos sejam circunscritos a 2020?**

O que vale para o governo federal tem de valer para Estados e municípios. Não se combate essa crise criando despesas permanentes. Essa foi a resposta do governo

brasileiro na crise de 2008, quando aumentamos o gasto permanente e pagamos essa conta até hoje. Foi um erro muito grande. Não podemos repetir o erro.

### **Como lidar com o dilema de fiscalizar e controlar gasto quando na outra ponta está a necessidade de salvar vidas, o emprego e as empresas?**

Não é incompatível, não vejo esse dilema. As ações têm de ser temporárias. É isso que vai nos permitir atender às necessidades de curto prazo, não fugir das nossas responsabilidades, e preservar a capacidade de recuperação fiscal de médio e longo prazos. Haverá aumento de endividamento, sim é inegável. O que não pode é ter aumento de endividamento e gasto permanente. Entramos nessa crise com a situação fiscal já fragilizada e isso afetará o custo do ajuste após a crise.

### **Como o Brasil sai da crise?**

Teremos um a grande contração. O **PIB** brasileiro e do mundo vai ter uma contração muito forte. Acredito que maior do que a que o Brasil teve em 2008. No quarto trimestre de 2008, o Brasil teve uma contração de 3,9%. Devemos estar preparados e esperar uma contração maior no segundo trimestre deste ano. A resposta precisa ser rápida, ter foco e colocar de lado as diferenças políticas. É como uma situação de guerra, as diferenças precisam ser colocados de lado para sairmos melhores.

## **O chamado “fiscalismo” não morre com a crise?**

Não morre. O desequilíbrio fiscal sem precedentes que nos levou à crise de 2014 a 2016. O Brasil pagou um custo altíssimo em termos de crescimento, emprego e renda, por causa do desequilíbrio fiscal. Não tem nenhum economista responsável que possa defender falta de compromisso com a disciplina fiscal. É esse desequilíbrio, em última instância, que limita nossa capacidade de crescimento econômico.

# Estados e municípios estimam fechar o ano com rombo de até R\$ 44 bilhões

Governadores e prefeitos buscam novos empréstimos e suspensão de pagamentos de parcelas da dívida com a União, bancos e organismos internacionais; previsão era encerrar ano com superávit de R\$ 9 bi

**Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo**

07 de abril de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - Assim como a **União** planeja terminar o ano com rombo recorde superior a R\$ 420 bilhões nas contas públicas, Estados e municípios também querem espaço maior para contrair novos empréstimos e gastar mais nas ações de enfrentamento da pandemia do **novo coronavírus**. Governadores e prefeitos pressionam para **aumentar o déficit dos governos regionais dos atuais R\$ 30 bilhões** para um patamar entre **R\$ 40 bilhões a R\$ 44 bilhões em 2020**, segundo apurou o **Estadão/Broadcast**.

Sem direito a se financiar no mercado, a saída dos governadores e prefeitos para elevar os gastos é via novos empréstimos e suspensão de pagamentos de parcelas da dívida com a União, bancos e organismos internacionais. Antes da

pandemia, a estimativa era que os governos regionais fechassem o ano no azul em R\$ 9 bilhões.

A ampliação do espaço está sendo negociada no âmbito do projeto que cria o chamado **Plano Mansueto** de socorro aos Estados e municípios. **A votação do projeto na Câmara, que ganhou regime de urgência**, foi adiada para esta terça-feira, 7. A equipe do ministro da **Economia, Paulo Guedes**, tenta manter o espaço fiscal dentro do déficit estimado de R\$ 30 bilhões. Reuniões foram feitas ontem com o relator da proposta na Câmara, deputado **Pedro Paulo (DEM-RJ)**.

O resultado negativo indicado na lei está diretamente relacionado à capacidade de empréstimos da cada Estado ou prefeitura. O limite de crédito é autorizado pelo **Conselho Monetário Nacional (CMN)**, órgão que reúne Guedes, **o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues**, e o presidente do **Banco Central, Roberto Campos Neto**.

Além do limite, cada Estado ou município recebe uma nota de risco que garante ou não aval do **Tesouro** (com o “selo”, governadores e prefeitos conseguem empréstimos com mais facilidade e a menor custo, já que, caso deem calote, a União cobre).

## **Regras**

Durante a calamidade, o Congresso também quer mudar **as regras das notas para permitir que mais governadores e prefeitos tenham acesso aos empréstimos com garantia**, mesmo para Estados com nota ruim por terem

endividamento alto. Técnicos avaliam que mudar as regras da nota não assegura que o CMN aumentará o limite global de crédito para permitir ampliar o nível de endividamento.

**O Congresso já autorizou a mudança da meta dos governos regionais para déficit de R\$ 30 bilhões por causa da covid-19.** A equipe econômica quer manter nesse nível, que leva em conta o impacto das medidas de R\$ 88 bilhões para os Estados e municípios já anunciadas pelo governo federal, que incluem suspensão de dívidas e acesso a dinheiro novo, além de um espaço de R\$ 6,5 bilhões aberto com o Plano Mansueto, destinado principalmente a Estados com problemas de caixa para pagar funcionários e fornecedores.

Em reunião com bancadas do Congresso no fim de semana, **Guedes afirmou ser contra o perdão da dívida dos Estados**, mas defendeu alívio a governadores para fazer frente a gastos com saúde e à redução na arrecadação.

**Ao Estado, o relator do projeto admitiu que está abrindo uma janela para governadores e prefeitos lidarem com as despesas.** Há no plano a exigência de contrapartidas, como a de não ampliar gastos permanentes. Até o fim de 2020, o programa suspende o pagamento da dívida dos governos regionais com a União, possibilita buscar o setor financeiro e organismos multilaterais a financiar suas dívidas sem aval do Tesouro, mantendo as garantias. No caso do **BNDES** e **Caixa**, somente os contratos na Justiça ficam fora desse refinanciamento.

# Queda de receitas próprias dos Estados e municípios pode chegar a 50%

Governadores e prefeitos estão sob o risco da retomada de uma espiral negativa, acompanhada pelo atraso dos salários e dos pagamentos a fornecedores

**Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo**

07 de abril de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - Embora tenham recebido reforço para gastos com saúde e compensações para perdas nas transferências, os Estados veem necessidade de um resgate maior por parte da **União**, sob risco da retomada da espiral negativa de atraso de salários e pagamentos a fornecedores. O **Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz)** estima que a perda de receitas próprias pode chegar a 50%.

Os governos estaduais **querem um repasse maior do que os R\$ 16 bilhões anunciados até agora** pelo presidente **Jair Bolsonaro** para compensar perdas de receitas nos Estados e municípios. ‘Há estimativas que já mostram a necessidade do dobro disso’, afirma o presidente do **Comsefaz e secretário de Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles**.

Os governos estaduais acumulam perdas no **ICMS**, principal tributo estadual incidente sobre bens e serviços, e na receita com royalties de **petróleo**, **commodity** cujo preço no mercado internacional desabou na esteira da queda da demanda e de disputas entre países produtores em meio à pandemia da **covid-19**.

Nos últimos dez dias de março, com maior adesão da população a medidas de isolamento social, o governo de **Minas Gerais** assistiu **a uma queda de 30% no ICMS declarado**. “Isso sem computar o comportamento do contribuinte”, **diz o secretário de Fazenda mineiro, Gustavo Barbosa**. Segundo ele, com as empresas sem recursos em caixa, muitas podem “se financiar” deixando de pagar os tributos ao Estado. Normalmente, **a taxa de inadimplência fica entre 8% e 9%**, mas pode subir numa situação em que as companhias estão descapitalizadas.

Minas parcela salários desde 2016, e 18% dos seus servidores ainda não receberam o 13.º salário de 2019. **O Estado já teria um rombo de R\$ 13,3 bilhões este ano, mas o buraco pode chegar a R\$ 20,8 bilhões**.

O **Rio de Janeiro**, por sua vez, prevê um **tombo de ao menos R\$ 15,7 bilhões** nas receitas próprias do Estado – um desfalque equivalente a um terço da arrecadação anual do governo fluminense. Segundo o secretário de **Fazenda do Rio, Luiz Cláudio Carvalho**, o governo tem caixa para aguentar apenas até o fim de junho – mesmo assim, queimando reservas que havia formado para pagar outros compromissos, como o empréstimo contratado em 2017 e que tem as ações da **Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae)** como contragarantia.



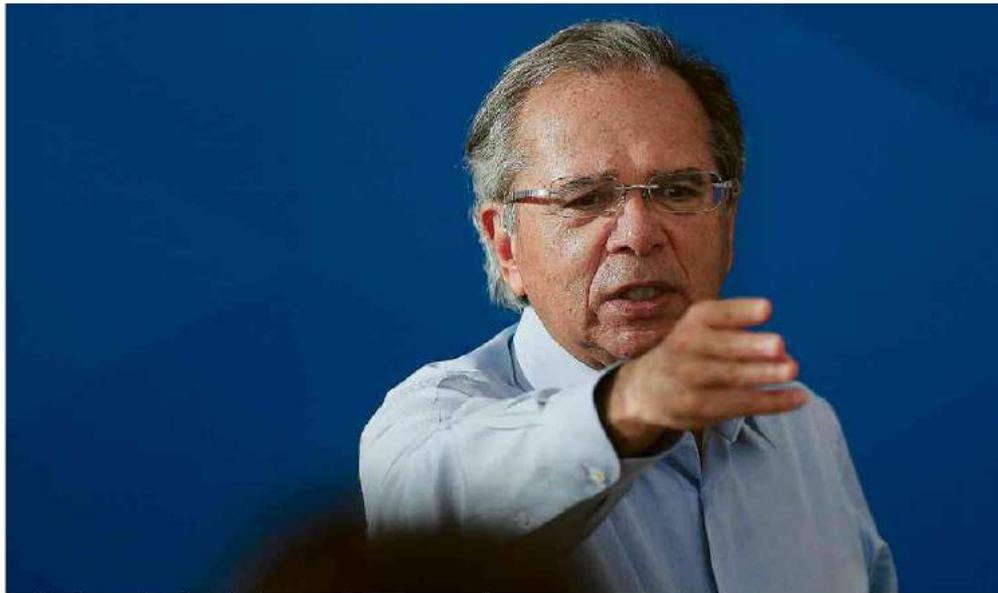
# Rui Costa sanciona pagamento de contas de água para consumidores de baixa renda

*Lei foi aprovada pela Assembleia Legislativa da Bahia e entra em em vigor hoje*

Por **Juliana Almirante** no dia 07 de Abril de 2020 · 10:20

O governador Rui Costa sancionou hoje (7) a lei que autoriza o uso de recursos para pagamento das faturas residenciais de água de consumidores de baixa renda beneficiários de tarifa social. A medida é válida para consumos mensais sejam iguais ou inferiores a 25 metros cúbicos.

A lei foi aprovada pela Assembleia Legislativa da Bahia e entra em em vigor na data de publicação. Devem ser pagas as três faturas mensais com vencimento a partir de hoje.

mercado **coronavírus**Nota do Brasil  
Perspectiva cai para estável

O ministro da Economia, Paulo Guedes, durante entrevista na semana passada. Pedro Ladeira - 2.abr.20/Folhapress

**Sindicato tem de validar redução de salário, decide Lewandowski**

Matheus Teixeira

BRASÍLIA O ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), decidiu nesta segunda-feira (6) que os acordos individuais para redução de jornada de trabalho e de salário e para suspensão de contrato terão validade após manifestação do sindicato dos trabalhadores.

O governo Jair Bolsonaro editou a medida provisória 936, que prevê a negociação direta entre empregados e empregadores durante a crise do coronavírus. A tratativa, pelo texto em vigor, é suficiente para as empresas alterarem os contratos com funcionários sem intermediários.

Uma MP tem força de lei por até 120 dias. Porém, nesse período, o texto precisa ser chancelado pelo Congresso Nacional.

A decisão ainda precisa ser analisada por todos os ministros da corte.

Ela determina que os acordos só passam a valer se a entidade que representa os trabalhadores se manifesta após a comunicação feita em dez dias a partir do momento da celebração do acordo individual.

O sindicato poderá então levar os termos do acordo individual à negociação coletiva, se discordar dos termos estabelecidos.

Se a entidade não se manifesta em dez dias, significa que ela aceitou o acordo individual celebrado entre empregado e empregador.

A ação foi proposta pela Rede. O partido questiona a constitucionalidade dos artigos que estabelecem o acordo individual.

De acordo com Lewandowski, "tudo indica que a celebração de acordos individuais [...] sem participação dos sindicatos de trabalhadores na negociação, parece ir de encontro ao disposto nos arts. 7, VI, XII e XVI, 8, III e VI, da Constituição".

A Constituição prevê a negociação coletiva. A MP prevê a comunicação do acordo ao sindicato, mas não prevê a possibilidade de rejeição.

Segundo o ministro, "a simples comunicação ao sindicato, destituída de consequências jurídicas, continua a dispor o disposto na Constituição sobre a matéria".

"Por isso, cumpre dar um mínimo de efetividade à comunicação a ser feita ao sindicato laboral na negociação", escreveu.

"A melhor forma de fazê-lo, a meu sentir, consiste em interpretar o texto da medida provisória aqui contestada, no sentido de que os acordos individuais somente se convalem, ou seja, apenas surtirão efeitos jurídicos plenos, após a manifestação dos sindicatos dos empregados", afirmou na decisão.

O ministro do STF escreveu ainda que não duvida da boa vontade do governo ao editar a medida, mas afirma que as "incertezas do momento não podem permitir a adoção crítica de quaisquer medidas que prometam a manutenção de empregos".

Além disso, ele ressaltou que a OIT (Organização Internacional do Trabalho) mesmo em meio à crise tem reafirmado a necessidade de diálogo entre governos, representantes das empresas e dos trabalhadores para ações que interfiram na vida dos empregados.

**Empresários querem manter benefícios do governo depois de pandemia passar**

Setores apostam em tornar permanentes medidas como pagar o abono de férias apenas com o 13º

Julio Wiziack, Fábio Pupo e Fábio Fabríni

BRASÍLIA Medidas anunciadas pelo governo para mitigar os danos causados pelo coronavírus na economia servirão de teste para que sejam implementadas definitivamente depois da crise.

Setores que pleitearam essas mudanças, como os da indústria e do agronegócio, além dos de comércio e serviços, apostam em perenizar algumas das novas regras.

Desde o mês passado, o governo vem anunciando providências para, de um lado, reforçar os sistemas de saúde, e, de outro, preservar os empregos.

Elas afetaram as relações trabalhistas, financeiras e tributárias. Permitiram, por exemplo, a redução de até 70% da jornada de trabalho com recomposição de uma parte das perdas salariais pelo governo, via seguro-desemprego.

Também modificaram os quesitos para férias, por exemplo o fim da antecipação de um terço do salário do mês a vencer, como forma de manter mais dinheiro no caixa das empresas.

O Banco Central mudou regras do sistema financeiro para permitir que os bancos tivessem ainda mais recursos disponíveis para crédito.

A União permitiu que tributos como o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) fossem suspensos por três meses em operações de crédito.

Somente para a CNT (Confederação Nacional da Indústria), o impacto do pacote dará um fôlego estimado de R\$ 180 bilhões no momento em que as empresas estão praticamente paralisadas devido ao isolamento imposto pela epidemia.

Segundo Renato da Fonseca, gerente executivo da confederação, a entidade vai "monitorar os efeitos das medidas tomadas para ver se farão efeito".

"Algumas delas, como o fim da cobrança do IOF, vamos defender lá na frente, na reforma tributária", disse.

O impacto da isenção ao longo da pandemia servirá de modelo para a argumentação com o governo em uma próxima etapa.

Muitas confederações em-

**Indústria, agronegócio, varejo e serviços querem tornar definitivas ações de emergência****Medidas que defenderão pós-crise**

- Suspensão da cobrança de IOF em operações de crédito
- Suspensão da cobrança de IOF em operações de crédito e o fim do pagamento de uma taxa sobre importações
- Flexibilizações trabalhistas, como mudança no pagamento de férias
- Flexibilização trabalhistas, como as que mexem com regras do banco de horas

**Principais mudanças nas regras trabalhistas**

- Redução de até 70% da jornada de trabalho com recomposição de uma parte das perdas salariais pelo governo, via seguro-desemprego
- Nas férias, o abono de um terço do valor do salário, antes pago até dois dias antes de o empregado sair para o descanso, pode ser adiado até a data de quitação do 13º salário
- Pagamento da remuneração do mês de férias poderá ser paga até o quinto dia útil do período de descanso. Antes, esse adiantamento ocorria dois dias antes do início das férias

**E os sindicatos?**

Aceitaram por causa da crise para evitar cortes de empregos. No entanto, acreditam que haverá sequelas se as negociações individuais de trabalhadores continuarem prevalecendo sobre as coletivas

**R\$ 180 bilhões**

Foi o fôlego que as medidas do governo deram ao caixa das indústrias, segundo a CNT, confederação que representa o setor

Fonte: Ministério da Economia, centrais sindicais e confederações patronais

presarias, as associações que representam os empregadores, têm a avaliação de que existe a chance de uma revisão mais ampla na legislação trabalhista com base na atual experiência de exceção.

Alguns setores patronais do ramo de serviços entendem que manter benefícios agora obtidos ajudaria empresas no momento pós-crise, que também será muito ruim. A equipe econômica já considera a possibilidade de uma recessão no segundo semestre deste ano.

Esse grupo milita por um passo adiante na reforma trabalhista feita em 2017, valendo-se do afrouxamento imposto pela pandemia.

Medidas como aquelas que mexem com regras de banco de horas e férias poderiam continuar no futuro, se for preciso.

"Todas as conversas que tenho tido com membros do governo são que, se houver necessidade, há possibilidade de as medidas continuarem", afirma Paulo Solmucci, presidente da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes).

A medida provisória 927 autorizou os empregadores a adiar o recolhimento de parcelas do FGTS.

Também os liberou de exigências relativas à concessão de férias, que agora podem ser antecipadas.

O abono de um terço do valor do salário, antes pago até dois dias antes de o empregado sair para o descanso, pode ser adiado até a data de quitação do 13º salário.

Outra mudança é quanto ao pagamento da remuneração do mês de férias, que não precisará mais ser antecipada.

Para o presidente da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cobrasse), João Batista Diniz Júnior, essas medidas, agora ou depois, ajudam as empresas a ganhar prazo e a ter fluxo de caixa para o cumprimento das obrigações.

"Esse tipo de flexibilização daria um fôlego maior e proporcionaria para a gente otimizar e administrar melhor os contratos, e até oferecer preços melhores", disse.

A Cebresse congrega cerca de 80 entidades patronais do setor. Os associados representam 640 mil empresas com mais de 12 milhões de tra-

hadores formais.

Sob seu guarda-chuva, estão as firmas de terceirização de mão de obra, cujos custos são muito impactados pelas exigências da lei trabalhista.

Para Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), que representa 11 milhões de trabalhadores no país, os trabalhadores foram obrigados a aceitar as novas regras para evitar o desemprego.

"É óbvio que tivemos de escolher entre matar a árvore ou a raiz", disse. "Mas passamos a viver numa espécie de laboratório em que testamos o choque nas relações entre capital e trabalho. Sairemos com sequelas".

Patah e dirigentes de outras centrais consultados pela Folha consideram que a calamidade acabará ajudando no desmonte da legislação trabalhista, promessa do ministro Paulo Guedes (Economia) quando assumiu o cargo.

"Estamos vendo a prevalência dos acordos individuais. Se isso continuar, pode ser uma tragédia", disse Patah.

Além da flexibilização das regras trabalhistas, entidades patronais de outros setores aproveitaram a pandemia para adaptar pedidos antigos, como a isenção de IOF nas operações de crédito, que foi concedida por três meses.

Dentre vários pleitos, a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil) também solicitou o fim do pagamento de uma taxa que incide sobre as importações e serve para abastecer o FMM (Fundo da Marinha Mercante). A suspensão também foi concedida por três meses.

Para o superintendente técnico da CNA, Bruno Lucchi, não faz sentido pagar essa taxa sobre importação de insumos para que esse dinheiro financie o FMM.

"Isso encarece nossas importações. Depois, produtos essenciais ficam mais caros internamente".

Ainda segundo Lucchi, a crise ajudou os importadores de bens de capital (máquinas e equipamentos), informática e telecomunicações.

Caso confirmado, esse será o pior resultado da história. Até hoje, o maior rombo foi registrado em 2016, quando o déficit foi de R\$ 159,4 bilhões (ou 2,5% do PIB).

ticadas pelo Mercosul.

"Na crise, muitas coisas são teste para discutir lá na frente como permanente".

Ainda segundo ele, tanto o fim da cobrança da taxa quanto a permanência das alíquotas reduzidas serão defendidas no pós-crise.

A pandemia também ajudou a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) a convencer o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, a liberar R\$ 300 milhões que estavam saindo a "conta-gotas" mensalmente como contrapartida da União [10% dos recursos totais] para a construção de residências do Minha Casa Minha Vida.

O FGTS [que responde pelos 90% dos recursos] tinha R\$ 69 bilhões à espera desse dinheiro", disse José Carlos Martins. Segundo ele, com a crise, a Economia decidiu que as próximas obras serão realizadas integralmente realizadas com recursos do FGTS.

Outro pleito da construção junto à Casa Civil virou uma determinação do Conselho Nacional de Justiça. Para agilizar transações de imóveis, caso alguém precise vender rapidamente e, assim, se capitalizar, os cartórios só receberão pelos registros de documentos no ato da entrega.

"Isso agiliza sensivelmente, porque inverteu a lógica do processo. E isso valerá para sempre".

A equipe econômica, porém, tem manifestado preocupação com o impacto fiscal das medidas e defende que sejam apenas transitórias.

"A piora fiscal deste ano é justificável no Brasil e no mundo. Mas temos que ter cuidado para não transformar despesas temporárias em permanentes", ressaltou o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida.

As ações anticrise anunciadas pelo governo até agora, considerando receitas e despesas, têm impacto de R\$ 224,6 bilhões para as contas públicas. Com isso, o resultado primário do governo central já está estimado em um déficit de R\$ 492,2 bilhões (ou 5,5% do PIB).

Caso confirmado, esse será o pior resultado da história. Até hoje, o maior rombo foi registrado em 2016, quando o déficit foi de R\$ 159,4 bilhões (ou 2,5% do PIB).

PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painelsa@grupofolha.com.br

Respiração

Apesar da forte demanda por materiais no combate ao coronavírus, o setor de fornecimento de produtos para saúde está sofrendo, segundo a Abraid (associação de importadores e distribuidores). Além do peso do câmbio, a queda no fornecimento de outros insumos para procedimentos eletivos enxugou as receitas, segundo Bruno Boldrin, diretor da entidade. Ele diz que empresas do setor começaram a receber comunicados de operadoras postergando pagamentos.

# Bancos não permitirão renegociação de dívidas a autônomos inadimplentes

BC criou medida para facilitar novos empréstimos; quem estiver em atraso deverá contar apenas com auxílio emergencial do governo

Larissa Garcia

**BRASÍLIA** Famílias e empresas que já estavam inadimplentes antes da crise causada pela pandemia do coronavírus não serão alcançadas pela medida anunciada pelo Banco Central de facilitar a renegociação de faturas em atraso.

Ação, apresentada no mês passado, é parte dos esforços do órgão para tentar atenuar os efeitos do período de isolamento social e da baixa atividade econômica.

Hoje, do total da carteira de crédito de MEIs (microempreendedores individuais) em instituições financeiras, como bancos, 5,5% estão inadimplentes, de acordo com dados do BC.

Os autônomos, grupo mais afetado pela paralisação das atividades, se encaixam nessa categoria. Entre eles, dos que faturam entre 1 e 2 salários mínimos mensais, parcela mais vulnerável à atual crise, 7,6% têm faturas em aberto por mais de 90 dias.

Nas microempresas — que são MEIs com CNPJ — a inadimplência chega a 10,2%. Os números estão bem acima dos 2,14% de inadimplência do total da carteira de crédito das empresas ao fim de 2019.

A iniciativa do BC dispensa os bancos de aumentarem o chamado provisionamento no caso de renegociação de empréstimos pelos próximos seis meses.

Geralmente, quando é feita uma reavaliação de dívida, o risco do crédito aumenta e a autoridade monetária obriga que a instituição aumente o valor provisionado. Provisionamento é a quantia, proporcional ao valor do empréstimo, que os bancos devem manter em caixa para que a operação seja assegurada. O percentual depende da avaliação de risco do crédito,

e uma eventual renegociação aumenta esse risco.

"Facilita a renegociação de operações de créditos de empresas e de famílias que possuem boa capacidade financeira e mantêm operações de crédito regulares e adimplentes em curso, permitindo ajustes de seus fluxos de caixa, o que contribuirá para a redução dos efeitos temporários decorrentes da Covid-19", afirma nota do BC.

Na semana em que foi publicada a medida, no dia 16 de março, muitas instituições financeiras anunciaram que fariam a prorrogação das parcelas para linhas de pessoas físicas e jurídicas por até três meses.

A Folha entrou em contato com os cinco maiores bancos; nenhum concederá o benefício a clientes inadimplentes. Muitos dos autônomos inadimplentes deverão recorrer à ajuda emergencial do governo de R\$ 600, sancionada na quarta-feira passada (r\$).

O economista Luciano Nakabashi, da USP, diz acreditar que as instituições, com incentivo do governo, deveriam facilitar a renegociação também para inadimplentes.

"É um período atípico, não é o momento de deixar de fora quem tem faturas em atraso, porque essas pessoas já vinham mal. O governo precisa agir diretamente ou o dinheiro não chega na ponta", diz.

Para o economista Marcus Quintella, professor da FGV, os autônomos e pequenos empresários são os mais atingidos pela crise. "A probabilidade de esses profissionais voltarem, após a pandemia, a patamar que estavam antes não vai conseguir reabrir", afirma.

Ele pondera que, para manter a saúde financeira dos autônomos, o crédito deve ter uma carência maior.

“É um período atípico, não é o momento de deixar de fora quem tem faturas em atraso, porque essas pessoas já vinham mal. O governo precisa agir diretamente ou o dinheiro não chega na ponta”

Luciano Nakabashi, economista da USP

"E deveser uma carência real, porque muitos bancos concedem [financiamentos] sem juros no período, mas ele é capitalizado, então o cliente paga tudo depois. Ele precisa ter condições depois de pagar esse empréstimo."

Mesmo antes da crise, MEIs já tinham dificuldades na hora de conseguir empréstimos. Pelo baixo faturamento, alguns nem sequer tinham acesso a linhas específicas para o segmento e enfrentavam dificuldades para honrar seus compromissos.

É o caso do autônomo Igor Prates, 33, de Brasília. Ele tem uma microcervejaria e tentou, sem sucesso, pegar crédito em seu banco.

"Conversava com o gerente, pedia empréstimos mais baratos, para tentar expandir os negócios. Ele sempre vinha com uma dificuldade diferente. Por fim, expliquei que meu faturamento era muito baixo e que, por isso, não conseguiria o financiamento", diz.

Por causa do isolamento, ele paralisou toda a fabricação no mês passado.

"Antes disso estava tentando uma linha específica para MEI, mas até agora, nada. Sem faturamento, não estou conseguindo pagar algumas contas, o que vai dificultar mais ainda. E essa é minha única fonte de renda".

As vendas da confeitaria Deborah Lamar, 30, de Sobradinho (DF), caíram 50% na fase da crise provocada pelo coronavírus, em comparação com o mesmo período do ano passado.

"Essa seria uma época de bom faturamento, por causa da Páscoa. Tenho de me reinventar todos os dias. Faço entregas, mas as pessoas estão com medo de não receber salário ou do próprio contato com o entregador, pela contaminação", diz.

## Mercado paulista deve perder R\$ 15 bi em faturamento em abril com quarentena maior

Fernanda Brigatti

**SÃO PAULO** O comércio do estado de São Paulo estima uma perda de 45% do faturamento previsto para o mês de abril, com a prorrogação do período de quarentena em São Paulo, anunciado pelo governador João Dória (PSDB) nesta segunda (6). O setor, porém, apoia a medida e recomenda a todos os associados que mantenham as portas fechadas.

A estimativa da federação que representa o segmento é que dos R\$ 35 bilhões previstos em faturamento apenas no comércio — o cálculo não considera o setor de serviços — para um mês de abril, 45% se perca com as lojas fechadas e o consumo menor.

O comércio emprega cerca de 1,3 milhão de pessoas no estado. Há risco de demissões — muitos empresários já começaram a fazê-las —, mas as representações do setor dizem que o esforço é pela manutenção das vagas.

A FecomercioSP defende que a manutenção dos protocolos de isolamento exige que os governos estaduais e federais sejam mais rápidos e definam medidas mais profundas de socorro às empresas.

O vice-presidente da entidade, Ivo Dall'Acqua, faz elogios

aos anúncios mais recentes, como as medidas provisórias que permitiram a suspensão de contratos e a redução de salário e jornada, além da flexibilização na concessão de férias e feriados.

"A medida que permite a redução já foi publicada, mas o governo ainda não entregou as ferramentas para acessá-la", afirma. Para ele, é possível que a equipe econômica do governo federal esteja sobrecarregada, mas o momento exige rapidez nas soluções.

"Temos que ser parceiros, mas precisamos de esborçada. A regra do pagamento dos informais demorou muito para ser publicada."

Os R\$ 650 milhões liberados pelo governo de São Paulo, por meio do Banco do Povo e do Desenvolve SP para capital de giro e investimento de empresas com faturamento de até R\$ 300 milhões ao ano, são considerados irrisórios.

"Esse valor equivale a meio dia de faturamento no comércio. Precisamos de medidas mais drásticas para a liquidez". O dirigente da FecomercioSP afirma que as medidas de crédito anunciadas pelo governo federal ainda não chegaram às empresas. "Você não consegue capital de giro a menos de 15% ao mês hoje", diz.

**BANCOS PREVEEM QUEDA DE ATÉ 6% NO PIB**

O Santander Brasil revisou a projeção de queda da economia brasileira de -1% para -2,2% nesta segunda (6). Esse é um dos cinco cenários com os quais a instituição trabalha; a projeção mais pessimista indica retração de 6% (25% de chances), e a mais otimista, queda de 0,4%.

Também o Itaú projetou nesta segunda queda do PIB de até 6,4% em 2020, no pior cenário-base, a depender da duração da recuperação do terceiro trimestre

Para ele, é necessário que os bancos públicos atuem de maneira agressiva na concessão de crédito.

Dall'Acqua diz que os governos também precisam começar a definir um plano que já contemple uma retomada, ainda que lenta e progressiva, das atividades comerciais.

"Estamos subindo um pouco o tom justamente porque estamos vendo mais ações no sentido de se reparar os problemas e menos no sentido de se prevenir a retomada."

Para ele, a situação não vai ser resolvida em um mês.

Parte das demandas do setor já foi atendida, como o adiamento no pagamento do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) para empresas do Simples Nacional. Na visão da FecomercioSP, é necessário prorrogar a medida por seis meses e estender o benefício a outros tipos de enquadramento.

Outras propostas, como a liberação do FCT também são apontadas como importantes para dar capacidade de consumo às famílias. "No momento, todo mundo consome alimentos e produto de limpeza. Há muita dúvida se haverá emprego e com o que coisas vão ficar", diz Dall'Acqua. **Leia mais na pág. B1**

**TOSSE** "Teremos outro problema na saúde para lidar lá na frente se os fornecedores quebrarem enquanto atravessamos a crise da Covid-19", diz.

**PNEUMONIA** Procurada, a Abranage (associação de planos de saúde) afirma que situações semelhantes estão acontecendo em todos os setores e desconhece qualquer postergação de pagamentos. A FenaSaúde (saúde suplementar) não manifesta.

**ESCUDO** Após a decisão de produzir álcool em gel para combater o coronavírus, a Ambev vai fabricar protetores faciais em uma empresa parceira de Guarulhos. Serão 500 mil unidades, feitas com insumo do PET do Guarani Antarctica, que serão entregues a profissionais da saúde na próxima semana.

**ADAPTAÇÃO** A Dow produzirá álcool em gel a partir desta terça (7) em sua unidade de Hortolândia (SP), que fabrica silícões. Os primeiros lotes da doação para a rede pública de saúde paulista devem ser entregues na semana que vem. Serão 25 toneladas.

**CRACHÁ** A pandemia atingiu o setor de recrutamento. O primeiro sinal da lentidão em contratações por multinacionais veio em fevereiro, afirma Luiz Valente, presidente do Talenses, que neste mês cortou 30% de seus funcionários.

**VAGA** Diante do cenário de escassez, a Exec, também especialista em recrutamento, reduziu a jornada de trabalho em até 25%, diz Carlos Altona, sócio da empresa. A 99 Jobs afirma que metade das seleções em andamento passaram a ser feitas pela internet, e as outras foram adiadas.

**PAPEL** Após suspender o plantio de eucaliptos por tempo indeterminado diante do avanço da Covid-19, o presidente da Eldora do Brasil Celulose, Aguiardo Filho, afirmou que as ações do governo, como a medida provisória do trabalho, deram fôlego ao setor para preservar empregos.

**TERRA** A empresa mantém só as atividades essenciais na fábrica, como colheita e logística, mas diz que não demitirá.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

### INDICADORES

**JUROS**



**CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA**

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín.	Valor máx.	Alíquota
Autônomo, empregador e facultativo	R\$ 1.295	R\$ 209	20%
MEI (Microempreendedor)	R\$ 1.045,5%	R\$ 52,25	5%
Assalariado	Até R\$ 1.045	De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	7,5% a 9%
	De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	12% a 14%

**IMPOSTO DE RENDA**

Em R\$	Alíquota em %	Dedução em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

**EMPREGADOS DOMÉSTICOS**

Considerando o piso na capital e Grande SP	Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5% a 14%	97,04	713,09
Empregador	20%	250,90	1.220,21

\*O prazo para a patrilha da doméstica vencerá no dia 7 de abril. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição do INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição do INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário.

## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**PRESIDENTE** Luiz Frias  
**DIRETOR DE REDAÇÃO** Sérgio Dávila  
**SUPERINTENDENTES** Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito  
**CONSELHO EDITORIAL** Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Heloísa Helvécia, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinícius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)  
**DIRETORIA-EXECUTIVA** Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Orçamento da crise

PEC cria acertadamente normas especiais para a expansão de gastos temporários na calamidade

Se um quase consenso une diferentes correntes políticas e ideológicas em torno da necessidade de expandir vigorosamente as despesas públicas durante o combate à Covid-19, também precisa estar claro que apenas gastos de caráter temporário devem ser criados para o enfrentamento da crise.

Ái está o mérito maior da proposta de emenda constitucional (PEC) que altera normas de gestão das finanças públicas na vigência do estado de calamidade, já aprovada pela Câmara dos Deputados.

Batizada, espera-se que com exauro, de PEC do Orçamento de Guerra, a matéria busca abrir caminho legal para a expansão rápida e ampla de desembolsos relacionados à crise, com relaxamento momentâneo de limites e controles aplicados na condução ordinária da máquina administrativa. Apenas em novas despesas primárias, ou seja, não financeiras, já se estima um impacto de R\$ 224,6 bilhões neste ano, o equivalente a 3% do Produto Interno Bruto ou a quase sete anos de pagamentos do programa Bolsa Família.

Esse montante inclui medidas cruciais de amparo aos estratos mais vulneráveis da população, casos do auxílio emergencial de R\$ 600 a trabalhadores informais e famílias de baixa renda (R\$ 98,2 bilhões) e do complemento aos salários de empregados formais com jornada reduzida (R\$ 51,2 bilhões).

Tais gastos urgentes extrapolaram o teto inscrito na Constituição e serão bancados por meio de endividamento, o que não seria possível em tempos normais. A PEC também fixa prazo reduzido, de 15 dias úteis, para o exame de medidas provisórias que criem despesas extraordinárias.

De mais controverso, o texto permite que o Banco Central compre títulos públicos e privados, de modo a garantir o financiamento do Tesouro Nacional e a evitar uma paralisação do mercado de crédito.

A providência, já adotada por outros países, gerou temores de favorecimento indevido ao setor financeiro. Não parece coincidência, assim, que o Conselho Monetário Nacional tenha limitado temporariamente o pagamento de dividendos e o aumento da remuneração de administradores de bancos.

A proposta de emenda constitucional cria um Comitê de Gestão da Crise, comandado pelo Executivo federal mas com representantes —sem direito a voto— dos governos estaduais e municipais. O colegiado terá a missão de deliberar sobre contratação temporária de pessoal, obras, serviços e compras. O legislativo, que conduz as iniciativas mais importantes nesta crise, dá nova oportunidade ao governo Jair Bolsonaro de exercer sua liderança natural. O chefe de Estado, infelizmente, permanece dedicado à discórdia contínua.

## Um caso clínico

Boçalidade do ministro da Educação ao retomar ataques à China ilustra o pior do bolsonarismo

O comportamento da China no momento do início do que hoje é a pandemia do coronavírus já mereceu diversas críticas. Tentativa inicial de abafamento, estatísticas inconfiáveis e crescente autoritarismo em nome da emergência sanitária são alguns dos itens a observar.

Também é certo que a crise de proporção planetária, enquanto inspira cenas inauditas de solidariedade, tem mostrado a face predatória de nações com mais recursos, notadamente os Estados Unidos. Acirra-se a competição por meios para combater a Covid-19. A lógica prevalente nas cadeias produtivas globais colocou nos chineses peso enorme na confecção de insumos básicos na crise, de simples máscaras cirúrgicas a ventiladores mecânicos.

Logo, apenas um lópa decidiria eleger Pequim como alvo no momento em que cooperação e boa vontade são tão importantes. Ou alguém vil. Seja qual for o caso, tal indivíduo existe e ora ocupa um dos mais importantes ministérios do Brasil, o da Educação.

Abraham Weintraub conseguiu reacender uma crise que estava contida após o presidente Jair Bolsonaro conversar por telefone com o líder da ditadura chinesa, Xi Jinping, na semana retrasada.

O contato visava contornar declarações do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho presidencial que havia endossado a acusação de que a China contribuía para piorar a propagação do vírus, para a ira da diplomacia chinesa.

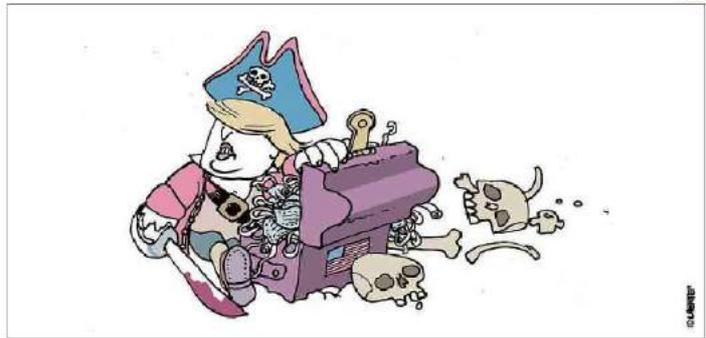
Por sua vez, Weintraub encontrou tempo para fazer troça de indizível tom xenofóbico ao modo como parte dos asiáticos pronuncia palavras da língua portuguesa. Tudo isso para questionar quem sairia ganhando mais da crise atual.

Não satisfeito, ao ser ouvido sobre críticas da Embaixada da China, que apontou racismo na manifestação, Weintraub subiu o tom.

Disse que se desculparia caso Pequim vendesse mil respiradores a preço de custo —e sugeriu que o país asiático escondesse informações ao mundo sobre a doença para auferir lucro com equipamentos, além de ter escondido o número de ventiladores que possui.

Weintraub, assim como Eduardo Bolsonaro, testa os limites do que há de pior no bolsonarismo radical.

Infelizmente, comanda uma pasta que não pode se dar ao luxo da estagnação. Não satisfeito em comprometer o futuro do ensino nacional, o ministro se coloca entre o Brasil e seu maior parceiro comercial. Trata-se de um caso clínico.



## Domingo eu almocei duas vezes

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Domingo passado eu almocei duas vezes. Foi-lo porque comer é gostoso e para me contrapor ao jejum anticoronavírus convocada pelo presidente Jair Bolsonaro e por lideranças evangélicas. Se existe um deus com as características apregoadas pelas principais religiões monoteístas, então a culpa pela epidemia e o sofrimento que ela causa é toda dele —e parece inútil apelar para sua misericórdia.

O problema do mal, que já abordei neste espaço, é filosófico e, ao que tudo indica, foi levantado pela primeira vez por Epicuro (341 a.C.-270 a.C.). Numa formulação mais moderna e técnica, o argumento reza: se há um deus onisciente, onipotente e benevolente, então não existe mal. Ora, há mal no mundo. Portanto, um deus onisciente, onipotente e benevolente não existe.

A forma lógica do raciocínio, "modus tollens", é impecável. Se as premissas são verdadeiras, a conclusão necessariamente também o é. Daí que, para esboçar uma resposta, é preciso negar a onipotência/onisci-

ência de deus, ou sua benevolência ou a existência do mal.

Teólogos e filósofos teístas experimentaram um pouco de tudo. Especialmente entre os cristãos, é comum tentar resolver o imbróglio refugiando-se no livre-arbítrio humano —que não deixa de ser uma limitação do poder divino. Outra saída popular é jogar tudo para o além. A justiça divina se realiza mesmo é na próxima vida, na qual cada um receberá o que de fato merece. Assim, o que vemos hoje como mal não passa de uma ilusão de momento, que será sanada na eternidade.

Ainda que engenhosas, nenhuma dessas réplicas parece muito satisfatória. A solução mais econômica e elegante, creio, é aceitar a conclusão lógica de que não existe nenhum criador com as características que as religiões monoteístas lhe atribuem. Avantageira adicional desse caminho é que podemos comer à vontade e responsabilizar com mais veemência governantes pelas decisões que tomam.

hello@uol.com.br

## Navio-fantasma

Ranier Bragon

BRASÍLIA Há bastante tempo, ninguém mais pode se dizer desavisado, apanhado de calças curtas em um território envolto em sombras. Do bateador de carimbos até o mais alto lustro-batão, seja no palácio, seja em qualquer outro lugar, inclusive na imprensa, todos já sabem muito bem a quem se serve e o que tudo isso representa.

Resta nos perguntar: mesmo que não sejam nem de longe inocentes, como reagirão, no caso de demissão de Luiz Henrique Mandetta, aqueles do governo que ainda tentam vender um verniz de sensatez e seriedade?

É certo que, sob uma lupa rigorosa, o ministro da Saúde pode não ter tido um desempenho tão bom assim. Mas o simples fato de não agir como um paspalhão —a exemplo do colega de Esplanada que "cuida" da Educação— o torna quase um Oswaldo Cruz dos dias atuais.

No mês passado, esta Folha ponderou, em editorial, que o melhor a fazer na ocasião seria deixar Bolsonaro isolado, falando e fazendo asneiras sozinho, enquanto os capa-

tados lidavam com o novo coronavírus. Mas o presidente quer retornar o leme do seu navio-fantasma.

Nesta segunda-feira (6), noticiou-se que Mandetta seria, enfim, demitido. A simples ameaça gerou paneleiros e mobilização de servidores em frente ao ministério.

De acordo com o Datafolha, uma robusta maioria popular aprova o trabalho do ministro e o isolamento social defendido pela pasta e pela quase totalidade da ciência e das lideranças mundiais.

Por temor da reação popular ou pressão de auxiliares, até o início da noite não havia confirmação de que Bolsonaro tenha tido peito para escantear o subordinado. O que se sabe é que esse Salomão dos trópicos conseguiu criar para si uma escola de Sofia; ou mantém Mandetta e passa o recibo de sua completa desmoralização e perda de autoridade ou o demite —e põe sobre suas costas e nas dos apoiadores todo o peso da responsabilidade de tratar a vida e morte de milhões de pessoas com base em achismo de botequim.

## Vão trabalhar, vagabundos

Alvaro Costa e Silva

RIO DE JANEIRO A figura de perfil clássico consagrada por Wilson Grey (1923-1993) em mais de 250 filmes era a mesma da vida real: bigode fino, cabelos gomalizados, sapato de duas cores, blusão de wool, termo e gravata nas ocasiões especiais. Entre um set e outro, ele desfilava sua magreza pelos becos internos da Cineândia e tardes de páreos e apostas no hipódromo da Gávea.

Nem sempre foi assim. Nos tempos das vacas ainda mais magras do que ele, faltava-lhe tudo —o que dizer da elegância! Mas lhe sobrava paciência para se defender trabalhando como office-boy, entregador de farmácia, bicheiro, garçom na zona do Mangue. Bom de taco, virava-se na simuca, jogando a valer dinheiro.

Ao chegar ao cinema, havia acumulado experiência para qualquer papel. Quando lhe chamaram para interpretar um aporador do jogo do bicho, em "Amei um Bicheiro" (1952), o fez tão bem que quase foi preso pela polícia numa filmagem de rua. Sua glória foi a do ator coad-

juvante: "Nunca bejei a mocinha no final da fita". Na época em que atuou como escada (dando as dicas para o parceiro comediante brilhar) nas chanchadas da Atlântida, chegou a rodar mais de dez filmes por ano. Era conhecido como Take One-gravou, pode mandar copiar que ficou bom. Se bobassem, roubava a cena.

Mas por que estou falando do Wilson Grey a essa altura do furduço viral e global? É que um amigo me perguntou se eu sabia o que era coliving, o novo conceito de moradia compartilhada. Quando carregava bandejas no Mangue, Grey morava num coliving, que ainda não tinha esse nome besta.

Eram sórdidas hospedarias, onde dormir numa cama era luxo demais. O jeito era sentar numa cadeira e apoiar-se com os braços numa corda esticada, até o dono do negócio aparecer e derrubar todo mundo no chão, aos gritos de "Vão trabalhar, vagabundos".

Assim agem aqueles que só pensam na economia, não na pandemia.

## Insensibilidade e descaso

Pablo Ortellado

Professor do curso de gestão de políticas públicas da USP e doutor em filosofia. Escreve às tardes.

Não poderíamos estar em piores mãos. O governo federal é um amálgama de conservadores que acreditam na conspiração do vírus chinês e fanáticos ideólogos do Estado mínimo. Quando olhamos para as ações sociais para enfrentar a crise, tudo o que vemos são medidas atrasadas, descuidadas e completamente insuficientes.

A medida social mais urgente, a renda básica emergencial, só saiu porque o Congresso se antecipou ao governo e ampliou consideravelmente a cobertura e o valor do benefício. Com os dados e os cadastros de que o Estado dispõe, a cobertura limitada era uma faixa de renda e a quem compõe o Cadastro Único, o MEI ou contribui com o INSS era a saída mais rápida e sensata.

Porém ela deixou de fora informais de baixa renda que não constam em nenhum dos três cadastros. Ninguém sabe exatamente o tamanho do problema, mas talvez ele não seja pequeno. A saída pode ser ampliar rapidamente a cobertura do Cadastro Único e incluir esses novos cadastros.

Quanto aos trabalhadores formais que compõem a outra metade da força de trabalho, a medida provisória do governo foi cruel. Gueúdes autorizou o corte de jornada acompanhada do corte de salário ou a suspensão temporária dos contratos, com o seguro-desemprego cobrindo apenas parcialmente os prejudicados.

Como cabe às empresas decidir qual saída adotar, há incentivo para a suspensão dos contratos, medida que é a menos onerosa para os empregadores, mas que é a mais prejudicial aos empregados —trabalhadores que ganham dois salários mínimos perderão 20% dos rendimentos, e os que ganham quatro salários mínimos ou mais perderão mais da metade da renda.

O Congresso precisa pôr fim ao incentivo à suspensão dos contratos e trocar a cobertura por meio do seguro-desemprego, que é muito limitada, por uma contrapartida governamental que preserve pelo menos 80% dos salários, como foi feito em outros países.

Por fim, é preciso cuidar dos abrigados em albergues, o maior gasto das famílias ao lado da alimentação. Por iniciativa do STF, o senador Anastasia protocolou projeto que suspenda temporariamente os despejos e permita o parcelamento dos alugueis em aberto. A relatoria do projeto, a senadora Simone Tebet, suspendeu apenas limitares de despejos e deixou o parcelamento apenas para alugueis comerciais, desprotegendo as famílias.

Está nas mãos do Congresso corrigir essas distorções. Em muitas cidades, o isolamento está completando duas semanas. Estamos no começo do mês, há famílias sem dinheiro para o supermercado, e os alugueis começam a vencer.

po.ortellado@gmail.com

# TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias\_debates@grupofohla.com.br

Os artigos publicados nesta seção não refletem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

# PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofohla.com.br

Cartas para a: Bário de Linhares, 425, São Paulo, CEP 01333-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço.

## Um orçamento para a guerra

Proposta que cria regime excepcional fiscal e financeiro é arma poderosa

Felipe Salto e José Roberto Afonso

Diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal e autor do livro 'Finanças públicas: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade' (ed. Record)

Doutor em economia pela Unicamp, professor do Instituto de Direito Público (IDP) e conselheiro da IFI

A gravidade da crise disparada pelo espalhamento da Covid-19 requer ações contundentes do Estado. Em tempos de guerra, gastos públicos vultuosos serão necessários e precisarão ser planejados e executados com uma eficiência incomum. É recomendável ter um orçamento apartado para dar total transparência a fontes e usos de recursos e para blindar as contas públicas do risco de desarranjo e insustentabilidade.

A flexibilidade já está contemplada na Lei de Responsabilidade Fiscal e no teto de gastos (exceção para créditos extraordinários). Após a aprovação da calamidade pública pelo Congresso, endossada pelo STF, causou perplexidade a demora do governo federal em agir. Medidas provisórias criaram dotações extras para gastos com saúde com a intenção de tentar preservar empregos e distribuir renda mensal temporária, além de reforçar fundos de participação. A emergência certamente as justifica, mas está claro que falta um conjunto consistente de ações, de atos, de gastos e de dividas.

Uma melhor ordenação desse esforço de guerra é regulada pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de iniciativa do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A PEC propõe um regime especial fiscal e financeiro para combater desde o coronavírus até os seus efeitos colaterais sobre a sociedade e a economia. Possibilitará a alocação e a aplicação céleres de recursos públicos na saúde (inclusive compra e requisição de bens e serviços), na proteção social e na reação à recessão econômica.

Um comitê gestor comandará todas as ações da crise, composto por representantes das três esferas de

governo. O Congresso deverá emitir parecer sobre todas as medidas provisórias de aumento de despesas em até 15 dias. A regra de ouro será suspensa durante a calamidade, já que é inevitável contrair dívida pública para financiar custeio da saúde e transferências assistenciais.

Proposições legislativas ficarão imunes às amarras, desde que não criem compromisso permanente do gasto público. Não se poderá, por exemplo, contratar novos servidores permanentes ou reajustar salários.

Além das matérias fiscais, a PEC propõe alterações na atuação do Banco Central e em suas relações com o Tesouro Nacional para promover uma interven-

ção emergencial. Permitirá a concessão direta de crédito para empresas, em linha com o que outros países têm feito.

A construção do orçamento de guerra pode ser reforçada e complementada por outras propostas de lei complementar, ordinária e decreto legislativo. Elas podem dar mais fluidez ao processo de contratação e fiscalização das despesas, na crise, e, ao mesmo tempo, assegurar conforto aos gestores compatível com atos tomados em caráter emergencial, sem prejudicar a transparência.

Em particular, há um projeto do senador José Serra (PSDB-SP) que cria um fundo para estruturar o arcabouço orçamentário, podendo incluir até recursos privados para financiar a construção de hospitais e leitos de UTIs, contratar médicos, comprar remédios e testes, dentre outras ações.

É importante atentar que o SUS é organizado de forma descentralizada. Especialmente na assistência médica, cerca de 95% do gasto é executado diretamente pela rede hospitalar estadual e municipal. A guerra é sempre nacional, e um orçamento unificado permitirá integrar e conciliar o financiamento centralizado com ações descentralizadas.

Traçar uma fronteira entre as contas públicas de guerra contra o coronavírus e o orçamento regular dará a agilidade necessária para enfrentar a emergência e assegurará o controle e a transparência. Serão várias frentes de batalha: saúde, proteção social, produção e crédito.

A proposta iniciada pela Câmara dos Deputados para criar um regime excepcional fiscal e financeiro é uma arma poderosa para o Brasil vencer essa guerra pela vida.

[...]

É importante atentar que o SUS é organizado de forma descentralizada. Especialmente na assistência médica, cerca de 95% do gasto é executado diretamente pela rede hospitalar estadual e municipal. A guerra é sempre nacional, e um orçamento unificado permitirá integrar e conciliar o financiamento centralizado com ações descentralizadas

## Pessach e a responsabilidade coletiva

Em tempos de pandemia, metáfora do ritual judaico é ainda mais atual

Michel Schlesinger

Bacharel em direito (USF), rabino da Congregação Israelita Paulista e representante da Confederação Israelita do Brasil para o diálogo inter-religioso

Nesta quarta-feira (8) começa a Festa de Pessach. A comunidade judaica no Brasil e em todo o mundo lembrará o episódio bíblico do êxodo do Egito. A recordação daquela passagem da escravidão para a liberdade é sempre um poderoso chamado para a defesa da liberdade de todos os homens e mulheres em todos os tempos e lugares.

Durante o jantar tradicional deste feriado religioso, costumamos perguntar: "Por que esta noite é diferente das outras?". Neste ano, em função da pandemia do novo coronavírus, aquela será totalmente distinta das demais.

A Festa da Liberdade é comemorada com grandes encontros entre as famílias e os amigos. Neste ano, no entanto, não haverá reuniões nas sinagogas e nos clubes. As famílias também não poderão reunir as diferentes gerações em torno de um jantar com 30, 40 ou até 50 pessoas, os encontros serão em núcleos pequenos que se expandirão, eventualmente, com o uso da tecnologia.

A celebração judaica acontece em volta de uma mesa repleta de símbolos, canções, rezas e comida. O ritual alterna representações de escravidão com elementos de liberdade. Deste modo, provamos ervas amargas para lembrar a amargura da escravidão; molhamos os alimentos em água salgada para recordar o suor e as lágrimas dos escravos.

Por outro lado, devemos nos reclinarmos em almofadas de maneira confortável, beber quatro taças de vinho e comer bem para lembrar que hoje somos livres.

Somos mesmo? A alternância de símbolos de escravidão e símbolos de liberdade tem um significado profundo. O ritual do Pessach nos arremessa na travessia do Mar Vermelho, no meio

da passagem. Ao instituir uma ceia em que convivem o amargo e o doce, a tradição judaica convida a nos sentir na transição entre a liberdade e a escravidão.

Se, por um lado, festejamos o fato de não sermos mais escravos, ainda não podemos celebrar nossa liberdade absoluta. O Pessach nos chama a atenção para este susco-fusco.

Temos a consciência de que não somos mais escravos, mas também precisamos reconhecer que ainda não somos completamente livres. Enquanto vivermos em um mundo em que não há liberdade para todos e todas, a travessia não estará completa.

Neste ano, diante da crise da pandemia do coronavírus, esta metáfora se torna ainda mais poderosa. Fomos arremessados no meio de uma travessia. A única maneira de cruzar este Mar Vermelho será reconhecendo que somos responsáveis uns pelos outros. Como já ficou cristalino, o vírus não respeita fronteiras ou etnias, ele também não distingue religião ou cor de pele, preferências sexuais ou políticas não determinam o grau de exposição à doença. Assim como o desafio é universal, sua resolução também será. Apenas se pudermos ser solidários e fortalecermos a consciência de que nossos destinos estão absolutamente entrelaçados teremos chances de concluir, coletivamente, essa travessia.

China

"Racista, postagem de Weintraub é negativa para relação com Brasil, diz embaixada da China" (Mundo, 6/4). Esse ministro o presidente Bolsonaro não ameaça com a cartada. A competência e a seriedade são punidas com severidade, e a molecagem inconsequente é premiada com a permanência. Luis Santiago Málaga (São Paulo, SP)

O pessoal favorável ao ministro está esquecendo uma coisa bem prática. Goste-se ou não da China, o Brasil é o elo fraco dessa disputa. À beira de uma crise, arrumar credenciais diplomáticas com um comprador dessa estatura é uma loucura sem tamanho. E depois vêm falar em lei do mercado... A China é uma potência. No que nos beneficia, mesmo tendo reservas ao modelo de governo deles, uma tensão nesse momento? É inteligente? ("Racista, postagem de Weintraub é negativa para relação com Brasil, diz embaixada da China", Mundo, 6/4).

André Fonseca (Santarém, PA)

Deve ser falta do que fazer no home office, só pode ser! Infantil e totalmente desnecessário. Rodrigo Henriques (São Paulo, SP)

O governo brasileiro precisa parar de atacar o governo e o povo da China, pois essas hostilidades apenas prejudicam as relações entre os dois países. O que o governo do Brasil pretende quando ataca um país que mantém tantas relações comerciais e culturais conosco? Ao contrário, deve haver, sim, intensificação das relações comerciais, diplomáticas e culturais. E não adianta julgar ou acusar a China por meras suposições acerca da Covid-19. Ambos os países devem unir forças para superar essa pandemia. George Carlos da Silva (Mossoró, RN)

Osmar Terra

A Folha tem que ser plural, sem dúvida. Porém publicar um "panfleto" de Osmar Terra, que parece em campanha para ministro da Saúde, me soa como patético ("Medo e coragem", 6/7). No seu panfleto, o deputado fala que em "países europeus que radicalizaram na quarentena, em vez de diminuir, o número de casos aumentou muitas vezes", mas não cita um único. Omissão por conveniência? Os que acompanham a mídia séria sabem que Itália e Espanha, por exemplo, radicalizaram no isolamento social quando "a vaca já tinha ido pro brejo". Reino Unido e EUA não foram muito diferentes. O prefeito de Milão já se desculpou pela campanha "Milano non si ferma", que custou muitas vidas.

Simão Pedro Marinho (Belo Horizonte, MG)

Pedro Ladeira | @ab20 | @folhapress

O ministro Luiz Henrique Mandetta

Osmar Terra, com seu texto, pode causar uma tragédia aos menos avisados que creem em tudo o que vem de apoiadores do presidente. A Folha tem colunistas e colaboradores com um grande leque de opiniões, da esquerda à direita, o que confirma seu caráter democrático. Entretanto, ao divulgar tal propriedade, que vai contra todas as recomendações da OMS e de instituições especializadas renomadas num caso de extrema gravidade, a Folha falhou. Moisés Spiguel (Campinas, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofohla.com.br

PODER (6.ABR., PÁG. A6) A reportagem "Aprovação da pasta da Saúde avança entre eleitores de Bolsonaro" informou incorretamente

Quarentena em São Paulo

Parabéns ao governador de São Paulo ("Doria estende quarentena por 15 dias em SP e diz que PM dissipará aglomerações", Saúde, 6/4). Medida acertada, em linha com as recomendações da Organização Mundial da Saúde. Alfredo Blanco (Rio de Janeiro, RJ)

Não votei em João Doria para governador —nem votarei nele no futuro—, mas acho que ele está agindo com responsabilidade e com precaução. Jesus Evangelista Almeida (São Paulo, SP)

O povo paulista tem de ser estudado. O governador João Doria sempre foi elitista, sempre fez populismo e marketing e nunca voltou sua administração aos mais pobres. Agora, que toma medidas corretas para conter uma tragédia, é duramente criticado por parte da população que o elegeu. Paulo Augusto Haddad Bittar (São Paulo, SP)

Economia

Já que esse pessoal vê na perda de vidas dos outros uma oportunidade de lucro, só mesmo o confisco resolve ("CMN veda distribuição de resultados e aumento de remuneração de administradores de bancos", Mercado, 6/4). Consciência eles não têm. José Campos (São Paulo, SP)

Parabéns, CMN. Aléf Alves Ferreira (São Paulo, SP)

Datafolha

"Para 51%, Bolsonaro mais atrapalha do que ajuda no combate ao coronavírus, diz Datafolha" (Poder, 4/4). 50,51% acham que ele mais atrapalha do que ajuda? Que lastima: temos o pior presidente da história do Brasil, um verdadeiro míope histórico, que é pura burocracia e incompetência, e um número considerável de brasileiros ainda o aprova? O problema do país é cultural. Barbara Maidel (São Paulo, SP)

Penso que nem seja preciso ser psicanalista para perceber o desempenho de Bolsonaro. Paulo C. Petraski (São José dos Pinhais, PR)

Celebridades

Como assinante da Folha, fico indignado com as fotos das celebridades em quarentena na coluna Mônica Bergamo. No momento que estamos vivendo, a quem interessa fotos fúteis de celebridades em suas mansões ou apartamentos? Quem quer ver isso? Que elas usem o Instagram. E a Folha, que use o espaço para colocar fotos de "celebridades" que estão realmente fazendo a diferença: médicos, enfermeiros, pesquisadores, líderes de ações comunitárias, lixeiros, caixas de supermercado e motoristas de ônibus. Daniela Franco (São Paulo, SP)

Semana Santa

Quero agradecer a Frei Betto pelo artigo "Semana Santa muito santa" ("Tendências / Debates", 5/4). Muito oportuno. Diante da alérgica situação que vivemos e essa inédita política de afastamento social, sem as celebrações religiosas com os fiéis, o artigo esclarece e instrui. Gilberto Macedo (São Paulo, SP)

Quanto mais proliferarem os programas religiosos nas TVs e nos rádios, mais escorra na minha mente frases como a de Santa Tereza de Calcutá: "Prefiro as mãos que ajudam do que os lábios que balbuciam". Adauto Lima (São Paulo, SP)

# Confiança em futuro mais generoso

Apesar das recomendações dos órgãos de saúde para evitar aglomerações, muitas pessoas foram às agências ontem para receber o salário do mês, o dinheiro da aposentadoria ou pagar as contas que começam a vencer

---

O Globo · 7 abril 2020 · JOÃO SORIMA NETO joao.sorima@sp.oglobo.com.br SÃO PAULO

---

A pandemia atual é a primeira da era digital plena e desnuda o despreparo do mundo para responder a esse desafio, diz a médica.

O quinto dia útil do mês é sempre a data em que os bancos registram as maiores filas em suas agências. É quando servidores públicos recebem seus salários, e o governo paga benefícios do INSS. Ontem, mesmo em tempos de isolamento dos que podem ficar em casa para deter a pandemia de coronavírus, não foi diferente.

Em algumas cidades, como na Região Metropolitana do Rio, pessoas se aglomeraram nas portas das agências bancárias em filas, nem sempre respeitando as regras de distanciamento. Além de ser o quinto dia útil, também foi a primeira segunda-feira do mês, o que levou muita gente até as agências para pagar as contas do mês.

Na capital fluminense, em bairros como Copacabana, Ipanema, Lapa e Tijuca foram registradas filas nas portas das agências, como mostrou G1. O controle da entrada era feito por funcionários.

Cerca de 30 milhões de aposentados recebem os benefícios do INSS nos bancos. Metade desse contingente recebe por meio de saques com cartão nos terminais eletrônicos em vez de crédito em conta corrente. Segundo a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), o perfil dos usuários que vai às agências é, justamente, o de pessoas de mais idade, que precisam de atendimento presencial.

## MEDIDAS ESPECIAIS

Com a escalada da pandemia do coronavírus, os bancos mudaram o horário de atendimento e passaram a atender o público das 10h às 14h. Entre 9h e 10h, o atendimento é voltado para pessoas consideradas do grupo de risco da Covid-19, a doença provocada pelo coronavírus, como idosos, gestantes e pessoas portadoras de deficiências.

O Bradesco informou que tem orientado clientes a priorizarem os canais digitais para realizar suas operações. Para aposentados e pensionistas do INSS, o atendimento nas agências do banco começa uma hora antes e, nos dias de pagamento desse público, a abertura das agências acontece às 8h. A entrada nos estabelecimentos é escalonada. Podem entrar cinco clientes de cada vez ou em grupos de dez, dependendo do tamanho de cada unidade, para manter a distância entre as pessoas conforme recomendado pelas autoridades de saúde.

Segundo o Banco do Brasil, o atendimento presencial vem sendo prestado somente em casos essenciais e de forma excepcional, como nas situações de desbloqueio de senha, desbloqueio de cartão, saques de benefícios sociais sem cartão e atendimento referente a programas sociais. Para o pagamento de aposentados e pensionistas, o Banco do Brasil selecionou agências com maior volume desse tipo de cliente para funcionar de 9h às 10h.

No Itaú Unibanco, aposentados e pensionistas também podem acessar as agências uma hora antes do público geral. Nas agências do Santander que permanecem abertas, o acesso dos clientes também é escalonado, em grupos de dez a 20 pessoas por vez, sob orientação de funcionários.

# OFERTA DE CRÉDITO

Governo estima elevar volume de empréstimos a empresas a R\$ 50 bi

O Globo · 7 abril 2020 · MARCELLO CORRÊA, GERALDA DOCA E GABRIEL SHINOHARA economia@oglobo.com.br BRASÍLIA Colaborou Amanda Almeida

Preocupado em fazer com que o dinheiro disponível nos bancos se transforme em crédito para empresas de pequeno e grande porte, o governo resolveu montar uma engenharia financeira para destravar empréstimos a companhias que enfrentam dificuldades para obter recursos no mercado. Na prática, o plano da equipe econômica é assumir uma fatia maior do risco das operações, por meio de fundos de bancos públicos e mais recursos do Tesouro Nacional. Dessa forma, seria possível movimentar cerca de R\$ 50 bilhões em operações.



A proposta começou a ganhar forma ontem, depois de o ministro da Economia, Paulo Guedes, ter admitido no fim de semana que recursos disponibilizados pelo Banco Central às instituições financeiras estão “empoçados”. Ou seja, os bancos têm recursos, mas não emprestam. A principal razão é o medo do calote. Para firmar operações de crédito, bancos costumam exigir de empresas a apresentação de garantias. Ou seja, dinheiro em caixa ou outro tipo de contrapartida que dê a segurança de que, caso a dívida não seja paga, a instituição não ficará totalmente no prejuízo.

Em tempos de pandemia, oferecer essas garantias é cada vez mais difícil. E é nessa etapa que o governo quer entrar. A ideia é reunir ao menos quatro fundos que, juntos, têm R\$ 5,2 bilhões. Dois deles são geridos pelo Banco do Brasil: o Fundo de Aval para Geração de Emprego

e Renda (Funproger) e o Fundo de Garantia de Operações. Um terceiro é o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES. Entraria ainda o Fundo de Aval para Micro e Pequenas Empresas (Fampe), do Sebrae.

Nas contas de um técnico do governo, os recursos dos fundos podem dar aval para empréstimos de até dez vezes o volume de dinheiro que têm disponíveis. Por isso, os R\$ 5,2 bilhões dariam suporte a R\$ 50 bilhões em operações de crédito. A tarefa da equipe, até ontem, era trabalhar em uma regulamentação para que a ideia saia do papel, informou a fonte.

A ideia é que os recursos sejam destinados a empresas pequenas, médias e grandes. No fim de semana, Guedes falou em companhias com faturamento anual de até R\$ 300 milhões.

— Vamos dobrar e continuar expandindo isso, o dinheiro é na veia. Quando dobrarmos (o crédito), vamos ter que incluir empresas maiores, de R\$ 100 milhões, R\$ 200 milhões, R\$ 300 milhões em faturamento, que é o que faremos agora — disse o ministro a empresários do varejo.

#### MIRANDO OS PEQUENOS

Não é a primeira medida do governo voltada para a concessão de garantias a empresas. Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro assinou medida provisória (MP) para viabilizar a concessão de R\$ 40 bilhões em empréstimos para o pagamento dos salários de funcionários. A medida, no entanto, é focada em companhias que faturam entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões por ano, consideradas pequenas e médias.

A medida foi regulamentada ontem pelo Banco Central (BC), o que significa que as empresas já podem procurar os bancos para tomar o crédito. Nessa regulamentação, a autoridade monetária tomou mais uma medida para buscar aumentar o volume de recursos disponíveis para empréstimos: permitiu que as instituições financeiras possam deduzir o valor financiado do volume que precisam depositar na conta do BC, os chamados recolhimentos compulsórios. O volume pode chegar a R\$ 6 bilhões, 5% do montante atual.

Em outra frente, o BC estuda cobrar diretamente crédito de bancos para garantir que o dinheiro chegue aos setores para os quais os bancos não querem emprestar. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse no último fim de semana, em videoconferência com executivos do mercado financeiro, que essa possibilidade seria aberta pela proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece o chamado Orçamento de guerra.

A PEC foi aprovada na semana passada pela Câmara dos Deputados, mas enfrenta resistências no Senado, justamente por causa do trecho que trata da mudança nas regras de atuação do BC. Por isso, o texto pode não avançar nesta semana, à espera de um acordo entre líderes.

O governo também preparou uma medida específica para pequenas empresas. O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou ontem a criação de uma linha de crédito de até R\$ 6 bilhões voltada para o comércio e serviços de municípios que tenham declarado estado de calamidade pública por causa da pandemia de coronavírus.

A linha de crédito vai fazer uso dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Os recursos serão voltados para os setores produtivos, industrial, comercial e de serviços.

A ideia é atingir pequenos empreendedores, cooperativas e trabalhadores informais. Segundo a resolução do BC, o objetivo da medida é “promover a recuperação ou a preservação” das atividades produtivas não rurais nessas regiões. A informação foi antecipada pelo GLOBO na quinta-feira. O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) enviou

um ofício ao Ministério da Economia com a proposta na semana passada. Segundo o MDR, dos R\$ 6 bilhões, metade será destinada ao Nordeste, R\$ 2 bilhões ao Norte e R\$ 1 bilhão, ao Centro-Oeste. A expectativa é que sejam 85 mil operações contratadas, com um custo, para o Tesouro, de R\$ 439,6 milhões. O Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, que administram esses fundos constitucionais, ficarão responsáveis pela concessão dos empréstimos.

#### REMUNERAÇÃO NOS BANCOS

A orientação do governo é que os recursos atinjam o maior número possível de beneficiários e cidades. Os juros ficarão em 2,5% ao ano, abaixo da taxa básica (Selic), hoje em 3,75%. A carência máxima será até 31 de dezembro de 2020. Os recursos poderão ser destinados a capital de giro e investimentos, e podem ser tomados por pessoas físicas ou jurídicas, incluindo cooperativas. Para o capital de giro, o limite de financiamento é de R\$ 100 mil, para bancar despesas de custeio e salários, por exemplo. O prazo máximo de pagamento é de 24 meses. Para investimentos, o limite é de R\$ 200 mil, e os recursos devem ser usados no combate às consequências econômicas da pandemia.

O CMN também anunciou uma medida para que bancos mantenham recursos voltados apenas para o setor produtivo e proibiu a antecipação ou aumento de remuneração a seus dirigentes. O objetivo é evitar que as instituições financeiras usem os recursos disponíveis para outras ações que não a manutenção do crédito.

A medida vale até 30 de setembro deste ano e inclui salários, bônus e participação nos lucros. A resolução determina ainda que os recursos retidos neste momento não podem ser pagos depois. Ou seja, as instituições financeiras não podem simplesmente adiar os pagamentos.

A medida também engloba os pagamentos de juros sobre capital próprio e dividendos acima do mínimo estabelecido no estatuto social de cada instituição. O CMN é formado por Guedes, Campos Neto e o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. Na nota em que divulgou a medida, o BC ressaltou que os bancos têm níveis confortáveis de capital e de liquidez, mas acredita que, neste momento de incerteza, são necessárias ações mais conservadoras.

# Itaú vê queda de até 6,4% na economia brasileira

Na média, mercado espera retração do PIB de 1,18%. Agência de risco Standard and Poor's piora perspectiva de crédito do país de positiva para estável, mas mantém rating. Bolsa sobe 6,5% com desaceleração no número de casos da Covid-19 na Europa

---

O Globo · 7 abril 2020 · JOÃO SORIMA NETO E GABRIEL MARTINS economia@oglobo.com.br SÃO PAULO E RIO Colaborou Renan Setti

---

Os economistas do Itaú Unibanco estimam que, por causa dos impactos da pandemia de coronavírus, a economia brasileira deve sofrer este ano retração de 0,5%, no melhor dos cenários, a até 6,4%. Com a mudança de cenário, a agência de classificação de risco Standard and Poor's mudou, ontem, de “positiva” para “estável” a perspectiva para a nota de crédito soberano do Brasil, alegando que haverá piora na situação econômica e fiscal por causa da Covid-19.

A S&P manteve, no entanto, o rating brasileiro em “BB-“, poupando o país de um corte como o que fez há duas semanas com o México.

“Esperamos que o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro e seu desempenho fiscal sofram em 2020 por causa da pandemia e de gastos públicos extraordinários, antes que a recuperação econômica gradual e a consolidação fiscal recomecem”, explicou a S&P em relatório. “Também esperamos um avanço mais lento que o imaginado na agenda de reformas para tratar as vulnerabilidades fiscais e melhorar a perspectiva de baixo crescimento do PIB no médio prazo.”

Para Mario Mesquita, economista-chefe do Itaú, o tamanho da queda do PIB, um dos motivos para mudança de perspectiva da nota brasileira, vai depender do tempo que durar a quarentena.

— O impacto na economia vai depender de quando começarem as medidas de relaxamento das restrições de circulação adotadas pelos governos. Ainda vivemos um clima de muita incerteza — disse Mesquita durante teleconferência extraordinária feita pelo banco ontem. Já o último boletim Focus, apurado pelo Banco Central (BC) junto a analistas de mercado, projeta retração de 1,18% este ano. Há uma semana, a projeção era de queda de 0,48%. Há 15 dias, o mercado ainda previa crescimento de 1,99%. As estimativas sobre o câmbio apontam o dólar a R\$ 4,50 no fim do ano.

Na estimativa do Itaú Unibanco, se a quarentena começar a ser flexibilizada no próximo dia 14, e se o terceiro trimestre apresentar 100% de recuperação, o PIB brasileiro poderá encolher 0,5%. Mas se as medidas de restrição se estenderem até dia 26 de maio, e a recuperação no terceiro trimestre for mais lenta, a retração pode atingir 6,4%.

Um indicador do Itaú mostrou queda de 35% na atividade após o início da crise, em meados de março até o fim do mês. Depois houve estabilização, mas isso não significa que não ocorra-

rãonovasquedas.O indicador calcula consumo de bens, serviços e de energia elétrica pelas indústrias.

O Itaú se comprometeu a não demitir durante a crise e informou não ter planos para fechar agências, a curto prazo, por causa da redução do atendimento presencial. Mas o diretor de Varejo, Marcio Schettini, disse que mais uso de canais digitais reduzirá o movimento em agências no futuro.

DÓLAR RECUA 0,63%

Nos mercados, houve otimismo com a desaceleração no número de novos casos de coronavírus na Itália e na Espanha. O dólar comercial fechou com queda de 0,63%, a R\$ 5,294. Na mínima, chegou a R\$ 5,224. Na Bolsa, o Ibovespa, índice da B3, subiu 6,52%, aos 74.072 pontos.

— A melhora na pandemia na Europa explica a alta das Bolsas. No Brasil, a aprovação do Orçamento de guerra ajudou — disse Álvaro Bandeira, do banco Modalmais.

A queda do dólar só não foi mais forte devido à apreensão com a possibilidade de saída do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. No fim do dia, porém, ele afirmou que segue no cargo.

## Socorro a Estados tem alta chance de aprovação

Proposta teve o pedido de urgência aprovado pela Câmara na semana passada e deve ser votada hoje

Por Cristian Klein — Do Rio

07/04/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

O Legislativo federal pautou para esta semana um projeto com alta probabilidade de se tornar lei, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o **Valor Política**.

Na pauta da Câmara, a proposta de ajuda financeira a Estados e municípios teve o pedido de urgência aprovado na semana passada e deve ser votada hoje. Chamado de Plano Mansueto, por ter sido elaborado pelo secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, o projeto de lei cria um programa de socorro aos entes federativos mais endividados e prevê liberação de empréstimos com aval da União.

Como contrapartida, os beneficiários do plano devem adotar pelo menos três de um conjunto de oito medidas de ajuste fiscal que permitam recuperar sua capacidade de pagamento. Entre as oito medidas estão a privatização de estatais dos setores financeiro, de energia, de saneamento ou de gás; a redução de, no mínimo, 10% dos incentivos ou benefícios de natureza tributária; e a revisão do regime jurídico único dos servidores para suprimir os benefícios ou as vantagens não previstas no regime jurídico único dos servidores públicos da União.

O levantamento do Cebrap/Ello considera propostas com impacto econômico que estão na pauta de plenário da Câmara e do Senado ou terminativa nas comissões (quando dispensa votação em plenário). A probabilidade de aprovação, referente

aos próximos 180 dias, é baseada num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

**O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Elo, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!  
SHOW DE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro  
NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Teixeira De Freitas  
PHYTOPOWER CAPS

### LINK PATROCINADO

As academias no mundo inteiro, não querem que você conheça esse produto.  
BODY ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Homem vai preso ao usar fórmula para crescer cabelo  
NANOA

### LINK PATROCINADO

Mãe suspeita que já tinha visto o noivo de sua filha antes, até que decide ver as fotos de um álbum antigo e se dá conta de algo totalmente inesperado  
X FREE HUB

por taboola

## Leia em Valor Investe

---

### VALOR INVESTE

Ian Bremmer, da Eurasia, fala pela primeira vez em impeachment de Bolsonaro

### VALOR INVESTE

## Câmara quer votar MP 905 e Mansueto

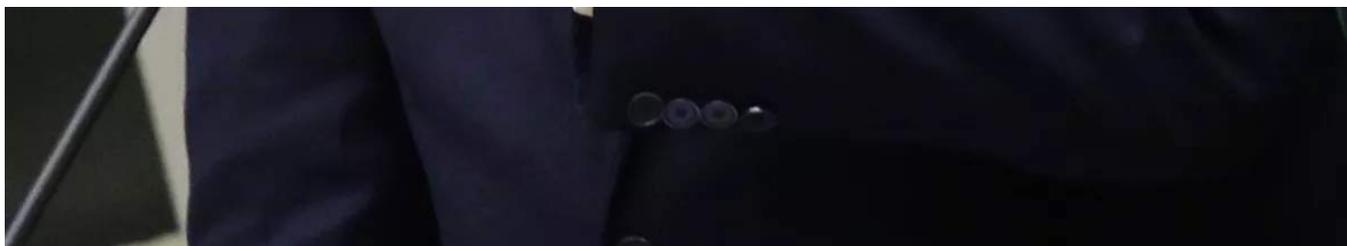
Governadores queixam-se de ação para reduzir o valor dos empréstimos que poderão contrair

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

07/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---





Aureo: para relator, crise está levando à precarização do mercado de trabalho — Foto: Michel Jesus/ Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados tentará votar entre hoje e amanhã a medida provisória (MP) do “Emprego Verde e Amarelo”, que estimula contratações de jovens, e o Plano Mansueto, de auxílio aos Estados. A decisão foi tomada ontem, numa reunião entre os líderes partidários e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Os dois textos enfrentam resistência da oposição, que apresentou uma série de requerimentos para tirá-los de pauta, e ainda devem passar por mudanças a pedido do Centrão.

A MP 905, do Emprego Verde e Amarelo, diminui os encargos para contratação de jovens entre 18 e 29 anos e de profissionais com mais de 55 anos que estão há mais de 12 meses sem conseguir emprego com carteira assinada. A empresa pagará menos ao INSS e também de FGTS ao trabalhador e terá redução na multa para demissões sem justa causa, de 40% do FGTS para 20%.

A oposição é contra, com o argumento de que retira direitos do trabalhador. Há 12 requerimentos para impedir a votação, que deve ser a primeira polêmica realizada com a votação virtual. Já o relator da proposta, deputado Christino Aureo (PP-RJ), defende que precarização do mercado de trabalho está ocorrendo por causa da crise e tende a se agravar mais por causa do coronavírus. “O contrato verde e amarelo pode ser vantajoso no futuro. Essa MP poderá fazer a ponte entre o momento da emergência e um momento onde as coisas vão se movimentar”, disse.

O relator, contudo, sinaliza com concessões para obter mais apoio à aprovação. Uma das propostas é estabelecer uma multa intermediária entre a que existe hoje e a proposta pelo governo para demissões sem justa causa. “Dentro da nova realidade da covid-19, o que a gente pode imaginar é uma multa de 30%. Estou desonerando, mas desestimulando as demissões nesse momento”, disse Aureo ao **Valor**.

Também há divergências sobre o Plano Mansueto. A bancada do PT disse que, após reuniões com os governadores, votará contra. “Tinha uma proposta do deputado Pedro Paulo [DEM-RJ] que estava avançando no início da semana passada, mas depois regrediu muito”, disse o líder da sigla na Câmara, Ênio Verri (PT).

Os governadores queixam-se de que o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, teria trabalhado para reduzir o valor dos empréstimos que poderão contrair. Isso desagrada também partidos de centro. “O relator reduziu os percentuais, isso não vamos aceitar de jeito nenhum. Os Estados que precisam de apoio, que estão em maior dificuldade, precisam de ajuda maior”, disse o líder do PSD, deputado Diego Andrade (MG).

A prioridade são a MP e o Plano Mansueto, mas outros dois projetos de autoria do Senado podem entrar em pauta esta semana. Um deles amplia a um número maior de categorias o auxílio de R\$ 600 que será pago a trabalhadores informais por causa das medidas de isolamento social determinadas para combater o coronavírus. Ainda há negociações com o governo porque a proposta criou gastos permanentes, que continuarão após o fim da calamidade pública, e por isso preocupam a equipe econômica. Já o outro projeto proíbe o despejo de imóveis por liminar da justiça e adiar de agosto deste ano para janeiro de 2021 a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Mulheres de Teixeira De Freitas descobriram como queimar mais calorias em casa do que na academia. Veja agora!

QUEIMA DIARIA

### LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!

SHOW DE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Teixeira De Freitas

PHYTOPOWER CAPS

# STF exige aval de sindicato para redução salarial

Decisão é provisória e será submetida ao plenário do Supremo

Por **Isadora Peron e Luísa Martins** — De Brasília

07/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que as reduções de salário e a suspensão temporária do contrato de trabalho feitas por acordo individual sejam comunicadas aos sindicatos em dez dias. A manifestação foi feita em uma ação impetrada pelo Rede.

Na decisão, o ministro afirma que, caso o sindicato assim entender, após a notificação, ele poderá deflagrar a negociação coletiva. É o que defendia a sigla no pedido. Para a Rede, redução de remuneração só seria possível mediante negociação coletiva.

A decisão é liminar e deverá ser submetida ao plenário. Na peça, a Rede pedia para que trechos da medida provisória (MP) 936, editada pelo governo para evitar demissões em meio à pandemia do novo coronavírus, fossem suspensos.

Segundo Lewandowski, os “acordos individuais somente se convalidarão, ou seja, apenas surtirão efeitos jurídicos plenos após a manifestação dos sindicatos dos empregados”.

O ministro aponta que pretende, com essa “solução”, “preservar ao máximo o ato normativo impugnado” pelo partido, mas retirar a “principal inconstitucionalidade” existente no texto “ao mesmo tempo em que se busca resguardar os direitos dos trabalhadores, evitando retrocessos”. “E mais: almeja-se, com a saída proposta,

promover a segurança jurídica de todos os envolvidos na negociação, especialmente necessária nesta quadra histórica tão repleta de perplexidades”, diz.

Para Lewandowski, “o afastamento dos sindicatos de negociações, entre empregadores e empregados, com o potencial de causar sensíveis prejuízos a estes últimos, contraria a própria lógica subjacente ao Direito do Trabalho, que parte da premissa da desigualdade estrutural entre os dois polos da relação laboral”.

Ele, no entanto, afirma que “o combate aos efeitos deletérios da pandemia que grassa entre nós e em todo o mundo, exige imaginação e flexibilidade, sem que se passe ao largo das recomendações emitidas por organismos internacionais especializados, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem assim das medidas adotadas por outros países”.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Remova o colesterol perigoso de suas artérias fazendo isso.

DBT COLESTEROL

### LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!

SHOW DE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Isso usado abaixo da língua atua diretamente na próstata aumentada afirma especialista

PROST+ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

As academias no mundo inteiro, não querem que você conheça esse produto.

BODY ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Descubra porque câmera japonesa virou febre em Teixeira De Freitas

MINI CAMERA 120

# LDO de 2021 deve piorar meta de déficit primário

Prazo para encaminhar texto ao Congresso termina no dia 15 deste mês

Por **Fabio Graner** — De Brasília

07/04/2020 05h00 · Atualizado há 30 minutos

---

A crise gerada pelo coronavírus, que ensejou uma série de medidas de aumento de gastos e renúncia de receitas neste ano, já começou a afetar o cenário fiscal de 2021. A equipe econômica está trabalhando na definição da meta de resultado primário para o ano que vem e, diante do cenário de perda de receitas, fontes governamentais consideram “muito provável” um objetivo pior do que os R\$ 68,5 bilhões de déficit que estavam indicados anteriormente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, que está em vigor.

Até o dia 15, o governo precisa enviar a LDO de 2021, que trará também o cenário para os dois anos seguintes. Uma fonte aponta que há chance alta de o número ser inclusive pior do que a meta deste ano, de déficit de R\$ 124 bilhões para o governo central.

Esse objetivo para 2020 foi suspenso a partir da decretação do estado de calamidade. Agora, o cenário para este ano é de um déficit de R\$ 419 bilhões, número que já vem sendo considerado subestimado porque se baseia ainda em um resultado zero para o PIB.

Hoje, o mercado já trabalha com números bastante negativos para o desempenho da economia neste ano. A pesquisa Focus, do Banco Central, projeta queda de 1,18% em 2020, mas já há casas falando de quedas maiores, de 3 a 5,5%, este último

número mencionado até pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, embora oficialmente o BC trabalhe com crescimento zero.

Quanto pior o desempenho deste ano mais difícil fica o desempenho fiscal também de 2021, dado que o ponto de partida piora muito. Além disso, por enquanto o cenário de recuperação econômica não parece favorável. A Focus continua com mediana (ponto central das estimativas) de 2,5% de crescimento do PIB para o ano que vem, embora a média das projeções tenha subido um pouco, para 2,7%.

Em um ambiente desses, o cenário das receitas não fica nada favorável e posterga o processo de ajuste das contas do governo. Além disso, uma fonte governamental destaca o temor de que parte das despesas que estão sendo criadas agora para atacar os problemas do coronavírus acabem não ficando restritas a este ano. “O pessoal está abusando nas medidas, aproveitando a comoção para se fartar com recursos públicos”, diz.

A equipe econômica recebeu ontem à noite uma má notícia: a Standard & Poor’s retirou a perspectiva positiva para o rating (classificação de risco), deixando em estável. A alegação é que o PIB e a política fiscal sofrerão com a crise.

O governo não deve adiar o envio da LDO porque o calendário do dia 15 de abril é previsto em lei. O texto com as metas contém uma série de comandos para a elaboração do orçamento do ano seguinte, cujo calendário prevê a entrega ao Congresso no fim de agosto.

Mas o cenário que ela deve trazer está envolto em enorme incerteza e tem grandes chances de ser alterado daqui alguns meses. Principalmente no tamanho do tobo no PIB deste ano e qual será a velocidade de reação após o fim dessa crise de saúde e econômica.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!

SHOW DE ÓCULOS

# Postos pedem quebra de fidelidade para vender combustível de distribuidoras

Revendedores acusam fornecedores de não repassarem cortes preço da Petrobras

Por André Ramalho — Do Rio

07/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

O setor de postos de combustíveis, por meio de seus sindicatos regionais, entrou com pedido na Agência Nacional do Petróleo (ANP) para que o órgão regulador suspenda, temporariamente, a obrigatoriedade da fidelidade à bandeira. Em meio à crise do mercado, desencadeada pela pandemia do coronavírus, revendedores acusam seus fornecedores de não repassarem as alterações de preço da Petrobras e querem liberdade para comprar de quem quiser, independentemente da bandeira que ostentem em seus postos.

Hoje, um posto “bandeirado” só pode adquirir e vender combustível fornecido pelo distribuidor com o qual possui acordo para exibição da marca. Segundo o ofício enviado à ANP, os postos destacam que a discrepância nos preços de compra praticados pelas distribuidoras chega a cerca de R\$ 0,40 no caso do diesel e a R\$ 0,25 na gasolina. Com a crise, ficou insustentável manter a competição com os postos bandeiras brancas, que em geral têm mais opções de compra.

“Considerando que, em uma situação de concorrência normal, a variação dos valores já produz resultados significativos, o que dizer então quando se tem uma queda no faturamento entre 50% a 80%?”, questionam os sindicatos, em documento enviado à ANP. No ofício, os postos lembram que, em maio de 2018, em meio à greve dos caminhoneiros, a ANP já havia permitido a flexibilização da fidelidade.

Os postos revendedores acusam as grandes distribuidoras de não repassarem, “na mesma intensidade e velocidade” as quedas dos preços da Petrobras, nas refinarias. Os sindicatos vinculados à Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) encaminharam ofício também a BR, Ipiranga, Raízen e Ale pedindo para que revejam seus preços e políticas comerciais, “de modo a assegurar que os postos bandeirados possam se manter efetivamente competitivos”.

Os revendedores pedem que, caso não seja possível restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, que os postos possam rescindir os acordos de fidelidade sem multas.

Ao longo das últimas semanas, as três principais distribuidoras do país - BR, Ipiranga e Raízen - lançaram iniciativas para dar apoio a seus revendedores. Dentre outras medidas, as empresas anteciparam recebíveis, adiaram ou parcelaram a cobrança de contratos de locação e dos royalties e taxa de marketing das franquias. No ofício, contudo, os revendedores consideram que as medidas “têm se revelado insuficientes para restabelecer o equilíbrio contratual com os postos bandeirados”. Os postos argumentam que o setor precisa reduzir os custos de aquisição dos combustíveis, que representam, em média, mais de 80% do custo total de operação da revenda.

A Raízen preferiu não comentar, enquanto a Ipiranga não respondeu até a conclusão desta edição. A BR esclareceu que monitora o cenário e “está a postos, identificando medidas que possam mitigar os impactos dessa situação excepcional”. Alegou, ainda, que não declarou força maior e nem sequer cogitou cancelar seus contratos e que o momento “exige união”.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!  
SHOW DE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Isso usado abaixo da língua atua diretamente na próstata aumentada afirma especialista  
PROST+ACTIVE

## Ministros tentam reverter mal-estar

Paulo Guedes e Tereza Cristina têm a missão de tentar apagar incêndio na relação com Pequim

Por Cristiano Zaia e Lu Aiko Otta — De Brasília

07/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Diante da sequência de críticas ofensivas à China por parte do governo e seu entorno, coube aos ministros Paulo Guedes (Economia) e Tereza Cristina (Agricultura) a tarefa de tentar reverter o mal-estar com Pequim e evitar futuras retaliações comerciais, que não são descartadas por fontes do governo.

Nos ministérios da Agricultura e da Economia declarações contrárias à China, como a feita nas redes sociais do ministro da Educação, Abraham Weintraub no último sábado, e do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), no dia 19, são classificadas de “desastre”. Além de sustentarem o comércio exterior brasileiro num cenário de queda generalizada, as exportações para a China são vistas como ponta de lança para a recuperação econômica do Brasil.

Esses alertas têm sido feitos por Tereza Cristina e Guedes, mas a ministra tem sido mais veemente, por seu contato com o setor de agronegócios e com grupos políticos que foram importantes para a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Ela chegou a ligar para o embaixador chinês em Brasília, Yang Wanming, após o filho do presidente ter insultado o país asiático. Na ocasião, segundo interlocutores, a ministra afirmou que Eduardo não tinha cargo no Executivo e por isso não representava o governo. “Isso é página virada”, disse ela ao embaixador, que assumiu posto no fim de 2018 e tem se irritado com declarações contra seu país.

Mesmo decorridas duas semanas, fontes do governo relatam que, desde então, as relações com a China “azedaram”. Por isso o alerta ligado do governo e a atenção redobrada dos dois ministros, num momento em que o setor exportador acreditava que a poeira havia baixado na tensão com a China.

Ainda assim, técnicos estimam ser possível que, no primeiro quadrimestre do ano, as exportações para a China ultrapassem o dobro da soma das vendas para os Estados Unidos e para a Argentina. O gigante asiático já é o principal destino das commodities agrícolas brasileiras, por exemplo.

Os dados do primeiro trimestre estão próximos disso. De janeiro a março, as vendas acumuladas para a China somam US\$ 14,2 bilhões, enquanto as para os EUA chegaram a US\$ 5,2 bilhões, e as para a Argentina, US\$ 2,2 bilhões.

As variações do comércio mostram crescimento da importância da China como destino para exportações. No primeiro trimestre, as vendas para lá aumentaram 7,36%, enquanto para os Estados Unidos houve queda de 19,31% e, para a Argentina, recuo de 6,89%. No total, as exportações brasileiras somam US\$ 49,5 bilhões, queda de 3,22%.

Só em março, quando medidas restritivas à atividade econômica se generalizaram, as vendas para a China avançaram 12,55%, ante recuo de 7,59% dos Estados Unidos e queda de 3,15% para a Argentina.

Ainda não há dados separados por país para abril. Mas a venda de alimentos segue forte. A média diária de exportação de produtos agropecuários cresceu 67,1% na comparação com a de abril de 2019. Também considerando a média por dia, as vendas de soja, principal produto importado pela China, aumentaram 80,2%.

As exportações de alimentos não só dão sustentação à balança comercial brasileira como também despontam como o passaporte para a recuperação da economia quando o pior da crise passar. Esta é a leitura que vem sendo feita internamente no governo.

Segundo a visão dos técnicos, o comércio mundial está em queda, mas não de forma homogênea. E as vendas de alimentos, como soja e carne, têm mostrado

resiliência diante da crise.

A China, por haver entrado no “túnel” do coronavírus antes, já começa a retomar suas atividades. Uma retomada rápida elevará ainda mais a demanda e favorecerá países produtores de alimentos como o Brasil.

Ao despertar má vontade entre os chineses, o Brasil corre maior risco de ver prejudicadas suas exportações de maior valor agregado. Quanto mais específico é o produto, maior é a discricionariedade do importador em escolher seus fornecedores.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Mulheres de Teixeira De Freitas descobriram como queimar mais calorias em casa do que na academia. Veja agora!

QUEIMA DIARIA

### LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!

SHOW DE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

Homem vai preso ao usar fórmula para crescer cabelo

NANOA

### LINK PATROCINADO

As academias no mundo inteiro, não querem que você conheça esse produto.

BODY ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Teixeira De Freitas

PHYTOPOWER CAPS

por taboola

**Leia em Valor Investe**

---

VALOR INVESTE

# Governo trabalha para amenizar CSLL para bancos

Expectativa é que o texto seja pautado em até 15 dias

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

07/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Mesmo com um quadro de queda nas receitas da União, o governo deve trabalhar para amenizar um projeto do Senado que busca aumentar a taxaço da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para bancos e instituições financeiras. A proposta é uma das 12 pautas prioritárias para os senadores no mês de abril, que devem ser votadas como forma de combater ou atenuar a crise provocada pelo coronavírus, mas não é vista com bons olhos pela equipe econômica e pelo Palácio do Planalto.

Para evitar que a medida de autoria do senador Weverton Rocha (PDT-MA) prospere, o governo traçou uma estratégia: tentará empurrar a discussão para o bojo da reforma tributária. Na prática, o argumento é de que a proposta não é emergencial porque não teria uma eficácia direta no controle da doença. Por outro lado, em função do apoio que a medida conquistou, uma possibilidade é negociar um aumento temporário na alíquota, ou seja, apenas enquanto vigorar a pandemia da covid-19. A solução foi a mesma encontrada pelo vice-presidente do Senado, Antonio Anastasia (PSD-MG), para fazer uma série de ajustes em regras e determinações legais, em um projeto aprovado na semana passada. As mudanças não alteram a legislação, apenas entram em vigor até o fim do estado de calamidade pública.

Além disso, o governo vai trabalhar para que a alíquota não seja de 50%, como sugere Rocha no projeto. A tendência é que o Palácio do Planalto tente pautar uma taxa apenas um pouco acima da que incide hoje sobre o lucro líquido dos bancos, que está no patamar de 20%. Segundo uma fonte, o objetivo da gestão Jair Bolsonaro será negociar uma adequação no texto para que essa tributação suba para aproximadamente 25%, no máximo.

Questionado sobre o assunto, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), admitiu que deve buscar uma “solução intermediária”, caso não obtenha apoio para direcionar o assunto para outro momento. “O governo entende que essa discussão deveria ficar para a reforma tributária. Mas, caso esse tema seja pautado, vamos construir uma solução intermediária”, afirmou ao **Valor**. “Ainda é cedo para dizer qual seria essa solução”, completou.

A lista com os 12 projetos prioritários foi definida na reunião de líderes da semana passada. Na ocasião, cada bancada indicou um projeto para ganhar preferência na pauta da Casa. A sugestão de aumentar a taxa dos bancos partiu das bancadas do PDT e dos Progressistas, mas recebeu apoio também de outras legendas. Como justificativa, Weverton escreveu no projeto que o setor bancário vem tendo lucros bilionários e precisa dar sua contribuição para a sociedade na crise gerada pelo vírus.

Procurado para falar sobre a possibilidade de o tema ser alvo de conciliação, Weverton Rocha criticou o governo. “Qualquer movimentação do governo no que trata de defender os bancos, para mim, não é novidade. Para o PDT, não é novidade. O governo é muito duro com o trabalhador e com o pequeno. Com o grande, ele tem sido muito benevolente. Uma medida dessa que iria ajudar e muito a arrecadar recursos para enfrentar essa crise, sem atingir a classe trabalhadora, era a saída mais correta. É a saída que eu vou lutar e defender junto aos líderes e ao Congresso Nacional”, respondeu o senador.

Apesar da ofensiva do Executivo, o projeto tem contado com a simpatia de algumas bancadas no Senado. A expectativa é que o texto seja pautado em até 15 dias. Recentemente, entidades representativas dos auditores-fiscais da Receita Federal divulgaram um estudo no qual sugerem uma série de medidas tributárias para essa crise. Entre elas estão justamente um acréscimo temporário de 15% na Contribuição

Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), para bancos, e de 4% na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que juntas elevam a arrecadação em R\$ 38 bilhões no ano.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!

SHOW DE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Teixeira De Freitas

PHYTOPOWER CAPS

### LINK PATROCINADO

As academias no mundo inteiro, não querem que você conheça esse produto.

BODY ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Receita infalível para cabelo e unha crescer muito mais rápido. Confira!

FITOFEME PRO

### LINK PATROCINADO

Mãe suspeita que já tinha visto o noivo de sua filha antes, até que decide ver as fotos de um álbum antigo e se dá conta de algo totalmente inesperado

X FREE HUB

por **taboola**

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Ian Bremmer, da Eurasia, fala pela primeira vez em impeachment de Bolsonaro

### VALOR INVESTE

Embraer propõe dispensa e redução de salários aos funcionários, diz sindicato

### VALOR INVESTE

## Empresas conseguem na Justiça adiar pagamentos de ISS e IPTU

Grandes municípios ainda não editaram medidas para auxiliar contribuintes

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

07/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



Rafael Korff Wagner: “É mais do que razoável que existam pedidos de prorrogação de pagamentos de tributos” — Foto: Divulgação

Em meio à epidemia de covid-19, as empresas têm recorrido à Justiça para adiar o pagamento de tributos municipais, assim como ocorre nas esferas federal e estadual. Em São Paulo, foram proferidas pelo menos duas liminares, que prorrogam os recolhimentos de ISS e IPTU.

O movimento no Judiciário se deve ao fato de os principais municípios brasileiros, como São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, não terem publicado medidas tributárias concretas para auxiliar no atual momento de crise. Belo Horizonte, porém, saiu na frente e editou, no mês passado, norma que autoriza bares, restaurantes, lanchonetes, casas de shows e espetáculos, cinemas e teatros a pagar IPTU de abril, maio e julho no segundo semestre deste ano.

“Tal inércia vêm gerando diversas consultas por parte de clientes, que em sua grande maioria já pretendem deixar de pagar o IPTU e o ISS devidos nas próximas competências”, diz o advogado Bruno Sigaud, do Sigaud Advogados.

Os pequenos municípios, porém, já adotaram medidas para ajudar os contribuintes. As normas concedem descontos e postergam os vencimentos dos seus tributos (ISS, IPTU e taxas), bem como suspendem cobranças judiciais. É o caso, no Estado de São Paulo, de Osasco e Mairiporã. No Rio Grande do Sul, de Liberato Salzano e de Estrela. E em Santa Catarina, de Treze Tílias, Capivari de Baixo, Serra Alta e Navegantes, dentre outros. “Ou seja, já existe um movimento municipal. Porém, ainda é uma minoria”, diz Sigaud.

As micro e pequenas já obtiveram o benefício. O Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) aprovou, em reunião na sexta-feira, a prorrogação do prazo para pagamento dos tributos incluídos no regime (ICMS, ISS e federais) por três ou seis meses. Cada vencimento (de março a junho) será acrescido destes prazos.

Uma das liminares proferidas em São Paulo beneficia uma empresa da área de medicina ocupacional. Autoriza a prorrogação de ISS por 90 dias. A decisão é da juíza Gilsa Elena Rios, da 15ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. A empresa alegou prejuízos com a edição da Medida Provisória nº 927, de 22 de março, que estabeleceu, no artigo 15, a suspensão da obrigatoriedade de realização de exames médicos ocupacionais, clínicos e complementares, exceto nos exames demissionais, enquanto o país estiver em estado de calamidade pública. A queda prevista para o faturamento é de 75%.

Ao analisar o caso, a magistrada ainda acrescentou que, em decorrência dos decretos estaduais que declaram estado de calamidade pública e quarentena (nº 64.862, nº 64.879 e 64.881), a atividade da empresa foi impactada diretamente, “estando impedida de exercer sua atividade preponderante, o que culmina na queda de receita e compromete o pagamentos dos salários e dos tributos.”

Na decisão, citou o artigo 170 da Constituição, que dita os parâmetros para o exercício da atividade econômica e preconiza a valorização do trabalho humano, a proteção da atividade privada e o pleno emprego (processo nº 1017589-28.2020.8.26.0053).

Outra liminar foi concedida a uma consultoria de imóveis (processo nº 1016723-20.2020.8.26.00 53). A decisão foi proferida pelo juiz Luis Eduardo Medeiros Grisolia, da 8ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, e autoriza a empresa a postergar o pagamento de tributos municipais ou parcelamento. Na liminar, o magistrado afasta possibilidade de aplicação de penalidades pecuniárias e administrativas. Entre elas, cita recusas à renovação de certidão de regularidade fiscal, inscrição do nome no Cadastro Informativo Municipal (Cadin) e exclusão de parcelamentos ativos. Também veda o encaminhamento para inscrição em dívida ativa até a sentença de mérito.

Segundo o advogado Bruno Sigaud, além de todos os princípios constitucionais e argumentos já estão usados nas esferas federal e estadual, há precedentes legislativos a favor dos contribuintes. Em São Paulo, desde 2007, é concedida isenção/remissão do IPTU para os casos de imóveis atingidos por enchentes/alagamentos (Lei nº 14.493). “Se existe, desde 2007, o reconhecimento expresso de uma isenção tributária pelo poder público, por qual razão no caso da covid-19 ainda não foi publicada medida similar?”

O advogado Rafael Korff Wagner, sócio da Lippert Advogados e presidente da Comissão Especial de Direito Tributário da seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil, destaca que as empresas estão sem caixa para pagar tributos e manter o salário dos trabalhadores e o pagamento de fornecedores. “Por isso, é mais do que razoável que existam esses pedidos de prorrogação de pagamentos de tributos”, diz.

Por nota, a Prefeitura de São Paulo informa que “não há, no momento, qualquer autorização legal ou regulamentar em vigor para que sujeitos passivos de tributos de competência deste município atrasem ou deixem de efetuar o recolhimento de tributos devidos no prazo legal ou regulamentar.” Mas acrescenta que o Decreto nº 59.283/2020 expressamente suspendeu todos os prazos regulamentares e legais nos processos administrativos municipais, inclusive os processos fiscais, por 30 dias.

Ressalta ainda que “o momento exige significativo aumento de gastos públicos, especialmente nas áreas de saúde e segurança, ao mesmo tempo em que a queda da atividade econômica decorrente da ordem de afastamento social naturalmente implica decréscimo da arrecadação tributária, em especial dos impostos sobre o consumo”.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!  
SHOW DE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro  
NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Teixeira De Freitas  
PHYTOPOWER CAPS

### LINK PATROCINADO

As academias no mundo inteiro, não querem que você conheça esse produto.  
BODY ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Homem vai preso ao usar fórmula para crescer cabelo  
NANOA

### LINK PATROCINADO

Mãe suspeita que já tinha visto o noivo de sua filha antes, até que decide ver as fotos de um álbum antigo e se dá conta de algo totalmente inesperado  
X FREE HUB

# Consumo vai sofrer com dívida e crédito mais caro

Famílias devem adotar cautela, em cenário mais adverso, também com renda em queda

Por Ana Conceição — De São Paulo

07/04/2020 05h01 · Atualizado há 10 minutos

## Boletos em alta

Evolução do endividamento e do comprometimento da renda das famílias - em %

### Série BC



### Série Tendências



### Sem pagamento

Indimplência do crédito PF com recursos livres - em %



### Em aceleração

Saldo de crédito às famílias - em US\$ bilhão



Fonte: Banco Central e Tendências Consultoria

Endividado e com a renda mais comprometida pelo pagamento de débitos, o brasileiro verá o orçamento doméstico mais apertado neste ano por causa do aumento do desemprego, da queda da renda e do crédito mais caro provocado pela crise do coronavírus. A deterioração financeira deve afetar em cheio o consumo das famílias, responsável por 65% do Produto Interno Bruto (PIB) do país pelo lado da demanda.

Depois de anos em queda, o endividamento e o comprometimento de renda voltaram a crescer em 2019 e seguiram assim no início de 2020. O movimento não era considerado muito preocupante até agora. “Esses indicadores vinham subindo porque o crédito aumentou mais que a renda. Não era um problema porque havia a perspectiva de o mercado de trabalho continuar a melhorar neste ano”, diz Flavio Calife, da Boa Vista SCPC. A situação mudou e, para o economista, o novo cenário vai aumentar a inadimplência e o custo do crédito.

- **Varejo e recreação têm movimento 70% menor, indica Google**

De acordo com dados da Tendências Consultoria, em fevereiro, o endividamento do brasileiro chegou ao equivalente a 55% da renda, ante 52,3% no mesmo período do ano passado. Já o comprometimento da renda com pagamentos de dívidas bancárias foi de 29,2% em fevereiro, ante 27,7% no mesmo período do ano passado. Esse indicador tem oscilado em torno de 29% desde o fim do ano passado, maior nível desde o fim de 2011.

Dados do Banco Central, que vão até janeiro, apontam na mesma direção. O endividamento cresceu a 45,17% da renda, ante 42,79% em janeiro do ano passado. O comprometimento com pagamento de dívidas chegou a 20% da renda, alta de 0,7 ponto em 12 meses, puxada pelo crédito não imobiliário. A diferença entre os números é que a Tendências inclui na conta as dívidas com cartão de crédito sem juros e massa de trabalho habitualmente recebida (que soma todos os rendimentos), da Pnad Contínua, do IBGE. O BC usa a massa efetivamente recebida.

O comprometimento de renda deve continuar a aumentar nos próximos meses e chegar mais perto dos 30% por causa da piora do mercado de trabalho e do aumento na taxa de juros bancárias, afirma Isabela Tavares, economista da Tendências. A consultoria estima que a taxa média de desemprego neste ano deve

subir para 12,9% e que a massa de renda do trabalho caia 1%. Em 2019, a taxa média foi de 11,9% e a massa aumentou 2,5% em termos reais.

No mercado de crédito, a deterioração da situação financeira das famílias vai pressionar a inadimplência bancária e aumentar o risco dos empréstimos. Este cenário, mais o aumento de incertezas, deve elevar os juros finais aos tomadores, pressionando o comprometimento de renda. A estimativa da Tendências é de crescimento de 4,5% do saldo de crédito total à pessoa física, após alta de 7,3% em 2019, ambos em termos reais.

O novo cenário vai ter impacto na inadimplência, mas Flavio Calife, da Boa Vista, não espera uma explosão nos calotes bancários. O birô de crédito trabalhava com um aumento da inadimplência, para 5,2% 5,3%, e agora espera algo entre 5,5%, 5,6%. “Mais próximo de 6% que de 5%”, diz Calife. Segundo o BC, a inadimplência no crédito à pessoa física com recursos livres foi de 5,1% em fevereiro, ante 4,7% no mesmo período do ano passado.

Para o economista, o endividamento não vai disparar porque bancos e ofertadores de crédito, como lojas de varejo, vão se retraindo, diz o economista. E as pessoas estarão mais cautelosas em tomar empréstimos, especialmente de longo prazo, para comprar bens duráveis. “Deve ter choque de oferta e demanda no crédito. Mas não sabemos ainda em que medida.”

Um problema adicional para as famílias é que em momento de aumento de risco, fica mais difícil tomar recursos nos bancos e a saída é ir para linhas caras como cheque especial e cartão de crédito. O consignado, com taxas mais baixas, é restrito a quem tem holerite.

Luiz Rabi, economista-chefe da Serasa Experian, esperava um aumento de 10% ou mais na concessão de crédito à pessoa física neste ano e vê agora um aumento nominal empatando com a inflação, em torno de 3%. “E vai ser um crescimento puxado por linhas usadas para tapar buraco do orçamento doméstico, como cheque especial e cartão de crédito”, afirma ele, que também vê aumento mais expressivo no consignado.

Para ele, não é possível estimar quanto a inadimplência vai crescer pelo ineditismo da situação provocada pelo coronavírus. Até então, o birô de crédito esperava uma queda no número de consumidores que têm o CPF negativo, que cresceu ao longo de 2019 e em janeiro chegou a 63,78 milhões, aumento de 1,6 milhão em 12 meses. A estatística da Serasa também inclui dívidas não bancárias, como as de água, luz, telefone, boletos de lojas do varejo e de serviços e financeiras.

Mas ele também não espera números dramáticos nos calotes. Para Rabi, o arsenal de medidas monetárias e fiscais que está sendo tomado pelo governo não deve impedir ao menos dois trimestres de queda no PIB, segundo e terceiro, mas deve frear uma crise de crédito com quebra de empresas e explosão de inadimplência.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Isso usado abaixo da língua atua diretamente na próstata aumentada afirma especialista  
PROST+ACTIVE

### LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!  
SHOW DE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro  
NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Teixeira De Freitas  
PHYTOPOWER CAPS

### LINK PATROCINADO

As academias no mundo inteiro, não querem que você conheça esse produto.  
BODY ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Mãe suspeita que já tinha visto o noivo de sua filha antes, até que decide ver as fotos de um álbum antigo e se dá conta de algo totalmente inesperado  
X FREE HUB

## Comércio com China responde por quase 80% do superávit

Críticas coincidem com momento em que Pequim representa quase 80% do superávit brasileiro

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

07/04/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Castro, da AEB: polêmica com ministro pode fazer com que exportador perca ainda mais que o esperado em preços — Foto: Leo Pinheiro/Valor

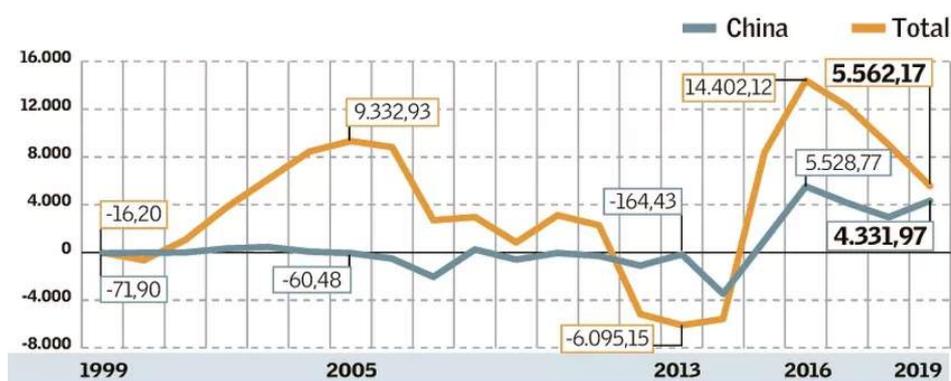
As repercussões das declarações do ministro da Educação, Abraham Weintraub, em relação à covid-19 e à China vêm num momento em que as exportações e o

superávit comercial brasileiro tornam-se mais dependentes do país asiático.

De janeiro a março deste ano o superávit do comércio bilateral com a China, maior destino das exportações brasileiras, atingiu US\$ 4,33 bilhões, bem acima dos US\$ 2,96 bilhões de igual período de 2019. Já o comércio bilateral com os Estados Unidos, segundo parceiro comercial do Brasil, resultou em déficit de US\$ 2,73 bilhões no primeiro trimestre deste ano.

## Saldos comerciais

Resultados do primeiro trimestre - em US milhões



Fonte:Secex/ME

**28,7%**

é a fatia da China na exportação total brasileira de janeiro a março deste ano, a maior da série histórica para o período

**25,8%**

foi a participação dos embarques à China no total brasileiro durante o primeiro trimestre de 2019

O superávit com a China de janeiro a março de 2020 perde na série histórica do comércio bilateral do período somente para o saldo positivo de US\$ 5,53 bilhões obtido de janeiro a março de 2017. Naquele ano, porém, o saldo com os chineses equivalia a 38,4% do superávit total da balança brasileira. Este ano, o resultado positivo do primeiro trimestre com a China equivale a 77,9% do superávit total, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/ME), ligada ao Ministério da Economia.

As exportações para a China atingiram 28,6% do total da exportação brasileira de janeiro a março, recorde da série histórica para o período. No ano passado a fatia foi de 25,8%. O avanço chinês acontece porque enquanto a exportação brasileira caiu 3,2% no primeiro trimestre, os embarques para o país asiático avançaram 7,4%. Ao mesmo tempo, as importações de bens made in China caíram 3,9% de janeiro a março enquanto as importações totais brasileiras cresceram 4,31%, sempre contra igual período do ano passado.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), pondera que parte do aumento da fatia de participação na China no superávit e na exportação no primeiro trimestre do ano se deve à antecipação nos embarques de soja em razão da perspectiva de redução de preços. De janeiro a março deste ano os embarques de soja, segundo a Secex, somaram 17,9 milhões de toneladas, contra 15,8 milhões em igual período do ano passado.

De qualquer forma, diz Castro, o que se espera é que o superávit comercial do Brasil encolha em relação a 2019 e que o resultado positivo com a China torne-se mais importante na formação do saldo em 2020. Isso deve acontecer porque a pauta exportadora do Brasil à China é composta por produtos menos elásticos à demanda, embora impactos de redução de preços sejam esperados. “E também porque, por questões estruturais, o Brasil não tem como substituir a China como principal destino das exportações no curto prazo.”

Ao mesmo tempo, diz Welber Barral, sócio da consultoria Barral M Jorge e ex-secretário de comércio exterior, se espera redução das importações brasileiras como um todo este ano, dado o efeito da covid-19 na demanda doméstica. Isso afetará as importações de produtos vindos da China, que fornece ao Brasil sobretudo manufaturados, usados como insumos ou bens de consumo.

“Com a crise de demanda internacional intensificada pela covid-19, a exportação brasileira está mais dependente da China”, diz Castro. Nesse sentido, diz ele, as recentes declarações do ministro Weintraub não ajudam. Isso, avalia, pode fazer com que o exportador de soja, por exemplo, perca mais ainda em preços, o que afeta o valor total embarcado pelo Brasil. “A crise cria uma situação em que o país precisa dançar conforme a música, e ainda estamos pisando no pé da dançarina.”

Mario Carvalho, economista da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), acredita que o episódio com o ministro criou “tensionamento desnecessário”. Atualmente, diz ele, há intensa negociação de preços entre exportadores brasileiros e importadores chineses principalmente em razão da desvalorização cambial. O episódio, avalia, prejudica o exportador brasileiro, que tende a entrar já em desvantagem na negociação.

Barral receia que “declarações desastradas” tenham efeito mais amplo. “As relações políticas podem afetar não somente o comércio de curto prazo de soja, mas também a certificação na China de frigoríficos ou de produtores de leite. Até mesmo investimentos em infraestrutura podem sofrer impactos. Foram as boas relações entre China e Brasil no governo [de Michel] Temer, por exemplo, que contribuíram para maior abertura do mercado chinês para as carnes brasileiras”, diz Barral.

No curto prazo, o que pode limitar impacto maior nas vendas brasileiras de soja à China é o fato de que os fornecedores atuais do grão são poucos: EUA, Brasil e Argentina. Esse último, explica, com produção bem menor. A perspectiva para a soja, lembra Barral, já era de possível perda de exportação em 2020, em razão da trégua no conflito comercial entre China e EUA, o que traria como consequência esperada o aumento de exportações de grãos americanos para o país asiático. A preocupação em relação à segurança alimentar divulgada no fim de semana pela China também faz sentido, diz ele, mas certamente esses efeitos poderão ser intensificados por questões políticas.

Em live divulgada no fim de semana, o ministro Weintraub causou polêmica ao dizer que considera alta a probabilidade de uma nova epidemia surgir na China, durante os próximos dez anos, porque os chineses comem “tudo o que o sol ilumina”.

Barral pondera que um ponto positivo do governo Bolsonaro em relação à China é o fato de que o Brasil não impôs nenhuma restrição à entrada da Huawei, detentora de tecnologia 5G, apesar de pressões americanas. “O problema é que essa questão da Huawei é uma notícia com menos impacto na opinião pública geral do que uma declaração do ministro da Educação em live na rede social”, avalia Barral.

“É preciso entender que o Brasil é uma economia importante em âmbito internacional e por isso declarações desastradas de autoridades e membros do governo brasileiro têm peso muito grande na imagem do país não somente com a China, mas com todo o mundo”, diz o ex-secretário.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!

## Vendas de bebida alcoólica caem 52%

Associação das fabricantes negocia medidas de apoio ao setor, como a postergação do recolhimento de todos os tributos

Por **Cibelle Bouças** — De São Paulo

07/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

As vendas de bebidas alcoólicas caíram em média 52% em receita no período de 15 a 31 de março, sobre igual intervalo do ano passado. A principal causa para a queda é o isolamento social em mais de 20 Estados para tentar conter o avanço dos casos de covid-19 no país. As informações são da Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe), que reúne fabricantes de destilados, cachaça, cerveja e vinho. A entidade fez um levantamento com as empresas associadas.

De acordo com o levantamento da Abrabe, 40% das empresas reportaram que tiveram uma queda em vendas superior a 52%.

Os dados da Abrabe estão em linha com uma pesquisa encomendada pela entidade à KPMG, em outubro de 2019. Essa pesquisa aponta que, em média, 61% do consumo de bebidas alcoólicas é feito em bares, restaurantes, casas noturnas e eventos. Esses locais estão fechados para evitar aglomerações e a proliferação do novo coronavírus.

A Abrabe informou que negocia medidas de apoio ao setor, como a postergação do recolhimento de todos os tributos e disponibilização de linhas de crédito. A expectativa é que, com essas ações, o impacto financeiro seja menor e garanta a saúde das empresas.

O setor de bebidas alcoólicas já doou mais de 200 mil litros de álcool em gel para para hospitais, asilos e comunidades.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!  
SHOW DE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro  
NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Teixeira De Freitas  
PHYTOPOWER CAPS

### LINK PATROCINADO

As academias no mundo inteiro, não querem que você conheça esse produto.  
BODY ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Receita infalível para cabelo e unha crescer muito mais rápido. Confira!  
FITOFEME PRO

### LINK PATROCINADO

Mãe suspeita que já tinha visto o noivo de sua filha antes, até que decide ver as fotos de um álbum antigo e se dá conta de algo totalmente inesperado  
X FREE HUB

por taboola

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Ian Bremmer, da Eurasia, fala pela primeira vez em impeachment de Bolsonaro

### VALOR INVESTE

Procurador-geral da República admite ir à Justiça se Bolsonaro baixar decreto contra isolamento horizontal

### VALOR INVESTE

Ministro do STF dá 48 horas para Bolsonaro informar medidas adotadas contra pandemia

# TRF prorroga tributos federais e parcelamentos

Duas empresas obtiveram as primeiras liminares favoráveis na segunda instância

Por **Laura Ignacio** — De São Paulo

07/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Duas empresas obtiveram as primeiras liminares favoráveis na segunda instância para adiar o recolhimento de tributos federais e de prestações de parcelamentos fiscais. As decisões são do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, com sede em Brasília.

Até então, de acordo com monitoramento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), havia ao menos 37 decisões contrárias aos contribuintes na segunda instância.

Na ação de uma empresa do setor moveleiro foram prorrogados os prazos dos tributos vencidos e a vencer a partir de março e das parcelas de acordos celebrados entre a empresa e a União, por três meses, contados a partir de cada vencimento.

A decisão também impede que a empresa tenha que pagar juros e multa e afasta medidas como o protesto e a negativa de expedição de certidão de regularidade fiscal (processo nº 1008785-65.2020.4.01.0000).

De acordo com o advogado Fabio Calcini, do Brasil Salomão & Matthes Advocacia, que representa a empresa no processo, a decisão privilegia a capacidade econômica do setor produtivo. “Vale destacar que a magistrada não está declarando uma moratória, mas apenas posterga o pagamento de tributos em razão da situação incomum que vivemos, o que não exige edição de lei”, diz o tributarista.

No processo, o advogado alegou que a medida é necessária para a preservação da empresa e dos empregos. “E argumentamos que o juiz poderia se valer de atos, como o da prorrogação do Simples Nacional, como instrumento de analogia para adiar os prazos tributários para as empresas de maior porte”, afirma.

Com a liminar, a companhia moveleira obteve a postergação dos pagamentos de PIS, Cofins, Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL. Na semana passada, por meio da Portaria nº 139, o Ministério da Economia autorizou a prorrogação do PIS, Cofins e contribuição previdenciária, referentes aos meses de março e abril, para julho e setembro.

A outra decisão beneficia uma empresa de autopeças. De acordo com o advogado tributarista Alessandro Mendes Cardoso, sócio do Rolim Viotti & Leite Campos Advogados, que representa a companhia no processo, desde que as montadoras de automóveis suspenderam os pedidos por tempo indeterminado, não há fluxo de faturamento.

A fabricante de autopeças, acrescenta Cardoso, teria que pagar em 31 de março R\$ 6 milhões de folha salarial e R\$ 1,5 milhão de parcelamento especial (Refis), mas não teria caixa para arcar com ambos. “Por isso, apesar do governo ter postergado PIS, Cofins e contribuição previdenciária, sem a suspensão dos parcelamentos em curso, de nada adianta para a empresa”, afirma. A política da companhia, até agora, é de não demitir os empregados.

“Demonstramos no pedido à Justiça que as medidas emergenciais de força maior, imprevisíveis, relacionadas ao combate à covid-19, resultaram em prejuízo em março e a expectativa para abril e maio é de um caixa ainda mais negativo”, afirma Cardoso (processo nº 1008637-54.2020.4.01.0000).

Ambas as liminares são da desembargadora Ângela Catão, da 7ª Turma do TRF da 1ª Região. “Atenta aos princípios gerais de direito e ao bem comum, entendo ser necessária a prorrogação do vencimento de tributos federais para dar fôlego às empresas e permitir que mantenham suas atividades, até para que possam honrar com seus compromissos fiscais e trabalhistas”, diz a magistrada nas decisões.

Por meio de nota, a Procuradoria da Fazenda informa que as 37 decisões favoráveis à Fazenda Nacional são contrárias à pretensão de aplicação da Portaria nº 12, de 2012, do então Ministério da Fazenda. A norma, que permite o adiamento dos prazos tributários em razão de calamidade pública decretada por Estados, vem sendo usada pelos contribuintes nas ações judiciais contra o Fisco.

“Ao menos 20 julgadores (desembargadores ou juízes convocados) já indeferiram pedidos de antecipação de tutela recursal formulados por contribuintes ou deferiram pedidos formulados pela Fazenda Nacional”, acrescenta a PGFN na nota. Neste sentido, há decisões dos tribunais federais das cinco regiões do país.

---

## Para equipe econômica, medidas vão salvar empregos

Mesmo com ajuda do governo, estimativas são de que 2 milhões a 3 milhões de trabalhadores sejam dispensados

Por **Edna Simão** — De Brasília

07/04/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

A equipe econômica acredita que as medidas anunciadas até o momento, seja de flexibilização das regras trabalhistas ou possibilidade de suspensão de contrato de trabalho e redução de jornada e salário com compensação salarial do governo, devem dar um fôlego para que as empresas não façam demissões em massa pelo período de seis meses. Mesmo com as medidas, a estimativa é que de nos próximos meses de dois milhões a três milhões de pessoas devem perder o emprego.

Na avaliação de técnico da área econômica, o importante é que serão salvos nove milhões empregos. “Não fazemos projeções de emprego. Mas sem o programa estimávamos até 12 milhões de empregos perdidos nos próximos meses. O programa deve salvar 9 milhões. Mas é normal que ainda existam 2 milhões a 3 milhões de demissões”, explicou.

Pelo cenário considerado pelo governo, neste primeiro momento, as grande empresas devem utilizar recursos como antecipação de férias, teletrabalho e regime especial de banco de horas, que foram flexibilizados temporariamente, pela Medida Provisória 927, até o fim do ano devido à decretação de calamidade pública. Somente após o uso desses recursos é que devem recorrer a redução de jornada de trabalho e salários por três meses e a suspensão de contrato por dois meses. “As medidas somadas podem englobar até seis meses. As empresas estão fazendo esse cálculo agora mesmo”, reforçou o técnico. O comportamento das pequenas

empresas, no entanto, deverá bem diferente. Isso porque, a expectativa é que suspendam contratos reduzam a jornada e os salários de imediato.

As medidas adotadas pelo governo para minimizar os efeitos da pandemia do coronavírus sobre o emprego devem fazer com que as receitas previdenciárias sofram forte redução neste ano, elevando o rombo da previdência.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Mulheres de Teixeira De Freitas descobriram como queimar mais calorias em casa do que na academia. Veja agora!

QUEIMA DIARIA

### LINK PATROCINADO

Isso usado abaixo da língua atua diretamente na próstata aumentada afirma especialista

PROST+ACTIVE

### LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!

SHOW DE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Teixeira De Freitas

PHYTOPOWER CAPS

### LINK PATROCINADO

As academias no mundo inteiro, não querem que você conheça esse produto.

BODY ACTIVE

por taboola

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Embraer propõe dispensa e redução de salários aos funcionários, diz sindicato

### VALOR INVESTE

## Bancos já projetam déficit primário acima de 6% do PIB

Com pacote fiscal e queda de receitas em função da retração da economia, economistas veem déficit primário crescente e dívida bruta chegando a 85% do produto

Por **Arícia Martins, Ana Conceição e Anaís Fernandes** — De São Paulo

07/04/2020 05h01 · Atualizado há 21 minutos

---





Roberto Secemski, do Barclays: "Principal âncora fiscal do país está sob risco" — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

O pacote fiscal para combater os efeitos do coronavírus na economia e a recessão devem deteriorar fortemente as contas públicas do Brasil este ano. Ao incluírem em suas estimativas expansão dos gastos e queda de receitas tributárias, Barclays, Goldman Sachs e Santander passaram a prever déficit primário acima de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) para o setor público consolidado em 2020. Já a dívida bruta deve subir a cerca de 85% do PIB, podendo alcançar 90% nos cenários mais pessimistas.

Segundo os especialistas, a piora da trajetória fiscal é inevitável e justificada se ficar restrita a este ano. Existem, contudo, riscos de que a sustentabilidade da dívida pública seja ameaçada.

- **LDO de 2021 deve piorar meta de déficit primário**

Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays, estima que o impacto de todas as medidas fiscais e parafiscais anunciadas será de R\$ 275,6 bilhões no Orçamento deste ano, ou 3,7% do PIB. Destes, R\$ 192 bilhões referem-se a despesas não previstas anteriormente, e R\$ 84 bilhões são renúncias fiscais. "Essas estimativas não levam em conta o provável declínio na arrecadação de impostos devido à queda do nível de atividade", observa Secemski em relatório.

O Barclays passou a estimar déficit primário de, no mínimo, 6,5% do PIB para o setor público consolidado em 2020. A previsão anterior era de rombo de 2,7%. Já a dívida bruta deve alcançar 84,5% do produto este ano, vindo de 75,8% em 2019, mas Secemski alerta que há risco de piora adicional desses indicadores, a depender do tamanho da recessão.

"Isso se traduziria em menor arrecadação de impostos e prazos maiores para o diferimento de tributos, em meio à pressão crescente por gastos mais elevados",

apontou. Num cenário de queda de 3% do PIB este ano, o déficit primário poderia atingir 8% do PIB, e a dívida bruta ficaria perto de 90% do produto.

Para Secemski, mesmo com a manutenção do teto de gastos, a “principal âncora fiscal” do país está sob ameaça, devido à relação conflituosa entre o governo do presidente Jair Bolsonaro e o Congresso. “Além dos aumentos temporários nos gastos relacionados à covid-19, todos justificáveis neste momento de crise, quaisquer aumentos permanentes podem facilmente tornar o teto insustentável a partir de 2021 em diante.”

As perspectivas fiscais de curto prazo já eram desafiadoras e o cenário de médio prazo provavelmente se tornará mais difícil, avalia Alberto Ramos, chefe de pesquisa para América Latina do Goldman Sachs. Em relatório que analisa os efeitos da pandemia em sete países, Ramos destaca que o déficit primário brasileiro deve ficar entre 7% e 9% do PIB, enquanto a dívida bruta deve alcançar de 87% a 91% do produto. Antes da crise, o Goldman previa déficit de 1,2% do PIB.

Dada a natureza e a gravidade da contração esperada para o PIB, de 3,4% em 2020, Ramos acredita que a arrecadação deve sofrer mais que em crises anteriores. O banco calcula que os efeitos da pandemia sobre a economia podem provocar queda de mais de 8% na arrecadação de impostos do país, considerando uma elasticidade da arrecadação à atividade econômica de 1,5.

Isso significa que, para cada 1% de variação do nível de atividade, positiva ou negativa, a arrecadação sobe ou cai 1,5%. Num exercício em que essa relação aumenta a 2, para levar em conta deterioração no pagamento de tributos, a arrecadação poderia cair mais de 10%. Nesse cenário, diz o Goldman, é essencial que a maioria das medidas fiscais sejam temporárias, e que as autoridades adotem simultaneamente reformas e medidas de ajuste fiscal que apontem para um equilíbrio fiscal de médio e longo prazo.

Após subir nove pontos percentuais em dois anos, O Santander espera que relação dívida pública/PIB retome tendência gradual de queda a partir de 2022. “No entanto, reconhecemos que os riscos fiscais aumentaram recentemente, pois acreditamos que a probabilidade de novas reformas estruturais está diminuindo”, afirma a equipe econômica chefiada por Ana Paula Vescovi em relatório.

Em revisão de cenário divulgada ontem, o banco piorou suas projeções fiscais. Para este ano, a estimativa para o déficit primário do governo central, Estados e municípios passou de 2,1% a 6,2% do PIB. Para 2021, o novo número aponta resultado negativo de 1,9% do PIB, ante 1% anteriormente. Já a estimativa para a relação dívida/PIB em 2020 aumentou de 77,6% para 83,9%. Para 2021, foi de 75,9% para 84,8%.

O Santander assume que a expansão fiscal deste ano será temporária e focada no combate à crise da covid-19. Segundo o banco, quanto mais intacta ficar a estrutura de consolidação fiscal, maiores as chances de reação mais consistente da economia brasileira após a crise - ainda que Ana Paula destaque que essa retomada deve ser em "U", mais gradual, e não em "V".

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Agora lentes verdes em alta, confira!  
SHOW DE ÓCULOS

### LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro  
NOVA SERUM

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Teixeira De Freitas  
PHYTOPOWER CAPS

### LINK PATROCINADO

Homem vai preso ao usar fórmula para crescer cabelo  
NANO

### LINK PATROCINADO

As academias no mundo inteiro, não querem que você conheça esse produto.  
BODY ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Descubra porque câmera japonesa virou febre em Teixeira De Freitas  
MINI CAMERA 120